

2022

Relatório
de Gestão
TJES

2023

Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo

COMPOSIÇÃO NO BIÊNIO 2022/2023

Mesa Diretora

DESEMBARGADOR FABIO CLEM DE OLIVEIRA

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo (TJES)

DESEMBARGADOR DAIR JOSÉ BREGUNCE DE OLIVEIRA

Vice-Presidente do TJES

DESEMBARGADOR CARLOS SIMÕES FONSECA

Corregedor Geral da Justiça do Estado do Espírito Santo (CGJ-ES)

DESEMBARGADOR WALACE PANDOLPHO KIFFER

Vice-Corregedor da Justiça (CGJ-ES)

Comissões

DESEMBARGADOR CARLOS SIMÕES FONSECA

Presidente da Comissão Estadual Judiciária de Adoção

DESEMBARGADOR SAMUEL MEIRA BRASIL JUNIOR

Presidente da Comissão de Reforma Judiciária

DESEMBARGADORA JANETE VARGAS SIMÕES

Presidente da Comissão de Regimento Interno

DESEMBARGADOR JOSÉ PAULO CALMON NOGUEIRA DA GAMA

Presidente da Comissão de Jurisprudência

DESEMBARGADOR JORGE DO NASCIMENTO VIANA (agosto/23)

DESEMBARGADORA ELIANA JUNQUEIRA MUNHÓS FERREIRA

Presidente da Comissão de Segurança Institucional

Ouvidoria

DESEMBARGADOR FERNANDO ESTEVAM BRAVIN RUY

Ouvidor do Poder Judiciário Estadual

DESEMBARGADORA RACHEL DURÃO CORREA LIMA

Vice-ouvidora e Ouvidora da Mulher do Poder Judiciário Estadual

Supervisores

DESEMBARGADOR FERNANDO ZARDINI ANTONIO

Supervisor das Varas Criminais e de Execuções Penais

DESEMBARGADORA MARIANNE JÚDICE DE MATTOS

Supervisora das Varas Cíveis

DESEMBARGADOR JORGE HENRIQUE VALLE DOS SANTOS

Supervisor das Varas da Infância e da Juventude

DESEMBARGADOR EWERTON SCHWAB PINTO JÚNIOR

Supervisor dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais

DESEMBARGADORA JANETE VARGAS SIMÕES

Supervisora do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos

Assessores da Presidência, Secretários e Coordenadores

Secretário Geral do Tribunal de Justiça

Marcelo Tavares de Albuquerque

Subsecretária Geral do Tribunal de Justiça

Aline Carolino Santos Davel

Chefes de Gabinete da Presidência

José de Magalhães Neto

Juliana Cordeiro Schneider

Juizes Assessores Especiais da Presidência

Dr. Daniel Peçanha Moreira (CNJ)

Dr. Ezequiel Turibio (Magistrados)

Assessores dos Juizes Especiais da Presidência

Larissa Vescovi de Brito (CNJ)

Felipe Gregório Cavalcante (Magistrados)

Yolanda Paganini Checon Bonomo

(Magistrados)

Juiz Auxiliar de Precatórios

Dr. Gustavo Mattedi Reggiani

Apoio da Presidência

Priscyla Pellissari

Assessores Jurídicos da Presidência

Gustavo Pimentel

Filipe Ramos Oliveira

Thomas Miranda Gonçalves Soares

Assessor de Cerimonial e Relações Públicas

Sergio Figueira Sarkis Filho

Assessora de Imprensa e Comunicação Social

Maira Pereira Ferreira

Assessores de Planejamento, Orçamento
e Gestão Estratégica

Maria Elysa Gonçalves de Souza

Rita Almeida

Coordenadores da Escola da Magistratura

Izabella Dalla Sily Casagrande

Mariana Santos de Queiroz Araújo

Assessor de Segurança Institucional

Artur Henrique Matos da Cunha

Assessor Militar

Tenente-Coronel Pablo Couto Ferreira

Assessora de Precatório

Livia Simões de Nadai

Secretário de Controle Interno

José Adriano Pereira

Coordenador de Auditoria da Secretaria de Controle Interno

Frederico de Sá Magalhães

Coordenadora de Acompanhamento de Gestão da Secretaria de Controle Interno

Simone Caliman Rangel

Secretária da Secretaria Judiciária

Luciana Merçon

Coordenadora de Protocolo, Registro e Distribuição

Karla di Marcello Valladão Lugon Mazzoni

Coordenador de Gestão da Informação Documental

Fábio Buaiz de Lima

Coordenadora da Taquigrafia

Rosiane Cardoso

Secretário de Tecnologia da Informação – STI

Carlos Vinícius Arimatea

Coordenador de Desenvolvimento da STI

Luiz Claudio Schwartz Borges

Coordenador de Suporte e Manutenção da STI

Eduardo Oliveira Faria

Secretária de Gestão de Pessoas – SGP

Cíntia Simões Varejão

Coordenador de Recursos Humanos da SGP

Eufania Aparecida Franck

Coordenador de Pagamento de Pessoal da SGP

Pedro Paulo Gondim Simmer

Coordenadora de Serviços Psicossociais e de Saúde da SGP

Silvia Oppenheimer Pitanga Borges

Secretário de Engenharia e Projetos

Wagner Oliveira Marques

Coordenadora de Projetos

Raffaela Lage Cardinelli

Coordenador de Fiscalização de Obras

Rafael Cani Ferreira

Secretário da Secretaria de Infraestrutura

Fábio Dias

Coordenador de Suprimento e Controle Patrimonial

Anderson Richa

Coordenadora de Compras, Licitação e Contratos

Ellen Virgínia de Freitas Tononi

Coordenador de Serviços Gerais

Vitor Rocha Dannemann

Secretário de Finanças e Execução Orçamentária

Fábio Cardoso Melo

Coordenadora de Contabilidade

Soneide de Almeida Santos

Coordenadora de Execução Orçamentária e Financeira

Carla Zambi Meirelles

Coordenador Geral da Unidade de Coordenação de Programas

Bruno Alves de Souza Toledo

Coordenadores de Monitoramento e Avaliação da Unidade de Coordenação de Programas

Carlos Eduardo Brunoro Grillo

David Sudré de Andrade

Márcio Flávio Barbosa de Souza

Coordenadora Contábil e Financeira da Unidade de Coordenação de Programas

Patrícia Leslie Barragan Macedo

Sumário

Palavra do Presidente	6
Principais Ações do Biênio	9
Assessoria de Cerimonial e Relações Públicas	67
Assessoria de Imprensa e Comunicação Social	74
Assessoria de Planejamento, Orçamento e Gestão Estratégica	79
Assessoria de Precatórios	87
Assessoria de Segurança Institucional	89
Coordenadoria das Varas Criminais e de Execuções Penais	93
Coordenadoria das Varas da Infância e da Juventude	111
Coordenadoria dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e Fazenda Pública	117
Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar	120
Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos	153
Ouvidoria Judiciária	163
Secretaria Geral	169
Comissão Especial de Enquadramento e Promoção	178
Secretaria de Controle Interno	184
Secretaria de Engenharia	190
Secretaria de Finanças e Execução Orçamentária	199
Secretaria de Gestão de Pessoas	204
Secretaria de Infraestrutura	208
Secretaria de Tecnologia da Informação	218
Secretaria Judiciária	226
Escola da Magistratura do Estado do Espírito Santo	237

Palavra do Presidente

Concluo mais um ciclo de minha passagem pelo Poder Judiciário de nosso Estado. Finda-se minha participação direta na administração do Tribunal de Justiça. Além de breves considerações sobre a administração, minhas palavras são de agradecimento.

Confortavelmente, tenho a honra de afirmar que todas as políticas públicas que deflagramos nos dois anos à frente da administração foram fruto da materialização de um raciocínio que me convenceu de que havíamos parado no tempo e que não podíamos permanecer no lugar em que nos encontrávamos.

Algumas das ideias postas em prática foram concluídas e outras ainda estão por serem concretizadas. Orientei-me sempre pelo pensamento de que começar é preciso, pois quando iniciamos a realização de uma boa política pública ela tende a se tornar irreversível.

E também porque se a avaliação da prática administrativa implantada for positiva, é natural que ela não seja interrompida simplesmente por pensamentos subjetivos dos sucessores administrativos. Seja, sim, sempre aperfeiçoada.

Desde o primeiro momento da administração e por todo o biênio que se encerra dei notícias ao Egrégio Tribunal Pleno das práticas que idealizava, compartilhava-as antecipadamente e por todas busquei a participação e o apoio dos colegas.

Ao tomar posse afirmei que o faria e tratei a relação institucional com os Poderes Executivo, Legislativo, o Ministério Público e a Ordem dos Advogados do Brasil, Seção ES, como um investimento em busca de uma relação republicana que desse ao Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo as funcionalidades necessárias para abreviar o tempo de resposta da prestação da jurisdição.

Não houve obstáculo a ser enfrentado que me fez desviar do compromisso assumido comigo mesmo e com a instituição, de administrar o Poder Judiciário com disciplina republicana e absoluta responsabilidade fiscal.

Aos colegas do Tribunal Pleno e aos servidores da administração que identificaram o perfil da administração que hoje se encerra e comprometidamente irmanaram-se na reali-

zação do modelo administrativo colocado em prática e a ele deram integral apoio, minha eterna gratidão.

Todas as políticas administrativas postas em prática só se tornaram viáveis pela compreensão dessa expressiva parcela dos membros do Poder Judiciário e dos servidores que tiveram a abstrata percepção da inegociável observância do princípio da impessoalidade que as nortearam.

O objetivo central da administração que se finda objetivou dar solução aos problemas estruturais do Poder Judiciário capixaba e o bom funcionamento da máquina administrativa requereu o compartilhamento de ideias e a participação dos que compreenderam a filosofia administrativa adotada e com ela se comprometeram na medida de suas responsabilidades e disponibilidades.

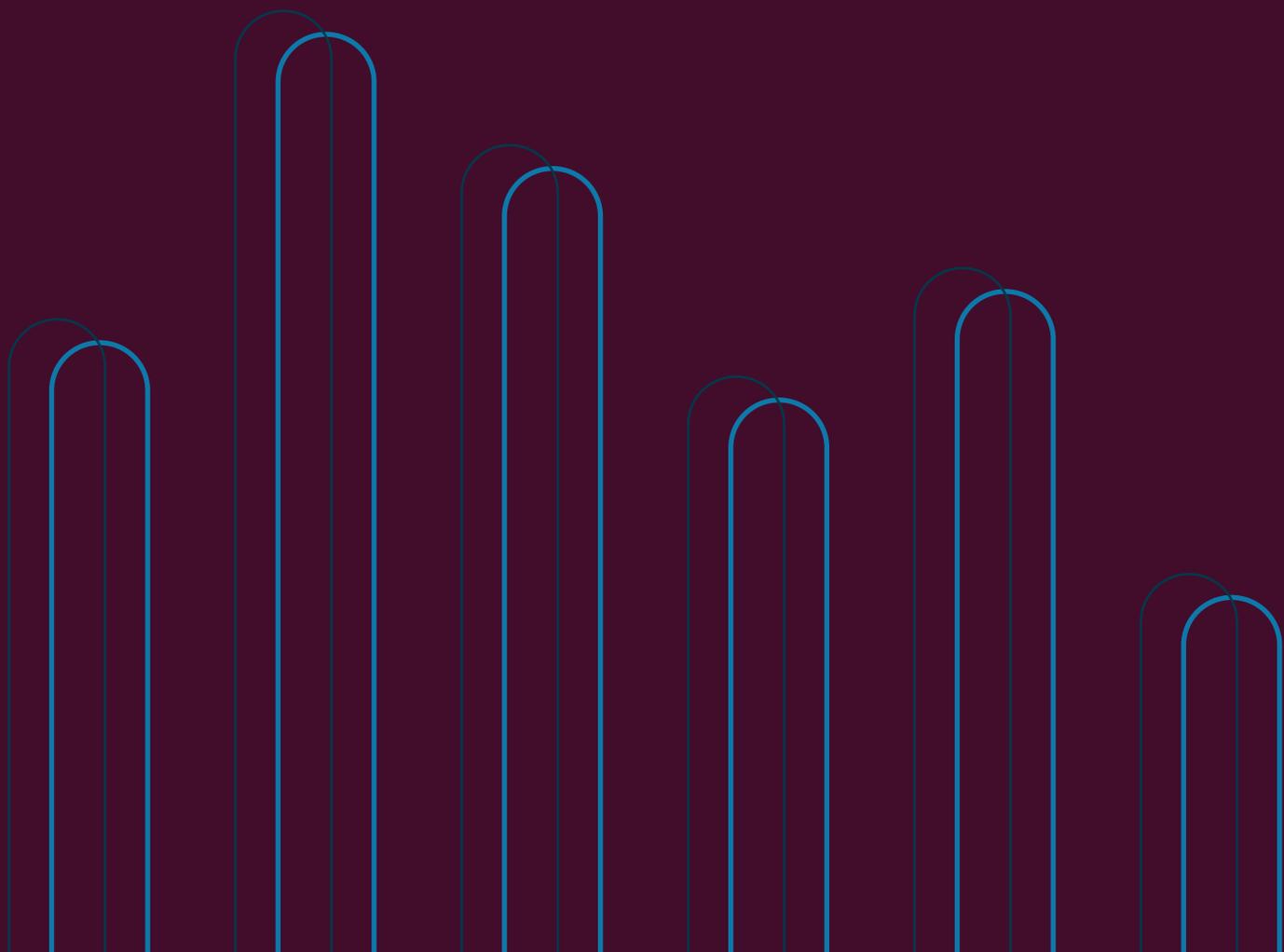


Fabio Clem de Oliveira

Presidente do Tribunal de Justiça TJES



Principais Ações do Biênio



O biênio 2022-2023 foi marcado por diversas iniciativas em prol de um Judiciário mais moderno. Logo que assumiu a Presidência do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES), o desembargador Fabio Clem de Oliveira destacou que colocar a tecnologia da informação como ponto central da administração seria uma realização tanto para quem atua na instituição quanto para quem recorre ao Poder Judiciário e ao Poder Público.

Com este intuito, foi instituído o Programa de Modernização do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo (Promojues), que já foi aprovado pela Comissão de Financiamento Exterior do Ministério do Planejamento, sancionado pelo governador Renato Casagrande, e apresentado no Senado Federal.

Nesse sentido, foram empreendidos esforços para que o Promojues receba financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), apoio que traz o vislumbre de avanços extraordinários para a Justiça capixaba, pois permite a contratação e o desenvolvimento de ferramentas tecnológicas que impactarão diretamente na melhoria da produtividade e da prestação jurisdicional.

Concomitantemente, o Judiciário capixaba investiu no Processo Judicial Eletrônico (PJe), que passou por atualizações, migração para nuvem e foi completamente implantado, em outubro de 2023. Desde então, todas as unidades judiciárias tanto cíveis quanto criminais passaram a aceitar petições apenas pelo PJe, o que traz mais agilidade na tramitação dos processos.

Além disso, inúmeras parcerias foram firmadas com os Municípios capixabas e outras instituições, que contribuíram especialmente com a designação de profissionais para atuar na digitalização dos processos físicos das respectivas Comarcas, numa soma de esforços para tornar possível a modernização do Judiciário.

Outra conquista comemorada neste biênio foi a inauguração do primeiro Fórum 100% Digital do Espírito Santo, o Fórum Cível de Vitória, com processos exclusivamente eletrônicos e com secretarias unificadas. Melhorias na estrutura física também ocorreram com

a mudança do Arquivo de Anchieta e a reforma do Fórum de Iconha, assim como a instalação de usinas fotovoltaicas em unidades judiciárias de todo o estado, com economia direta no custo de energia do Poder Judiciário.

E para acompanhar todos esses avanços, foi necessário investir também no quadro funcional da instituição. Para tanto, no biênio 2022-2023, foi aberto concurso público para o preenchimento de 128 vagas para servidoras e servidores e formação de cadastro de reserva para cargos de nível superior; 20 vagas para juízas e juízes substitutos e também cadastro de reserva; 36 vagas para juízas e juízes leigos; e 300 vagas para profissionais aprovados no processo seletivo de Residência Jurídica.

Modernização do Poder Judiciário Estadual

Macrodeseafios:

- » [Agilidade e produtividade na prestação jurisdicional](#)
- » [Fortalecimento da estratégia nacional de TIC e proteção de dados](#)
- » [Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária](#)

Parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)

O presidente do Tribunal de Justiça do Espírito Santo, desembargador Fabio Clem de Oliveira, e o presidente do comitê de governança em tecnologia da informação e da comunicação do TJES, desembargador Pedro Valls Feu Rosa, estiveram em Madri, na Espanha, para participar de uma visita de estudos ao Ministério da Justiça daquele país. O encontro, organizado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) em parceria com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), aconteceu de 03 a 07 de outubro de 2022.

Durante o evento, intitulado “Rumo a uma justiça digital inclusiva e sustentável: dias para troca de experiências regionais”, o presidente do TJES teve oportunidade de falar,



no painel: “Situação e desafios da digitalização da Justiça nos países convidados”, sobre a digitalização de processos no Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo e os desafios enfrentados no processo de modernização da justiça estadual.

Programa de Modernização do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo (Promojues)

E com o objetivo de avançar na transformação digital da Justiça estadual, o presidente do Tribunal de Justiça instituiu o Programa de Modernização do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo (Promojues), estabelecido por meio da Resolução nº 06/2023, disponibilizada no Diário da Justiça do dia 15 de fevereiro de 2023.

O Promojues é um Sistema de Governança para definir o direcionamento estratégico do Programa, de acordo com a disponibilidade financeira e orçamentária e conforme o Planejamento Estratégico do TJES; promover o alinhamento com o Poder Executivo Estadual e com a instituição financeira envolvida; supervisionar a gestão do programa com foco na eficiência administrativa; acompanhar a execução, gerenciar, auditar e avaliar o Programa, entre outras atribuições.

A estrutura do Programa também conta com dois níveis, o estratégico e o operacional, sendo que a unidade de gerenciamento do programa deve atuar em parceria com órgãos externos e internos, como Secretaria de Tecnologia da Informação (STI), Assessoria Jurídica da Presidência, Comissão de Licitação, Assessoria de Comunicação, Assessoria de Planejamento, Secretaria de Finanças, Secretaria de Controle Interno, e entes do Governo do Estado.

A iniciativa leva em consideração a adesão do TJES ao Programa Justiça 4.0, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o acordo firmado entre o CNJ e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) para a promoção da transformação digital da Justiça no Brasil, bem como “a necessidade de transformação digital do Poder Judiciário visando ao incremento da governança, da transparência e da eficiência da gestão pública e da prestação jurisdicional, com efetiva aproximação com o cidadão e redução de despesas”, conforme traz a Resolução 06/2023.

Aprovação do Projeto de Modernização da Justiça capixaba

A aprovação do Projeto de Modernização do Poder Judiciário Estadual pela Comissão de Financiamento Exterior do Ministério do Planejamento foi anunciada no dia 04 de maio de 2023, em sessão do Tribunal Pleno. O plano será executado com financiamento pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e acompanhamento pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

TJES recebe missão do BID

E logo após a aprovação, o Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES) recebeu, no dia 23 de maio de 2023, uma missão do BID, que passou uma semana no estado, em mais uma etapa do Programa de Modernização do Poder Judiciário do Espírito Santo (Promojues).

A solenidade de abertura foi conduzida pelo presidente do TJES, desembargador Fabio Clem de Oliveira, e contou com a presença do vice-presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Dair José Bregunce de Oliveira, e do desembargador Samuel Meira Brasil Júnior.

Pelo BID, estavam presentes o chefe da missão e chefe de equipe Fernando Cafferata, especialista sênior, o especialista principal e chefe de equipe alterno Rodrigo Serrano, o especialista líder Maurício Garcia Mejia, a analista de projeto Pétala Araujo, e o consultor Flavio Galvão.

Também participaram o secretário de Estado de Planejamento, Álvaro Duboc, o secretário de Estado de Controle e Transparência, Edmar Camata, o procurador-geral do Estado, Jasson Hibner Amaral, o secretário-geral do TJES, Marcelo Albuquerque, os juízes as-



sessores especiais da Presidência Daniel Peçanha e Ezequiel Turíbio, a juíza Trícia Navarro, secretários, assessores e servidores do Poder Judiciário e do Poder Executivo.

Governador sanciona lei que autoriza contratação de empréstimo junto ao BID

Em solenidade realizada no Palácio Anchieta, no dia 27 de junho de 2023, o governador Renato Casagrande sancionou a Lei que autoriza o Estado do Espírito Santo a contratar crédito junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para o Promojués.

Participaram do evento, o presidente do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES), desembargador Fabio Clem de Oliveira, o vice-presidente do TJES, desembargador Dair José Bregunçe de Oliveira, o presidente do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e



da Comunicação do TJES, desembargador Pedro Valls Feu Rosa, o presidente da Assembleia Legislativa do Estado, deputado Marcelo Santos, secretários de Estado e desembargadores do TJES, entre outras autoridades e servidores.

Processo de Modernização do Judiciário estadual é apresentado a parlamentares em Brasília

No dia 16 de agosto de 2023, o Promojus foi apresentado no Senado, a deputados e senadores, pelo presidente do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação do TJES (CGTIC), desembargador Pedro Valls Feu Rosa, que esteve acompanhado pelo coordenador geral da Unidade de Coordenação de Programas (UCP) do TJES, Bruno Alves de Souza Toledo.



A exposição contou com a participação de representantes da bancada capixaba, como o deputado Da Vitória e o senador Fabiano Contarato, entre outros parlamentares do estado. A expectativa é de que a aprovação no Senado Federal ocorra até o final de 2023.

Digitalização de Processos

Macrodesafios:

- » Agilidade e produtividade na prestação jurisdicional
- » Fortalecimento da estratégia nacional de TIC e proteção de dados
- » Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária

O Tribunal de Justiça do Espírito Santo realizou, no dia 30 de março de 2022, a solenidade de assinatura do Ato Normativo nº 007/2022, que deu início à digitalização dos processos físicos do Poder Judiciário. Durante a cerimônia, que aconteceu no Salão Pleno do TJES, o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Fabio Clem de Oliveira, e o corregedor geral da justiça, desembargador Carlos Simões Fonseca assinaram o documento, que deu início aos trabalhos de digitalização de cerca de 845 mil processos do acervo do Judiciário Estadual.

A solenidade contou, ainda com a presença do presidente do Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e da Comunicação do TJES, desembargador Pedro Valls Feu Rosa, e do conselheiro do CNJ e desembargador do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro Mauro Pereira Martins, entre outras autoridades do Estado.

Contratação de pessoas com deficiência

O Poder Judiciário Estadual (PJES) ganhou a contribuição de 100 pessoas com deficiência, a maioria surdas, que passaram a atuar desde o dia 01 de agosto de 2022 na digita-

lização de processos, em uma parceria com o Centro de Treinamento de Educação Física Especial (Cetefe).

Em 2023, diante da qualidade dos serviços prestados e da necessidade de acelerar a digitalização, mais 200 profissionais foram contratados por meio do Cetefe, que é uma ONG de assistência social sem fins lucrativos, cujo trabalho é direcionado à reabilitação, educação física, treinamento esportivo, inclusão social e acessibilidade de pessoas com deficiência.



Convênios com os municípios

O presidente do Tribunal de Justiça do Espírito Santo, desembargador Fabio Clem de Oliveira, e o prefeito do município de Vila Velha, Arnaldinho Borgo, assinaram, no dia 09 de maio de 2022, um convênio com o objetivo de implantação dos programas “Vila Velha 100% Processo Digital” e “Juízo 100% Digital” do Poder Judiciário, com o propósito de digitalizar, migrar e integrar todo o acervo processual físico e digital com a participação do Município de Vila Velha ou o Instituto de Previdência de Vila Velha.



Este foi o primeiro de muitos convênios firmados com municípios capixabas, que se comprometeram a dirigir recursos materiais e humanos em prol da digitalização, a fim de contribuir com a modernização da Justiça e a agilidade na tramitação dos processos, que passam a ser feitos exclusivamente de forma digital, o que gera mais economia e rapidez para profissionais de Direito, para as partes e para o Judiciário.

Também foram presenças marcantes nas cerimônias para assinaturas de convênios, o presidente do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação do TJES, desembargador Pedro Valls Feu Rosa, as juízas e os juízes responsáveis pelas respectivas Comarcas, e representantes da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Espírito Santo (OAB-ES).

E no dia 25 de maio de 2022, o Tribunal de Justiça firmou um convênio com a própria OAB-ES e com a Caixa de Assistência dos Advogados do Estado (CAAES), com o objetivo de atuarem conjuntamente na digitalização de processos judiciais físicos.



Para agilizar a digitalização de processos na Comarca de São Mateus, o Tribunal de Justiça e a Prefeitura do Município também firmaram um convênio no dia 24 de junho de 2022. O documento foi assinado pelo presidente do TJES, desembargador Fabio Clem de Oliveira, o presidente do CGTIC, desembargador Pedro Valls Feu Rosa, o secretário-geral

do Tribunal, Marcelo Tavares de Albuquerque, o prefeito Daniel Santana Barbosa e o juiz Diretor do Foro, Lucas Modenesi Vicente.



No dia 05 de julho de 2022, a Prefeitura de Vitória formalizou junto ao Tribunal de Justiça um Convênio de Cooperação Técnica para a Digitalização de Processos Judiciais. Participaram da reunião, o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Fabio Clem de Oliveira, o juiz assessor especial da Presidência, Daniel Peçanha Moreira, o presidente do Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (CGTIC) do TJES, desembargador Pedro Valls Feu Rosa, o prefeito de Vitória, Lorenzo Pazolini, entre outros representantes do executivo municipal.

Já o convênio, que também integra a Câmara Municipal, foi assinado no dia 26 de julho deste mesmo ano. A tratativa atribuiu ao executivo e legislativo municipal a disponibilização de servidoras, servidores, estagiárias e estagiários de direito para atuação no



cadastro dos processos no sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe). Enquanto ao judiciário estadual coube a disponibilização de computadores para a execução do serviço, bem como o compartilhamento das informações relativas ao processo de digitalização e cadastramento.

E outros dois novos convênios foram formalizados para acelerar a digitalização de processos no dia 18 de julho de 2022. As parcerias foram firmadas com a Amunes, Associação dos Municípios do Estado, com a Prefeitura de Cachoeiro de Itapemirim e a OAB Subseção Cachoeiro de Itapemirim.



Os documentos foram assinados pelos desembargadores Fabio Clem e Pedro Valls, e pelo prefeito de Cachoeiro de Itapemirim e diretor-presidente da Amunes, Victor da Silva Coelho. O convênio firmado com a Amunes também foi assinado pela secretária-executiva da Associação, Christiane Linhalis, e pelo advogado da instituição Luciano Ceotto.

Já o convênio com a Prefeitura de Cachoeiro de Itapemirim contou com o testemunho do juiz diretor do Foro, Eduardo Geraldo de Matos, e do presidente da OAB Subseção Cachoeiro de Itapemirim, o advogado Adilio Neto.

O presidente do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES), o presidente do Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (CGTIC) do TJES, o juiz diretor do Foro de Apicá, Evandro Coelho de Lima, e o prefeito do Município, Fabrício Gomes Thebaldi, também celebraram, no início de agosto de 2022, um convênio para atuação conjunta na digitalização de processos no município.



A Faculdade de Direito de Vitória (FDV) e a OAB-ES Vitória uniram forças e assinaram convênio com a Justiça estadual no dia 29 de agosto de 2022, a fim de acelerar a digitalização dos processos em tramitação no Foro de Vitória. Participaram da assinatura do documento o desembargador Fabio Clem de Oliveira, o desembargador Pedro Valls Feu Rosa, o diretor administrativo da FDV, Jorge Abikair Neto, o secretário geral da OAB-ES, Alberto Nemer Neto, e o juiz diretor do Foro de Vitória, Rodrigo Cardoso Freitas.

O principal objetivo do convênio de cooperação técnica foi a digitalização, migração e integração de todo o acervo do Juízo de Vitória. Para isso, a FDV disponibilizou estagiários para atuarem, junto ao TJES, no auxílio dos procedimentos de virtualização. Enquanto a



OAB contribuiu acompanhando a evolução dos trabalhos de transformação dos processos físicos para digitais, visto sua efetiva participação na implementação do Sistema Processo Judicial Eletrônico (Pje).



O prefeito de Baixo Guandu, Lastenio Luiz Cardoso, se reuniu com o presidente do Tribunal de Justiça e o presidente do Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (CGTIC) do TJES, no dia 02 de setembro de 2022, para assinar mais um convênio em prol da digitalização dos processos. Também estiveram presentes o diretor do Foro, Dener Carpaneda, e a juíza da 1ª Vara, Walmea Elyze Carvalho, bem como o procurador do município, Rodrigo Rodrigues.

No mesmo dia, o prefeito de Serra, Sérgio Vidigal, também se encontrou com o desembargador Fabio Clem de Oliveira e o desembargador Pedro Valls Feu Rosa para assinar tratativa neste mesmo sentido. A reunião ainda contou com a presença do juiz da Vara da Fazenda Pública Estadual da Serra, Rodrigo Miranda, e do procurador do município, Harlen Marcelo Pereira de Souza.

O município de Alto Rio Novo aderiu à iniciativa do Tribunal de Justiça, no dia 12 de setembro de 2022, quando o convênio foi assinado pelo prefeito Luiz Américo Borel, pelos desembargadores Fabio Clem e Pedro Valls, e pelo juiz diretor do Foro, Thiago Balbi da Costa.



Já o convênio de Presidente Kennedy foi assinado no dia 26 de setembro de 2022 pelo presidente do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES), o presidente do Comitê de Governança de Tecnologia da Informação de Comunicação (CGTIC) do TJES, a juíza diretora



do Foro de Presidente Kennedy, Priscilla Bazzarella de Oliveira, o prefeito do Município, Dorlei Fontão da Cruz, e o procurador municipal Deveite Alves Porto Neto.

Convênio de cooperação técnica para a virtualização de processos foi firmado ainda no dia 17 de outubro de 2022 com o Município de Muqui. A assinatura do documento inseriu a Comarca no projeto de política pública do Poder Judiciário do Espírito Santo, que visa acelerar a transformação de processos físicos em arquivos digitais e promover a modernização da Justiça Estadual. Assinaram o convênio, o desembargador Fábio Clem de Oliveira, o desembargador Pedro Valls Feu Rosa, o prefeito do município, Hélio Carlos Ribeiro Cândido, e a juíza diretora do Foro de Muqui, Raphaela Borges Micheli Tolomei.





A contribuição de Viana foi acordada em reunião realizada no dia 17 de outubro de 2022, no Palácio da Justiça, com a presença do presidente do Tribunal de Justiça, do presidente do CGTIC, do prefeito do Município, Wanderson Bueno, do diretor do Foro, Ricardo Garschagen Assad, bem como da procuradora do município, Thais Prata da Silva, e de representantes da OAB/ES da 11ª subseção.

Os prefeitos dos municípios de Irupi, Edmilson Meireles de Oliveira, e de Iúna, Romário Batista Vieira, estiveram no Tribunal de Justiça no dia 18 de outubro de 2022 e também aderiram à iniciativa do Tribunal de Justiça no sentido de agilizar a digitalização dos processos físicos que tramitam nas respectivas Comarcas.



No dia 25 de outubro de 2022 foi a vez de Ibatiba assumir o compromisso com esta política pública do Poder Judiciário do Espírito Santo. O convênio foi assinado pelo presidente do TJES, pelo presidente do CGTIC e pelo subprocurador do município, Rodrigo Amorim. Também estiveram presentes o juiz Carlos Henrique Cruz de Araújo Pinto, o presidente e integrantes da 16ª subseção da OAB-ES.



Dois outros convênios foram assinados no dia 31 de outubro de 2022: com os municípios de Mantenópolis e Conceição da Barra. O primeiro termo de cooperação técnica foi assinado pelo desembargador Fabio Clem de Oliveira, pelo desembargador Pedro Valls

Feu Rosa, pelo juiz diretor do Foro, Thiago Balbi da Costa, pelo prefeito de Mantenópolis, Hermínio Benjamim Hespanhol, e pela secretaria municipal de administração Natália Madalena de Souza Brito.



Já o segundo convênio, que tratou de parceria com o município de Conceição da Barra, foi assinado pelo presidente do TJES e pelo presidente do CGTIC, pelo juiz diretor do Foro, Leandro Cunha Bernardes da Silveira, pelo prefeito Walyson José Santos Vasconcelos e pela procuradora municipal Amanda Assis Bortolin Azevedo.

E o desembargador Fabio Clem recebeu, em 22 de novembro de 2022, o prefeito de Linhares, Bruno Marianelli, para a celebração de mais uma parceria do Poder Judiciário para impulsionar a digitalização dos processos físicos que tramitam na Comarca.

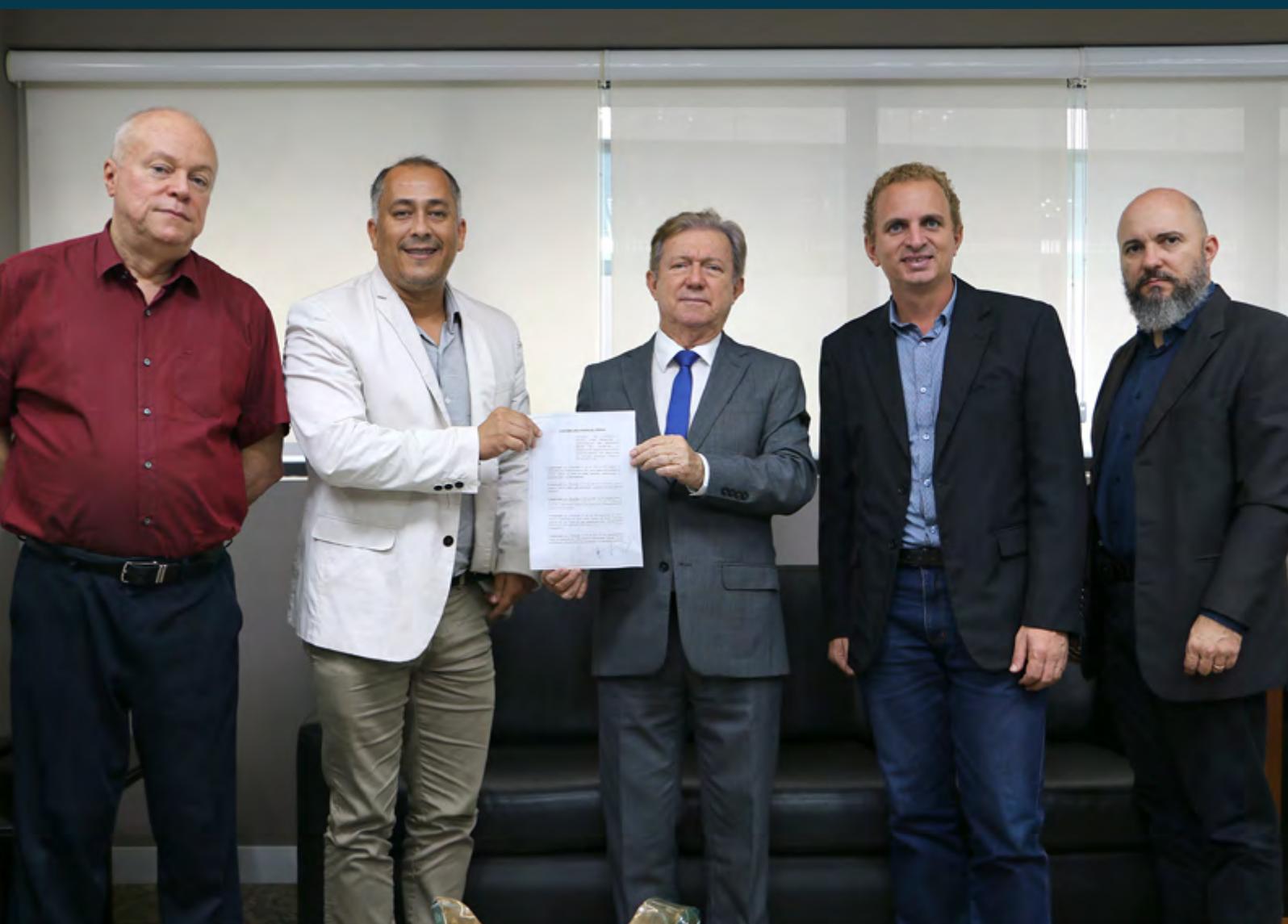


Em dezembro de 2022, o Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES) encerrou o ano com a assinatura de convênios com os municípios de Pancas, Jaguaré, Rio Bananal e Itarana. A cooperação técnica com o município de Pancas foi firmada no dia 12 de dezembro. Assinaram o documento o presidente do TJES, o juiz Diretor do Foro de Pancas, Menandro Taufner Gomes, e o prefeito do Município, Sidiclei Giles de Andrade, assim como o presidente da Câmara, vereador Otniel Carlos de Oliveira, o procurador de Pancas João Victor Oliveira Serafini e o procurador de Águia Branca Juanderson Moraes de Oliveira, como testemunhas.

Já no dia 13 de dezembro, foi assinado o termo com o prefeito de Jaguaré, Marcos Antônio Guerra Wandermurem, com a presença da juíza diretora do Foro, Elaine Cristine de Carvalho Miranda; e no dia 14 de dezembro, com o prefeito de Rio Bananal, Edimilson Santo Eliziário, que esteve acompanhado do secretário de Agricultura do município, Erivelto Ferrarini.



Por fim, no dia 19 de dezembro de 2022, o Tribunal de Justiça firmou convênio com o município de Itarana. Além do presidente do TJES, também assinaram o documento o desembargador Pedro Valls, presidente do CGTIC, o juiz Diretor do Foro de Itarana, Luis Eduardo Fachetti de Oliveira, o prefeito do Município, Vander Patrício, assim como o vice-prefeito, Ozeias Baldotto, como testemunha.



E em 2023, Fundão foi o primeiro município a assumir o compromisso de colaborar com a digitalização de processos. A adesão aconteceu no dia 19 de janeiro, quando o termo foi assinado pelo prefeito, Gilmar de Souza Borges, e pelos desembargadores Fabio Clem e Pedro Valls. Também participaram do encontro o juiz de Direito Alcenir José Demo, bem como o procurador e o subprocurador do Município, Gelson Antônio do Nascimento e Gleidson Demuner Patuzzo, respectivamente.



No mês seguinte, o Município de Alegre também firmou parceria com o Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES) na missão de impulsionar a digitalização de processos, a tramitação dos autos por meio unicamente virtual e a modernização do Judiciário. O convênio foi assinado no dia 08 de fevereiro pelo desembargador Fabio Clem de Oliveira, pela juíza Graciene Pereira Pinto, diretora do Fórum de Alegre, e pelo prefeito do Município, Nemrod Emerick. Ainda participaram do encontro para a assinatura do termo a advogada



Camila de Almeida Quarto, vice-presidente da 7ª Subseção da OAB-ES, e os advogados Rafael Vagas de Moraes Cassa e Marcelo Monteiro, respectivamente primeiro-secretário e conselheiro da subseção.

O prefeito de Santa Teresa formalizou convênio com esse mesmo propósito junto ao presidente do TJES, desembargador Fabio Clem de Oliveira, e ao presidente do CGTIC, desembargador Pedro Valls Feu Rosa. O juiz Alcemir dos Santos Pimentel, diretor do Foro de Santa Teresa, também esteve presente na assinatura.





O Município de Piúma aderiu ao programa de modernização do judiciário em 17 de maio, quando os desembargadores Fabio Clem e Pedro Valls, e o prefeito de Piúma, Paulo Celso Cola Pereira, bem como a juíza diretora do Foro, Serenuza Marques Chamon, assinaram convênio de cooperação técnica para promover a digitalização de processos físicos em tramitação na Comarca.

São José do Calçado também assinou convênio com o Tribunal de Justiça em 02 de agosto de 2023, quando assumiu o compromisso de colaborar com a digitalização de processos físicos que tramitam na Comarca. Participaram da assinatura o presidente do Tribunal de Justiça, o prefeito do Município, Antônio Coimbra de Almeida, e o juiz da Comarca Frederico Ivens Mina Arruda de Carvalho.



Processo Judicial Eletrônico (PJE)

Macrodesafios:

- » Agilidade e produtividade na prestação jurisdicional
- » Fortalecimento da estratégia nacional de TIC e proteção de dados
- » Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária

No dia 04 de outubro de 2023, após a expansão do PJe para a área criminal nos Juízos de Vitória, Cariacica e Serra, o Poder Judiciário capixaba alcançou a implantação completa do sistema, tanto na parte criminal quanto na parte cível.

Dessa forma, os processos deixam de tramitar de maneira física, ou seja, no papel, e passam a funcionar apenas em formato digital, o que promove redução de custos para o Judiciário e mais agilidade no julgamento dos casos.

A conclusão da implantação do PJe também é um grande avanço para o processo de modernização do Poder Judiciário estadual e um compromisso assumido pelo presidente do TJES, desembargador Fabio Clem de Oliveira, quando assumiu a gestão no Tribunal de Justiça.

TJES institui grupo de apoio técnico para atender demandas do sistema PJe

O Sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe) passou a ter, em abril de 2022, um Grupo de Apoio Técnico para atuar no atendimento negocial a usuários internos e externos do Primeiro Grau de Jurisdição e Turma Recursal, bem como do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES).

O Ato Normativo nº 39/2022, que instituiu o grupo, foi disponibilizado no Diário da Justiça em 19 de abril, e atribuiu à equipe o atendimento dos chamados relacionados a erros

de sistema, dificuldades operacionais, questões normativas, gestão cartorária, recebimento de sugestões, e demais dúvidas quanto à tramitação do processo judicial eletrônico.

Poder Judiciário do Espírito Santo institui o projeto Fórum Digital

O projeto Fórum Digital foi instituído por meio da Resolução nº 10/2022, assinada pelo desembargador Fabio Clem de Oliveira, e disponibilizada no Diário da Justiça no dia 10 de maio, após aprovação do Tribunal Pleno em sessão realizada no dia 05 de maio. O projeto consiste na adoção de medidas para priorizar o atendimento virtual de profissionais do Direito e partes pelas respectivas unidades judiciárias durante o horário de expediente.

Poder Judiciário do Espírito Santo cria centro de inteligência para tratamento de demandas

O Centro de Inteligência do Poder Judiciário do Espírito Santo (PJES) foi instituído pelo presidente do Tribunal de Justiça, por meio do Ato Normativo nº 70/2022, disponibilizado no Diário da Justiça em 15 de junho de 2022. A iniciativa foi criada para identificar e propor o tratamento adequado de demandas estratégicas ou repetitivas e de massa no âmbito da Justiça estadual.

As competências do Centro de Inteligência do PJES são: identificar e monitorar demandas judiciais repetitivas, de grandes litigantes e ações coletivas de grande repercussão; realizar estudos sobre as causas e consequências do excesso de litigiosidade na Justiça Estadual; propor medidas normativas e de gestão voltadas à modernização das rotinas processuais e à organização e estruturação das unidades judiciais atingidas pelo excesso de litigância; identificar e propor medidas de prevenção e repressão da litigância protelatória, entre outras.

Poder Judiciário Capixaba institui Núcleos de Justiça 4.0

O Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES) instituiu, por meio do Ato Normativo Conjunto nº 13/2022, de 24 de junho de 2022, os Núcleos de Justiça 4.0 no Judiciário capixaba, especializados por matéria e com competência em todo o estado.

No Núcleo de Justiça 4.0 tramitam apenas processos que estejam de acordo com o Juízo 100% Digital. Dessa forma, todos os atos processuais são praticados exclusivamente por meio eletrônico e remoto, e o atendimento a profissionais do Direito e partes é feito especialmente por meio do Balcão Virtual, durante o horário de expediente forense.

Judiciário capixaba adere à Plataforma Digital do Poder Judiciário

O Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES) dá mais um importante passo rumo à modernização da prestação jurisdicional com a adesão à Plataforma Digital do Poder Judi-



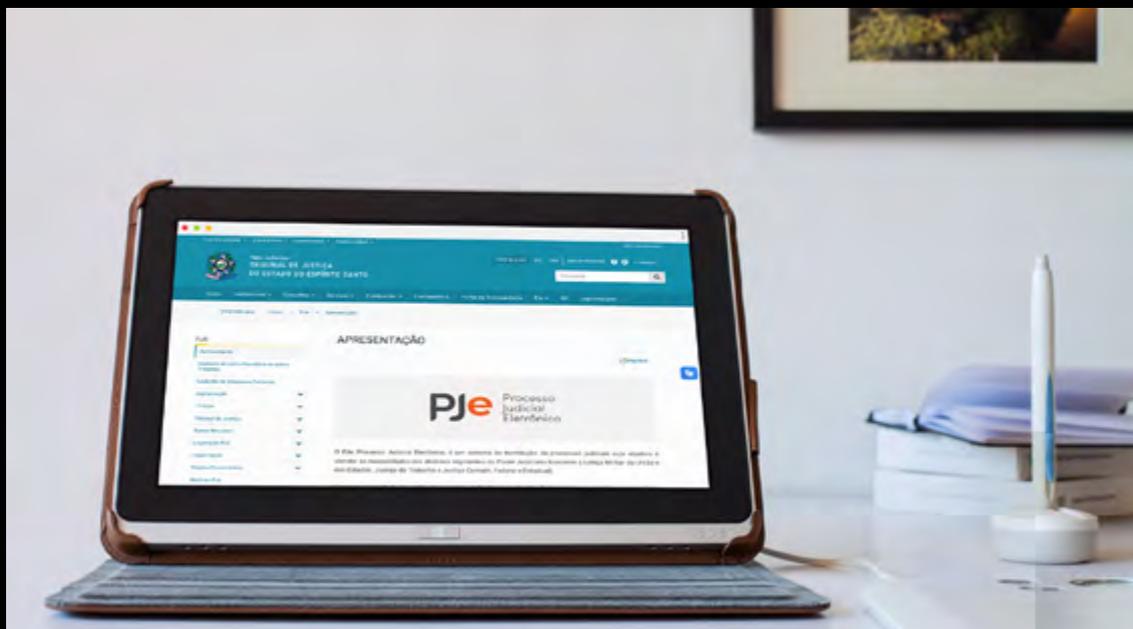
ciário (PDPJ), política pública do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que integra as principais ferramentas de gestão processual, bem como o desenvolvimento colaborativo de iniciativas que poderão ser compartilhadas com todos os tribunais de Justiça.

Para que ocorresse a adesão a esta política pública do CNJ, foi necessária a atualização do PJe em 14 versões. A iniciativa contou com o esforço da equipe da Secretaria de Tecnologia da Informação do TJES e o apoio do CNJ, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios e do Tribunal de Justiça de Rondônia.

TJES e OAB-ES firmam parceria para promover suporte ao Processo Judicial Eletrônico

O Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES), a Ordem dos Advogados do Brasil Seccional Espírito Santo (OAB-ES) e a Caixa de Assistência dos Advogados (CAAES) firmaram uma parceria para promover o atendimento de demandas relacionadas ao Processo Judicial Eletrônico (PJe).

Assim, advogadas e advogados passaram a contar, desde julho de 2022, com um suporte personalizado oferecido pela CAAES. O serviço está disponível de segunda a sexta-feira,



das 9h às 18 horas. O prazo máximo para atendimento é de vinte e quatro horas. Contudo, os chamados abertos após as 17h30 serão tratados no dia útil seguinte.

A parceria permite que profissionais da área técnica da CAAES tenham acesso à base de conhecimento da equipe de atendimento do TJES e possam responder de forma mais ágil e precisa. Caso o problema não seja resolvido prontamente neste primeiro nível, o chamado é enviado diretamente para a equipe do Tribunal de Justiça.

Migração do PJe para nuvem



Em solenidade realizada no dia 19 de dezembro de 2022, na Presidência do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES), o desembargador Fabio Clem de Oliveira, e o presidente do comitê gestor de tecnologia da informação e da comunicação, desembargador Pedro Valls Feu Rosa, anunciaram o início do processo de migração do Processo Judicial Eletrônico para a nuvem da Amazon.

Infraestrutura

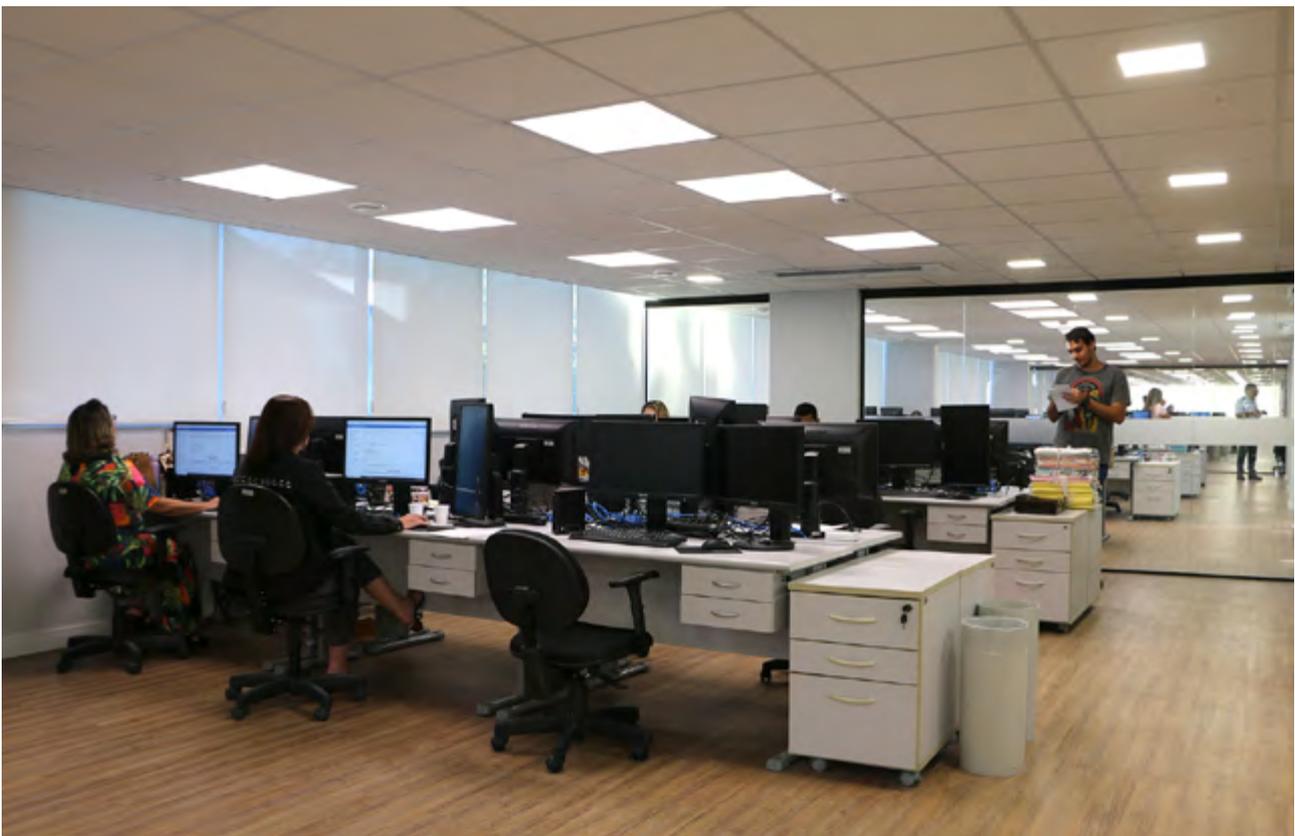
Macrodesafios:

- » Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária
- » Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira

Fórum Cível de Vitória ganha nova estrutura

O Fórum Cível de Vitória ganhou um novo endereço em janeiro de 2023. Com uma área de 4.250 metros quadrados, o edifício Blue Note, localizado próximo ao Palácio da Justiça e ao Shopping Vitória, na Enseada do Suá, passou a abrigar todas as unidades do Fórum Muniz Freire, ou seja, as 11 varas cíveis, as quatro varas de família, as duas varas de órfãos e sucessões, além da vara de acidente do trabalho e a de falências e recuperação judicial.

A mudança de endereço do Fórum Cível para a rua Leocádia Pedra dos Santos veio para trazer mais conforto, acessibilidade e uma melhor estrutura de atendimento a todas e todos operadores do direito. A região também foi sinalizada com placas indicativas.



Este também é o primeiro Fórum 100% Digital do Espírito Santo, com processos exclusivamente eletrônicos e com secretarias unificadas, com exceção da Vara de Falência e Recuperação Judicial, que permaneceu sendo atendida por seu cartório. Dessa forma, a comunicação com os gabinetes, as secretarias unificadas e o cartório é garantida por telefone, e-mail ou whatsapp web.

Assim, a 1ª Secretaria Unificada passou a atender a 1ª, a 2ª, a 3ª e 4ª Varas de Família, além da 1ª e da 2ª Varas de Órfãos e Sucessões. A 2ª Secretaria Unificada agora atende as 3ª, 4ª, 5ª e 6ª Varas Cíveis. A 3ª Secretaria Unificada, a 2ª, 7ª, 8ª e 9ª Varas Cíveis. A 4ª Secretaria Unificada, a 1ª, 10ª e 11ª Varas Cíveis, e Vara de Acidente do Trabalho.

Melhorias nas instalações de Justiça e Segurança em Anchieta

O Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES) e o Município de Anchieta firmaram, no dia 10 de maio de 2023, um convênio de cooperação para promover, de forma conjunta, melhorias nas instalações da justiça e segurança da cidade. O documento foi assinado pelo desembargador Fabio Clem de Oliveira, pelo prefeito de Anchieta, Fabrício Petri, e pelo secretário-geral do Tribunal de Justiça, Marcelo Tavares de Albuquerque.



Por meio da parceria, ficou estabelecida a devolução de imóvel, localizado na região central de Anchieta, que anteriormente estava cedido pelo estado ao Poder Judiciário e era utilizado para o arquivo do Fórum da Comarca. Após reforma, o local passa a abrigar a Delegacia de Polícia e um posto da Guarda Municipal. Já o arquivo da Justiça ganha um outro local, locado pelo Poder Executivo Municipal, com instalações melhores e adaptadas para receber esses documentos.

Inauguração da Reforma do Fórum de Iconha

Em cerimônia realizada no dia 14 de agosto de 2023, o presidente do Tribunal de Justiça do Espírito Santo, e a juíza diretora do Foro, Daniela de Vasconcelos Agapito, inauguraram a reforma do Fórum Desembargador Augusto Affonso Botelho, da Comarca de Iconha.

As obras foram realizadas em parceria com o município e a solenidade contou com a participação do prefeito Gedson Brandão Paulino, do desembargador do TJES Júlio César Costa de Oliveira, dos juízes assessores especiais da presidência Daniel Peçanha Moreira



e Ezequiel Turíbio, e da presidente da Associação dos Magistrados do Espírito Santo, juíza Glícia Dornela Alves Ribeiro.

A reforma foi possível devido a um acordo, firmado entre as instituições, no dia 29 de março de 2022, em que o Tribunal de Justiça ficou responsável pela realização do projeto arquitetônico, enquanto o Município de Iconha cuidou da execução das obras de reforma do edifício e de contenção do terreno às margens do Rio Iconha.

O pacto teve como objetivo garantir melhorias para a população e integrantes da Justiça que atuam no fórum, bem como a construção de contenção do terreno, evitando, assim, que o local seja atingido pelas cheias provocadas pelas chuvas, como já chegou a ocorrer em anos anteriores.

Economia e sustentabilidade: TJES inicia obras para instalação de placas de captação de energia solar em fóruns do Espírito Santo

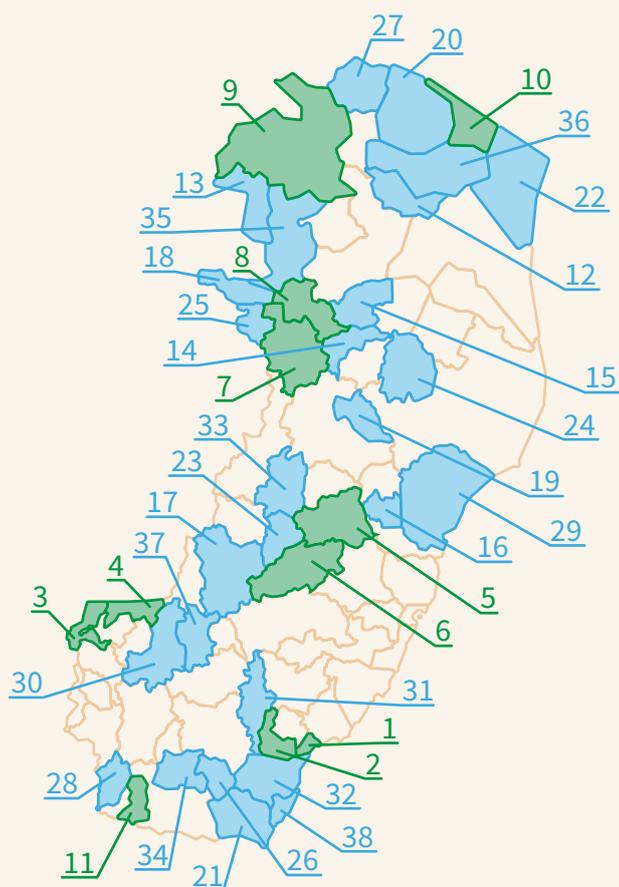
Macrodesafios:

- » [Promoção da sustentabilidade](#)
- » [Aperfeiçoamento da gestão orçamentária e financeira](#)

As obras de instalação de usinas fotovoltaicas, ou como são popularmente conhecidas, usinas de geração de energia solar, tiveram início no dia 27 de setembro de 2023, nos Fóruns do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo.

Ao todo, está programada a instalação de 38 usinas, capazes de gerar aproximadamente 200 MWh de energia por mês. Isso equivale a aproximadamente 25% de todo o consumo de energia do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo. A economia que será obtida está estimada em torno de R\$ 200 mil reais por mês.

Todas as usinas vão produzir quantidade de energia superiores ao seu consumo e a energia excedente será jogada na rede da concessionária de energia e convertida em créditos que serão utilizados para pagar o custo de energia com os outros Fóruns.



lista dos fóruns onde as usinas já estão sendo instaladas, com obras iniciadas em 27 de setembro

- Piúma (1)
- Rio Novo do Sul (2)
- Iúna (3)
- Ibatiba (4)
- Santa Teresa (5)
- Santa Maria de Jetibá (6)
- Pancas (7)
- Águia Branca (8)
- Ecoporanga (9)
- Pedro Canário (10)
- Apiacá (11)



lista dos demais fóruns que também receberão usinas fotovoltaicas

- | | | |
|------------------------------|----------------------------|-------------------------------|
| ● Boa Esperança (12) | ● Presidente Kennedy (21) | ● Muniz Freire (30) |
| ● Água Doce do Norte (13) | ● Conceição da Barra (22) | ● Vargem Alta (31) |
| ● São Domingos do Norte (14) | ● Itarana (23) | ● Itapemirim (32) |
| ● São Gabriel da Palha (15) | ● Rio Bananal (24) | ● Itaguaçu (33) |
| ● Ibiracú (16) | ● Alto Rio Novo (25) | ● Muqui (34) |
| ● Afonso Cláudio (17) | ● Atílio Vivácqua (26) | ● Barra de São Francisco (35) |
| ● Mantenópolis (18) | ● Mucurici (27) | ● Pinheiros (36) |
| ● Marilândia (19) | ● São José do Calçado (28) | ● Conceição do Castelo (37) |
| ● Montanha (20) | ● Aracruz (29) | ● Marataízes (38) |



Capital Humano

Macrodesafios:

- » Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas
- » Agilidade e produtividade na prestação jurisdicional
- » Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária

Tribunal de Justiça abre concurso público para preenchimento de 128 vagas para servidoras e servidores

O Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES) divulgou, no dia 09 de janeiro de 2023, o edital de concurso público para o preenchimento de 128 vagas e formação de cadastro de reserva para cargos de nível superior.

O Edital nº 01/2023 reservou vagas para pessoas com deficiência, negras e indígenas, e estabeleceu o total de 85 vagas para o cargo de analista judiciário – área judiciária – especialidade em Direito, 20 vagas para o cargo de oficial de justiça avaliador, e 02 vagas para analista judiciário – especialidade execução penal.

Além de vagas para analista judiciário de apoio especializado em Direito (05), Psicologia (05), Serviço Social (05) e Taquigrafia (01), bem como 05 vagas para analista judiciário especial – área judiciária – especialidade contador.

Assim como, formação de cadastro de reserva para as áreas de Administração, Arquitetura, Arquivologia, Biblioteconomia, Comunicação Social, Contabilidade, Economia, Enfermagem, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, Estatística, Letras, Medicina do Trabalho, Comissário de Justiça da Infância e Juventude, Pedagogia, Psicologia, Serviço Social e Taquigrafia.

As provas foram aplicadas pelo Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos (Cebbraspe) no dia 19 de março de 2023. E o resultado final das provas objetivas e o resultado provisório da prova discursiva do concurso foi divulgado no dia 18 de abril de 2023.

Já o resultado final da avaliação biopsicossocial de candidatas e candidatos que se declararam com deficiência, do procedimento de verificação para pessoas que se declararam negras ou indígenas e a convocação para o desempate de notas foi divulgado no dia 13 de junho, no Diário da Justiça Eletrônico (e-diario).

Tribunal de Justiça do Espírito Santo realiza processo seletivo para juíza leiga e juiz leigo

O Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES), por meio da Escola da Magistratura (Emes), também abriu as inscrições, em janeiro de 2023, do processo seletivo para a função de juíza leiga e juiz leigo. Ao todo, foram disponibilizadas 36 vagas em Juizados Especiais do estado, além da formação de cadastro de reserva para atendimento a novas vagas que vierem a surgir durante a validade do processo.

As provas foram aplicadas no mês de abril pelo Instituto Brasileiro de Apoio e Desenvolvimento Executivo (Ibade), visando à seleção de profissionais com mais de dois anos de experiência na advocacia que terão como função elaborar projeto de decisão, sentença, voto ou decisão monocrática, que será submetida a juízas e juízes togados para homologação.

O resultado final e homologação do Processo Seletivo para juíza leiga e juiz leigo, referente ao Edital nº 01/2023, foi publicado no Diário da Justiça em 06 de junho de 2023.

Mais de 300 pessoas são aprovadas para residência jurídica no Tribunal de Justiça do Espírito Santo

O resultado final e a homologação do processo seletivo para o Programa de Residência Jurídica do Poder Judiciário Estadual foi divulgado no dia 19 de janeiro de 2023 no site do Instituto Brasileiro de Apoio e Desenvolvimento Executivo (Ibade) e também disponibilizado no dia 20 de janeiro no Diário da Justiça (e-diario).

Mais de 300 profissionais foram aprovadas no Programa, regulamentado pelo Ato Normativo nº 48/2022 e destinado a pessoas formadas em Direito que estejam cursando especialização, mestrado, doutorado, pós-doutorado ou, ainda, que tenham concluído o curso de graduação há no máximo 5 anos, consistindo no treinamento dos residentes, ensino, pesquisa e extensão, além de auxílio a integrantes do Poder Judiciário.

Judiciário estadual também abre certame para o preenchimento de 20 vagas de juízas substitutas e juízes substitutos

O Tribunal de Justiça divulgou, no dia 03 de abril de 2023, edital de concurso público para o preenchimento de 20 vagas e a formação de cadastro de reserva para juízas e juízes substitutos do TJES.

O Edital nº 01/23 reservou 10% para pessoas com deficiência, 20% para pessoas negras e 3% para pessoas indígenas do total de vagas. O documento também assegurou a possibilidade de uso do nome social à transexuais ou travestis durante o concurso, por meio de solicitação para a Fundação Getúlio Vargas (FGV), organizadora do certame.

A prova objetiva, de caráter eliminatório e classificatório, com 100 questões de múltipla escolha, foi aplicada no dia 27 de agosto. A segunda etapa compreende as provas escritas (discursiva e prática de sentenças), de caráter eliminatório e classificatório. Em seguida, a terceira etapa, de caráter eliminatório, engloba: sindicância da vida pregressa e investiga-

ção social, exame de sanidade física e mental, e exame psicotécnico. Na quarta etapa, de caráter eliminatório e classificatório, acontece a prova oral; e na quinta etapa, de caráter classificatório, ocorre a avaliação de títulos.

TJES designa grupo de trabalho e juízes gestores para o cumprimento das metas nacionais do CNJ

Macrodesafio:

- » **Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária;**

O presidente do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES), desembargador Fabio Clem de Oliveira, designou, no dia 30 de março de 2022, os juízes gestores das Metas Nacionais fixadas pelo Conselho Nacional da Justiça (CNJ) para o ano de 2022 e o grupo de trabalho para acompanhar o cumprimento das metas no âmbito da Justiça estadual no biênio 2022/2023.



O Ato Normativo nº 03/2022 instituiu a equipe do grupo de trabalho, que tem por finalidade o planejamento, acompanhamento detalhado e cumprimento das Metas Nacionais do CNJ, bem como as ações do Prêmio Mérito Jurisdicional William Couto Gonçalves. E o Ato Normativo nº 04/2022, por sua vez, dispôs acerca da designação de magistrados e auxiliares para atuar no cumprimento das metas.

TJES define nomes dos integrantes do Núcleo de Justiça Restaurativa

Macrodesafio:

- » **Prevenção de litígios e adoção de soluções consensuais para os conflitos;**

Os nomes dos integrantes do Núcleo Gestor de Justiça Restaurativa do Poder Judiciário do Espírito Santo foram divulgados no dia 08 de abril de 2022, por meio do Ato Normativo 34/2022, assinado pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Fabio Clem de Oliveira.

O grupo, presidido pelo supervisor das Varas da Infância e da Juventude, desembargador Jorge Henrique Valle dos Santos, é responsável pela coordenação da implementação e promoção da Justiça Restaurativa em todo o Espírito Santo.

O Núcleo têm as seguintes atribuições: o planejamento da expansão e implantação da Justiça Restaurativa, a interlocução com as instituições parceiras, o apoio a juízas e juizes, o incentivo à formação, e a manutenção de um cadastro de facilitadores em Justiça Restaurativa.

Além disso, cabe ao NUGJUR implantar, divulgar e desenvolver Núcleos de Justiça Restaurativa, em parceria com os Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejuscs) e as unidades judiciárias, em especial as que possuem competência relativa aos Juizados Especiais Criminais, Execução Penal, Infância e Juventude, Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher e de Família e Sucessões.

Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável ganha nova composição

Macrodesafio:

» Promoção da sustentabilidade

A nova composição da Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável (CGPLS) do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES) foi instituída por meio do Ato Normativo nº 43/2022, disponibilizado no e-diário do dia 05 de maio de 2022.

Dessa forma, a CGPLS, que tem como atribuição monitorar, avaliar e revisar o Plano de Logística Sustentável do TJES (PLS), é presidida pelo desembargador Raphael Americana Câmara e tem como coordenadora auxiliar a juíza Graciela de Rezende Henriquez. A equipe também é composta pelo secretário de Infraestrutura Fabio Tadeu Dias e por uma equipe de servidoras do TJES.

Por meio do Plano de Logística Sustentável (PLS), a Comissão deve fomentar ações que estimulem: o aperfeiçoamento contínuo da qualidade do gasto público; o uso sustentável de recursos naturais e bens públicos; a redução do impacto negativo das atividades



do órgão no meio ambiente com a adequada gestão dos resíduos gerados; a promoção das contratações sustentáveis; a gestão sustentável de documentos, em conjunto com a unidade responsável; a sensibilização e capacitação do corpo funcional, força de trabalho auxiliar e de outras partes interessadas; e a qualidade de vida no ambiente de trabalho, em conjunto com a Secretaria de Gestão de Pessoas.

Profissionais do TJES recebem designação para atuar no depoimento especial

Macrodesafio:

» Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas

O depoimento especial ganhou o reforço de mais de 20 profissionais do Poder Judiciário do Espírito Santo que, após participarem de formação, receberam a missão de auxiliar juízas e juízes na realização de audiências em que crianças e adolescentes são vítimas ou testemunhas. As designações foram feitas por meio do Ato Normativo nº 133/2022, disponibilizado no e-diário em 13 de setembro de 2022.

A capacitação que formou assistentes sociais, psicólogas e psicólogos para atuar nessas sessões foi realizada pela Escola da Magistratura do Estado do Espírito Santo, a partir do protocolo brasileiro de entrevista forense com crianças e adolescentes, lançado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância no Brasil (Unicef) e a Childhood Brasil.

O objetivo é proporcionar um atendimento acolhedor para crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, além de evitar que precisem narrar os fatos novamente durante o processo, já que toda a conversa é gravada e anexada aos autos.

Assim, os atendimentos ocorrem em uma sala apropriada, a sala de audiência especial, preparada com câmera e microfone, que transmitem o depoimento para a sala de audiên-

cia, em observância à Lei nº 13.431/2017, responsável por estabelecer o sistema de garantias de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência.

TJES publica resultado de edital para seleção de profissionais de mediação e conciliação

Macrodesafio:

» Prevenção de litígios e adoção de soluções consensuais para os conflitos

O resultado do edital para seleção e formação de cadastro de mediadoras e mediadores, conciliadoras e conciliadores judiciais, lançado pelo Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES), por meio do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos e Cidadania (Nupemec), em novembro de 2022, foi disponibilizado no e-diário do dia 17 de janeiro de 2023.

O processo seletivo teve duas etapas, inscrição, conforme a ordem cronológica do cadastro, e análise de títulos, em que puderam participar pessoas com formação em mediação e conciliação com inscrição regular no Nupemec e que não fazem parte do quadro funcional do Poder Judiciário estadual.

A partir das listas de atuação divulgadas, profissionais de mediação e conciliação, que antes atuavam voluntariamente, passaram a receber remuneração por suas atividades, que podem ocorrer em um ou mais Cejuscs pelo prazo de 06 meses, prorrogável por igual período, conforme interesse da administração.

O pagamento de caráter indenizatório é feito por hora trabalhada, conforme a Resolução nº 023/2022 do PJES, sem gerar vínculo empregatício ou estatutário com o Poder Judiciário do Espírito Santo.

Homenagens e Posses

Desembargadores que se aposentaram durante o biênio

Ao se despedir do Judiciário capixaba, em razão de sua aposentadoria, o desembargador Ronaldo Gonçalves de Sousa recebeu homenagem do Tribunal Pleno no dia 18 de agosto de 2022, após 42 anos de serviços prestados à justiça estadual.



“Despedida é um momento único, milagre em forma de encontro entre o passado e o futuro, ambos habitando um singelo pedaço do tempo presente, se a isso se presta reunir momentos outrora irreuníveis, cabe nestas cândidas palavras um tributo ao que findou e outro ao porvir. Em retrospectiva, nada há de maior realce senão o sentimento de gratidão, que nutro no âmago do meu ser àquelas queridas pessoas que compartilharam comigo esta trajetória de vida”.

Desembargador Ronaldo Gonçalves de Sousa

Ney Batista Coutinho deixou o Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES) depois de mais de 14 anos no cargo de desembargador no TJES e quase 40 anos de serviços prestados no Judiciário estadual, onde atuou em diversas Comarcas do interior do estado e na Capital. Em sessão solene realizada no dia 15 de setembro de 2022, o magistrado recebeu homenagem do Plenário da Corte.

“Foi esse tribunal de muita importância em minha carreira, porque aqui aprendi a julgar em sede de segundo grau. Nele colhi, dentre outras lições, aquela de Aguiar Dias, ou seja, a nenhum senhor o juiz deve render obediência, que não ao seu ideal de justiça, entendida esta como instrumento de harmonia social”.

Desembargador Ney Batista Coutinho



O desembargador Adalto Dias Tristão se despediu do Tribunal de Justiça (TJES) no dia 10 de novembro de 2022, após 29 anos de atuação no Judiciário estadual. A solenidade reuniu autoridades, familiares e amigos do homenageado no salão pleno do TJES.

“Julgar é uma das funções mais nobres, mas também árdua, delicada e espinhosa. Com raras exceções, os magistrados são honestos, honrados e dedicados, muitas vezes duros, candentes, até implacáveis, o que esconde um homem sensível, muitas vezes amargurado através da toga”.

Desembargador Adalto Dias Tristão





“Que posso fazer agora neste momento senão agradecer com devoção a todos aqueles que me prestigiaram neste tribunal, inclusive o atual presidente, o desembargador Fabio Clem e também os meus colegas presentes e passados. Tenho certeza de que nesse momento expressei a minha gratidão e a minha alegria a todos os colegas que me prestigiaram, principalmente os da minha Câmara, pela amizade e compreensão, por minhas falhas na condução dos julgamentos nos diversos momentos da minha carreira, nos diversos cargos que ocupei, inclusive sendo sabidamente condescendentes com as faltas por mim cometidas”.

Desembargador Manoel Alves Rabelo

Em sessão solene, o desembargador Manoel Alves Rabelo se aposentou no dia 18 de maio de 2023, após 43 anos dedicados à magistratura, sendo 29 anos de atuação apenas no Tribunal de Justiça.

Após 37 anos dedicados à magistratura, o desembargador Jorge do Nascimento Viana também se despediu do Tribunal de Justiça em sessão solene realizada no dia 27 de julho de 2023.

“Minha maior preocupação sempre foi entregar um serviço de qualidade na prestação jurisdicional, em especial, ocupar um posto no Poder Judiciário com a nobre tarefa de viabilizar a construção de uma sociedade voltada para a fraternidade, solidariedade e sobretudo justiça social”.

Desembargador Jorge do Nascimento Viana



Desembargadoras e desembargadores que passaram a integrar o Tribunal de Justiça durante o biênio

A posse solene do desembargador Raphael Americano Câmara e da desembargadora Marianne Júdice de Mattos aconteceu no dia 19 de maio de 2022.

O desembargador Raphael Câmara foi escolhido para ocupar a vaga aberta com a aposentadoria do desembargador Álvaro Manoel Rosindo Bourguignon. O Tribunal de Justiça definiu a lista tríplice no dia 17 de dezembro de 2021, tendo o governador Renato Casagrande escolhido o então advogado Raphael Americano Câmara para ocupar a vaga.

A magistrada Marianne Júdice de Mattos foi promovida ao cargo de desembargadora do TJES no dia 07 de abril de 2022. À unanimidade, desembargadores e desembargadoras aprovaram o nome da juíza, pelo critério de antiguidade, para ocupar uma cadeira na Corte de Justiça do Estado em razão da aposentadoria da desembargadora Elisabeth Lordes.

O Pleno do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES) elegeu, no dia 30 de setembro de 2022, dois novos desembargadores para compor a Corte. O nome do juiz Raimundo Siqueira Ribeiro foi aprovado à unanimidade para o preenchimento de vaga para o cargo de desembargador pelo critério de antiguidade, enquanto o magistrado Sérgio Ricardo de Souza foi eleito pelo critério de merecimento.

No dia 02 de março de 2023 foi a vez do desembargador Ubiratan Almeida Azevedo ser recebido solenemente no Tribunal Pleno. O magistrado foi promovido ao cargo pelo critério de merecimento, em 15 de dezembro de 2022, ocasião em que também tomou posse administrativa e passou a ocupar a vaga deixada pelo desembargador Adalto Dias Tristão em razão de sua aposentadoria.

A cerimônia de posse da desembargadora Débora Maria Ambos Corrêa da Silva aconteceu no 03 de agosto de 2023. A magistrada foi promovida à unanimidade ao cargo, pelo

critério de antiguidade, em sessão realizada no dia 22 de junho, quando preencheu a vaga antes ocupada pelo desembargador Manoel Alves Rabelo.

Já o magistrado Fábio Brasil Nery foi promovido ao cargo de desembargador do Tribunal de Justiça, pelo critério de merecimento, em sessão realizada no dia 14 de setembro de 2023, quando também tomou posse administrativa. O novo desembargador ocupou a vaga deixada com a aposentadoria do desembargador Jorge do Nascimento Viana.

TJES homenageia unidades judiciárias e profissionais de destaque com prêmio William Couto Gonçalves

O presidente do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES), desembargador Fabio Clem de Oliveira, e a desembargadora Janete Vargas Simões, presidente do Grupo de Trabalho



para planejamento, acompanhamento e cumprimento das Metas Nacionais do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), entregaram, no dia 12 de dezembro de 2022, o prêmio “Mérito Judiciário William Couto Gonçalves, para 97 unidades judiciárias e integrantes do Poder Judiciário do Espírito Santo que se destacaram durante o ano de 2021.

A premiação, que reconhece a produtividade e a boa gestão judicial, foi criada em 2017 para incentivar e reconhecer o trabalho diário e contínuo desenvolvido por integrantes do Poder Judiciário do estado. A premiação também é uma homenagem in memoriam ao desembargador William Couto Gonçalves, que atuou no Tribunal de Justiça do Espírito Santo entre os anos de 2010 e 2015.

Responsabilidade Social

Macrodesafios:

- » [Garantia dos Direitos Fundamentais](#)
- » [Fortalecimento da relação institucional do Judiciário com a Sociedade](#)

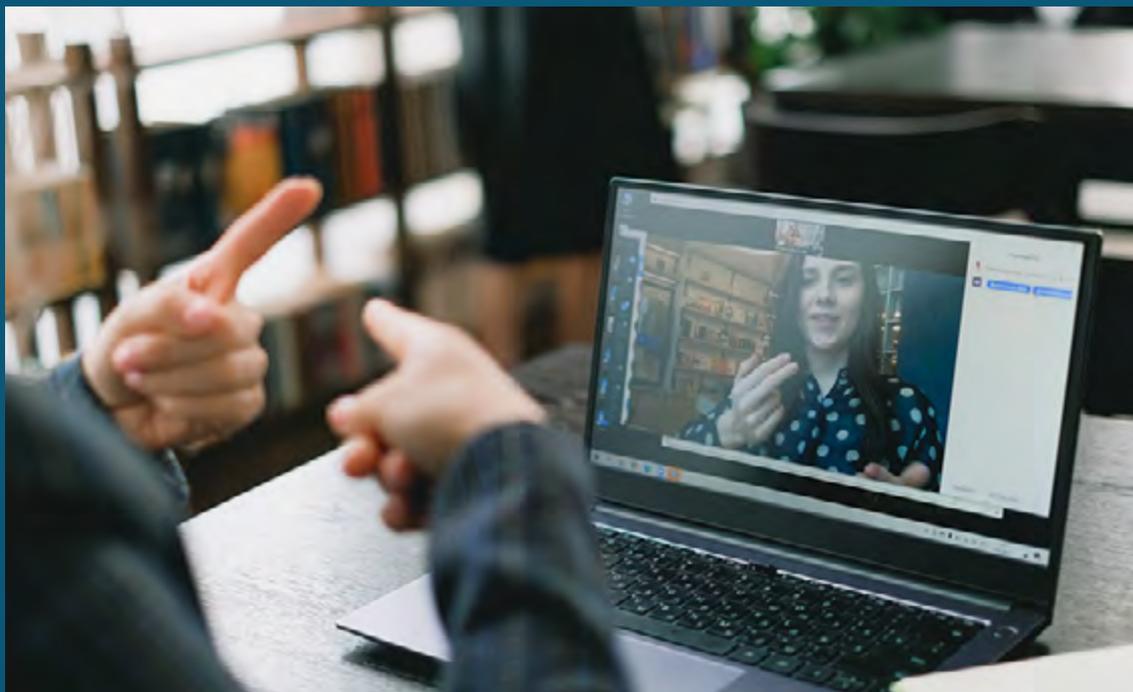
Central de Intermediação em Libras é disponibilizada para atendimento na Justiça estadual

Desde fevereiro de 2022, cidadãos e cidadãos que possuem alguma deficiência auditiva ou surdez passaram a contar com o serviço de tradução simultânea: a Central de Intermediação em Libras (CIL-ES), nas unidades do Poder Judiciário de todo o Estado.

O serviço de tradução simultânea, lançado pelo governo estadual em novembro do ano passado para viabilizar a comunicação entre pessoas surdas e ouvintes por meio de videochamada, foi disponibilizado também para os usuários do Poder Judiciário Estadual.

A CIL-ES representa um avanço para a inclusão social das pessoas usuárias de Libras, garantindo o desenvolvimento da autonomia e potencialidade de cidadãos e cidadãs com

deficiência auditiva e/ou surdez. A interpretação, nesse caso, ocorre por meio de acesso a um site ou aplicativo, disponível para sistemas iOS, Android e Windows.



Justiça estadual institui Programa de Acessibilidade para o período de 2022 a 2026

O Programa de Acessibilidade e Inclusão do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo para o período de 2022 a 2026 foi instituído pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Fabio Clem de Oliveira, por meio do Ato Normativo nº 140/2022, disponibilizado no Diário da Justiça no dia 19 de setembro de 2022.



A publicação traz uma série de ações e estratégias institucionais que visam promover direitos e garantias das pessoas com deficiência por meio da acessibilidade arquitetônica, comunicacional, tecnológica e em serviços, bem como através da gestão da acessibilidade.

Tribunal de Justiça do Espírito Santo assina protocolo de intenções com o Tribunal Regional Eleitoral para promoção de igualdade de gênero e combate à violência política contra mulheres

O presidente do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES), desembargador Fabio Clem de Oliveira, assinou, no dia 16 de maio de 2023, o protocolo de intenções promovido pelo Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo (TRE-ES), para ações de promoção de igualdade de gênero e combate à violência política contra mulheres.

Participaram da assinatura o presidente do TRE-ES, desembargador José Paulo Calmon Nogueira da Gama, e o advogado Renan Sales, diretor da Escola Judiciária Eleitoral do Espírito Santo (EJES). Assina ainda o documento a juíza Trícia Navarro Xavier Cabral, vice-diretora da EJES.

Também integram a iniciativa o Governo do Estado; a Procuradoria Regional Eleitoral (MPF); o Ministério Público Estadual (MPES); a Ordem dos Advogados do Brasil - seccional

Espírito Santo (OAB-ES); a Associação Brasileira das Mulheres de Carreira Jurídica (ABM-CJ); a Escola da Magistratura do Estado do Espírito Santo (Emes); a Comissão Permanente de Direitos Humanos da Ufes; e a Faculdade de Direito de Vitória (FDV).

O protocolo de intenções tem validade de dois anos (podendo ser renovado por todos os pactuantes) e tem como objetivo coordenar, planejar e implementar ações conjuntas e de auxílio mútuo na realização de iniciativas para a promoção de igualdade de gênero e combate à violência política contra mulheres. A execução se dará por meio de ações educativas, fóruns de discussão e campanhas de conscientização.

TJES firma termo de cooperação com o TRT-ES para utilização em conjunto da estrutura do Juizado Itinerante da Lei Maria da Penha

O Tribunal de Justiça do Espírito Santo e o Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região (ES) assinaram, em 12 de julho de 2023, um termo de cooperação com o intuito de proporcionar o acesso à justiça para todos, visando eficácia, responsabilidade e inclusividade em



todos os níveis, conforme o previsto no compromisso da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas – ONU para a justiça brasileira.

O acordo garante a utilização, em conjunto, da estrutura do Juizado Itinerante da Lei Maria da Penha, também conhecido como ônibus rosa. Com a iniciativa, as Instituições pretendem fortalecer as ações de combate à violência doméstica e familiar, bem como realizar ações de sensibilização e esclarecimento sobre direitos trabalhistas, em especial no interior do Estado.

Instituições recebem cerca de R\$ 5 milhões para desenvolvimento de projetos sociais

Mais de 30 entidades, que tiveram seus projetos sociais selecionados, receberam, no dia 03 de abril de 2023, no Salão Pleno do Tribunal de Justiça, verba financeira para o desenvolvimento de suas atividades. Ao todo, foram entregues cerca de R\$ 5 milhões referentes à aplicação de penas pecuniárias por juízas e juízes criminais da Grande Vitória.



Os alvarás, por meio dos quais as instituições vão receber a verba, foram entregues aos representantes das entidades pelo supervisor das Varas Criminais e de Execuções Penais, desembargador Fernando Zardini Antonio, e pelo juiz titular da Vara de Execuções de Penas e Medidas Alternativas (Vepema), Carlos Eduardo Ribeiro Lemos. Também prestigiaram o evento os juízes assessores da Presidência do Tribunal de Justiça, Ezequiel Turíbio e Daniel Moreira.

Os valores das penas pecunárias, geridos pela Vepema, 7ª Vara Criminal de Vitória, quando não são destinados à vítima ou a seus dependentes, são designados, preferencialmente, a instituição pública ou privada com finalidade social ou para atividade de caráter essencial à segurança, educação e saúde.

Dessa forma, os recursos foram destinados para: contratação de educadores; aquisição de automóveis para atender idosos e crianças; reformas de instituições; construções de banheiros em escolas públicas; compra de produtos de higiene e limpeza; cadeiras de rodas; mobiliário para maior conforto de crianças; pagamento de pessoal; testes psicológicos, material de fisioterapia; computadores para inclusão digital de crianças carentes; reforma de quadra poliesportiva; sala de judô; compra de violinos e outros instrumentos.

Judiciário e Município de Piúma assinam Termo de Adesão para implementação do Escritório Social

Macrodesafio:

» Aperfeiçoamento da Gestão da Justiça Criminal

No dia 12 de maio de 2023, o prefeito de Piúma, Paulo Celso Cola Pereira, o juiz da Comarca, Diego Ramirez Grigio Silva, o juiz auxiliar da presidência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e coordenador do DMF, Luís Geraldo Sant’Ana Lanfredi, o secretário de Estado da Justiça André de Albuquerque Garcia e o promotor de Justiça da Comarca de Piúma,



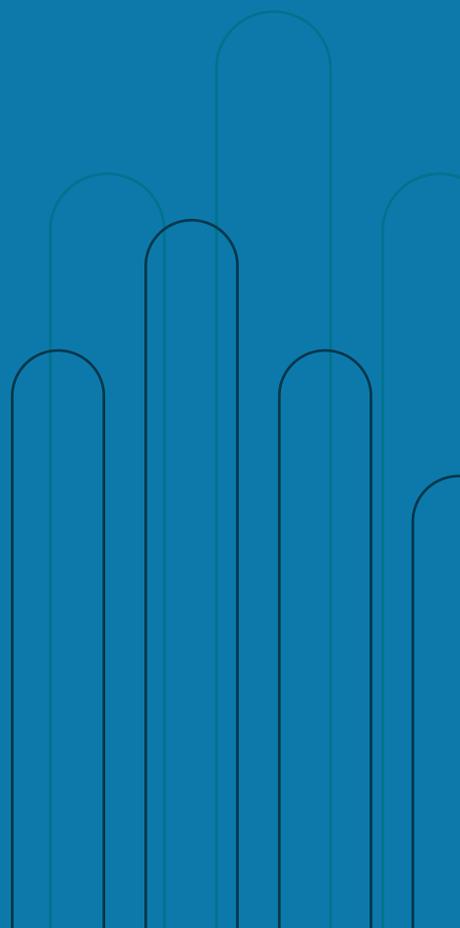
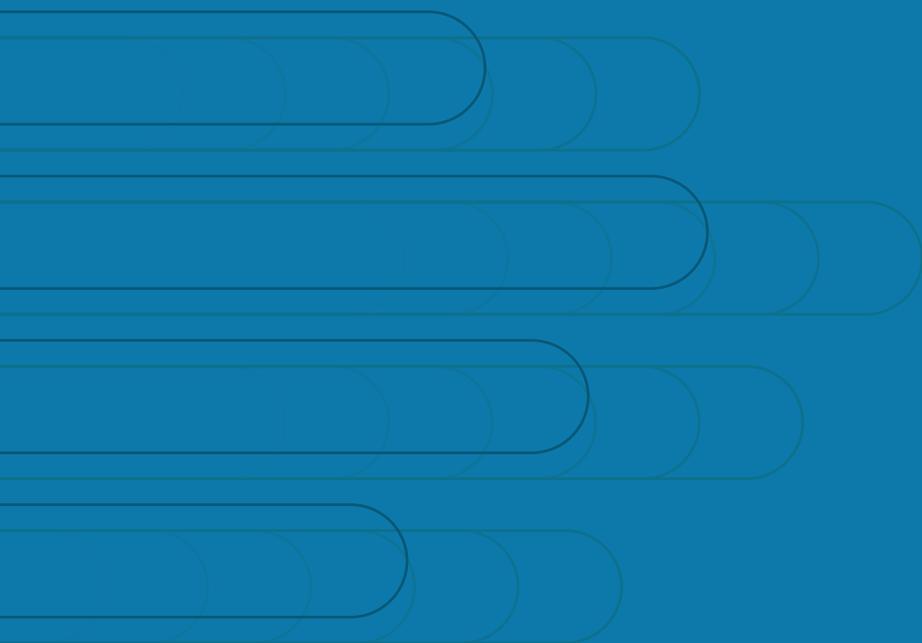
Gusthavo Ribeiro Bacellar, assinaram, no salão pleno do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES), o termo de adesão do município de Piúma para a implementação de um Escritório Social na cidade.

O primeiro Escritório Social do país, foi inaugurado no Espírito Santo em 2016. Executado pela Secretaria de Estado de Justiça, em parceria com o Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do TJES, ele atende hoje, pessoas egressas e seus familiares residentes na capital e Grande Vitória.

Piúma é o primeiro Município do estado a promover esta ação de maneira municipalizada com o apoio do CNJ, do TJES, do Ministério Público do Estado do Espírito Santo (MPES), da Secretaria de Estado de Justiça do Espírito Santo (SEJUS) e da Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN).

O Escritório Social é um equipamento público impulsionado pelo CNJ, que aposta na articulação entre o Judiciário e o Executivo para oferecer serviços especializados a partir do acolhimento, acompanhamento e o encaminhamento social de pessoas egressas e seus familiares, permitindo-lhes encontrar apoio para a retomada da vida em liberdade.

Assessorias, Coordenadorias e Secretarias



Assessoria de Cerimonial e Relações Públicas

A Assessoria de Cerimonial e Relações Públicas é responsável pela organização de eventos e ações que visam contribuir para a construção e consolidação da imagem institucional positiva do Poder Judiciário estadual, aprimorando e fomentando o relacionamento institucional com os públicos do PJES. Suas atribuições estão previstas no artigo 23 da Resolução nº 75/2011.

As principais atribuições da Assessoria de Cerimonial e Relações Públicas do TJES são:

- » Interlocução com os Poderes e instituições públicas e privadas de interesse do Poder Judiciário.
- » Planejamento e realização de solenidades de posse de desembargadores e da mesa diretora, incluindo elaboração de convites - junto à Assessoria de Comunicação, emissão e envio dos mesmos, contratação de serviços, elaboração do roteiro, recepção dos convidados e condução da solenidade.
- » Planejamento e realização de inauguração de Fóruns e instalação de Varas do PJES.
- » Organização e apoio à realização de diversos eventos do Poder Judiciário estadual.
- » Planejamento, organização e condução da Visita Monitorada – projeto que apresenta o Tribunal de Justiça e suas atividades a estudantes do curso de Direito e também estudantes de Ensino Médio e Fundamental.



- » Gestão dos processos de contratação de produtos e serviços para a realização dos eventos, bem como gestão do planejamento estratégico e planejamento de sustentabilidade e acessibilidade da Assessoria.
- » Atualização da Mala Direta para correspondência.
- » Comunicação interna para magistrados e servidores, incluindo e-mails com notas de falecimento, felicitações relativas às datas natalícias e comemorativas relevantes para o Poder Judiciário.
- » Elaboração, quando solicitado pelo Presidente, de mensagens de agradecimento ou congratulações.
- » Envio de confirmação da participação ou justificativa de ausência do Presidente, ou de representante do Tribunal de Justiça, em eventos para os quais S. Ex. for convidado.
- » Administração dos murais internos do TJES, atualmente utilizados para divulgação de eventos de interesse do Poder Judiciário.

- » Acompanhamento do Presidente em eventos de outras instituições públicas, quando solicitado.

Ações Realizadas

- » Visita Monitorada: ao longo do biênio 2022/2023, foram realizadas 46 visitas monitoradas, em que foram recebidos mais de 1200 alunos no Tribunal de Justiça.
- » Solenidades de Posse e Aposentadoria de Desembargadores: ao longo do biênio 2022/2023 foram realizadas

07 solenidades de posse de novos desembargadores e 07 solenidades de homenagem às aposentadorias de desembargadores.

- » Nas ocasiões de posse, os novos desembargadores são condecorados com a Comenda Cruz do Mérito do Judiciário. E nas solenidades de aposentadoria, os desembargadores que se aposentam são homenageados com a entrega da Comenda Grã-Cruz do Mérito Judiciário.



Principais eventos realizados e apoiados no exercício de 2022:

- » Assinatura do convênio de cooperação para o Natjus;
- » Solenidade de assinatura do Ato para início da digitalização dos processos;
- » Audiência Pública sobre Ação Direta de Inconstitucionalidade;
- » Organização e realização da abertura das edições 20ª e 21ª Semanas Justiça pela Paz em Casa;
- » II Encontro Estadual de Facilitadores de Justiça Restaurativa;
- » Simpósio “Panorama Atual da Recuperação de Empresas e Falência no Brasil”;
- » Palestra “Tópicos Relevantes da Recente Jurisprudência do STJ”;
- » Cerimônia inaugural da Capacitação em Saúde;
- » Descerramento de foto do ex-corregedor desembargador Ney Batista Coutinho;
- » Solenidade de 75 anos da Justiça Militar;
- » III Congresso Brasileiro de Direito e Psicanálise;



- » Seminário “Lei de Improbidade Administrativa em Perspectiva”;
- » Evento em homenagem ao Dia do Servidor Público;
- » Lançamento do livro “Sentença Criminal” e palestra “Mandados de Criminalização”;
- » XI Encontro Nacional dos Magistrados – Anamel;



- » Palestra “Tutela Provisória” proferida pelo desembargador José Roberto dos Santos Bedaque;
- » Prêmio William Couto – Ano de referência – 2021.

Principais eventos realizados no exercício de 2023:

- » Seminário Jurídico “Aperfeiçoamento para Mediadores e Conciliadores Judiciais”;
- » Apoio à realização da abertura das edições 23ª e 25ª Semanas Justiça pela Paz em Casa;

- » Workshop “Análise da Aplicação Jurisprudencial da Lei do Superendividamento”;
- » Palestra e lançamento do livro “Sentenciando à Morte - A Tanatopolítica em Decisões Penais Condenatórias”;
- » Entrega de alvarás às entidades conveniadas à Vepema;
- » Lançamento da Ação Nacional de Identificação Civil e Emissão de Documentos às Pessoas Privadas de Liberdade;
- » Palestra “Descomplicando a Sustentabilidade”;



- » Encontro Estadual de Organização Urbanística;
- » Inauguração da reforma do Fórum de Iconha;
- » Encontro do Sistema de Regulação de Saúde Pública do ES;
- » Aula magna do Programa de Residência Jurídica e conclusão do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Direito Penal e Direito Processual Penal;
- » I Jornada de Saúde Suplementar;
- » Seminário “O Protesto de Títulos como Ferramenta para a Desjudicialização das Execuções Fiscais”;
- » Palestra “Standart Probatório nos crimes contra o Sistema Financeiro”;



- » Cerimônia de instalação do Fojures – Fórum Permanente do Poder Judiciário no Estado do Espírito Santo;
- » Solenidade de descerramento das fotos de ex-ouvidores;
- » Workshop “Jornada do Mediador: práticas eficazes na busca da construção da paz”;
- » Prêmio William Couto – Ano de referência – 2022;
- » Solenidade de posse da nova Mesa Diretora do TJES – biênio 2024/2025.

Assessoria de Imprensa e Comunicação Social

A Assessoria de Imprensa e Comunicação Social do TJES (Ascom TJES) é responsável por fazer chegar até as cidadãs e os cidadãos capixabas informações sobre a Justiça estadual a fim de, em consonância com a Meta Nacional do Conselho Nacional de Justiça (CNJ): fortalecer a relação institucional do Judiciário com a Sociedade. As atribuições do setor estão estabelecidas no artigo 22, da Resolução nº 75/2011 do Tribunal de Justiça (TJES), e visam garantir a transparência e a publicidade dos atos praticados e atividades desenvolvidas pelo Judiciário estadual.

Com tal missão, de janeiro de 2022 a outubro de 2023, foram produzidas e publicadas 1400 notícias no site eletrônico do TJES, que também foram enviadas diariamente para todos os endereços eletrônicos de veículos de imprensa e profissionais de comunicação cadastrados pela Ascom.

Os releases deram publicidade a decisões judiciais, prêmios recebidos por membros do TJES, eventos, vagas de estágio, cursos e formações, além de iniciativas desenvolvidas por integrantes do Poder Judiciário em todo o estado, como pautas concentradas e ações do ônibus rosa do Juizado Itinerante da Lei Maria da Penha.

O conteúdo também foi disponibilizado nas redes sociais do TJES. Ao todo, durante o período, foram feitas 1.084 postagens no Instagram e no Facebook, e 1.014 no Twitter, que além das divulgações diárias, incluíram campanhas de conscientização, serviços e informações de interesse público.

Publicações feitas no Instagram:



Publicações feitas no Twitter:



Publicações feitas no Facebook:



A divulgação também teve o incremento dos vídeos do programa Em síntese, desenvolvido especialmente para o stories do Instagram e postado sempre às sextas-feiras, com um resumo das principais notícias da semana.

E neste mesmo formato, o Canal do TJES no youtube produziu 49 reportagens e vídeos a respeito de campanhas, projetos, homenagens e eventos no biênio 2022/2023, entre elas a Campanha Esperando por Você, com 26 vídeos no período.

O programa, idealizado pela Comissão Estadual Judiciária de Adoção (CEJA) e

executado em parceria com a Assessoria de Imprensa do TJES desde 2017, surgiu com o propósito de estimular a adoção de crianças e adolescentes para os quais não foram encontrados pretendentes nas buscas estaduais, nacionais e internacionais. Os vídeos são produzidos e divulgados após a devida autorização de juízas e juízes da infância, coordenadores das instituições de acolhimento e guardiões legais.

Já em áudio, outro produto disponibilizado pela Ascom foi o Just Talk, podcast do Poder Judiciário do Espírito Santo, criado em 2020 para informar a população, de uma forma simples e descomplicada, sobre as ações da Justiça estadual e assuntos relevantes do universo jurídico.

Com 31 programas distribuídos nos anos de 2022 e 2023, pela plataforma Spotify, o Just Talk trouxe temas como: Mediação, Gravidez na Adolescência, Aplicativo do Escritório Social, Bullying, Adoção Tardia, Estelionato Sentimental, Mudança de Nome, Importunação Sexual, Orgulho Autista, entre outros.

Temas discutidos no Just Talk:



Durante o período, a Ascom também ficou responsável pela identidade gráfica de campanhas e eventos promovidos pelo Judiciário estadual, em que foram produzidas 1.284 peças gráficas virtuais e impressas. Entre os produtos desenvolvidos pela Assessoria destacam-se: o novo projeto de pintura e adesivação do ônibus do Juizado Itinerante da Lei Maria da Penha; a campanha “Sinal Vermelho” contra a violên-



cia doméstica, com cartazes e inserção de cards no Instagram; toda a divulgação nas mídias sociais e a produção gráfica (crachás, folders, cartazes, etc) da 4ª Jornada Científica do Fórum de Assistentes Sociais e Psicólogos do PJES e o projeto de sinalização do Fórum Levino Chacon em Alegre, que servirá de piloto para a padronização da sinalização de todas as edificações do Poder Judiciário no estado.

A equipe da Ascom ainda atendeu 933 demandas de jornalistas do Espírito Santo e de outros estados brasileiros no biênio (dados até outubro de 2023). A maioria das

pautas tratavam de informações a respeito de sentenças, decisões, tramitação de processos, pautas de julgamento, audiências de custódia, julgamentos de grande repercussão, dados estatísticos e temas institucionais, como eleições para escolha da mesa diretora e de integrantes do Tribunal Pleno, entre outros.

E comunicados rápidos, que precisavam chegar ao público externo e interno com agilidade, como indisponibilidade de sistemas, interdição de via de acesso ao Tribunal de Justiça, mudança de endereço de unidades, foram disponibilizados no site

institucional por meio do Pop-up, uma janela que aparece instantaneamente assim que a página é acessada.

Para atingir tal objetivo, contamos com dois recursos, um pop-up disponibilizado para qualquer usuária ou usuário e outro disponibilizado apenas para integrantes do Poder Judiciário, após a inserção de login e senha.

Outro produto voltado para o público interno é o Clipping de Notícias do Poder Judiciário. Por meio do serviço, notícias e reportagens dos principais veículos de comunicação do estado e do Brasil, que impactam tanto no serviço prestado pela Justiça como na imagem do Judiciário, são inseridos em local próprio, na área da intranet do site do Tribunal de Justiça.

Informes referentes ao Judiciário e ao desenvolvimento profissional, também foram enviados para juízas e juízes, servidoras e servidores, estagiárias e estagiários, por meio de um informativo eletrônico personalizado, denominado Última Hora. Ao todo, foram produzidos 30 boletins durante o biênio.

E por meio de listas de transmissão em aplicativo de mensagens instantâneas, foram remetidas notas e informações técnicas para membros da magistratura, a pedido da Presidência e da Vice-presidência do TJES.

Assessoria de Planejamento, Orçamento e Gestão Estratégica

A Assessoria de Planejamento, Orçamento e Gestão Estratégica, unidade diretamente vinculada à Presidência do Tribunal de Justiça, atua conforme competências e atribuições definidas na Resolução TJES nº 75/2011, capítulo IV, artigo 20.

Atividades Anuais – Planejamento Estratégico

Ano 2022

- » Acompanhamento das ações do Planejamento Estratégico ciclo 2021-2026 por meio do Sistema de acompanhamento do Planejamento Estratégico, cujas licenças foram adquiridas no ano de 2021. O Relatório de Evolução das Ações está disponível no Portal da Transparência no link: <http://www.tjes.jus.br/portal-da-transparencia/planejamento-2/monitoramento-dos-objetivos-indicadores-e-metas/>
- » Indicadores de Desempenho – Estratégia Nacional 2021-2026, conforme apurados pelo Conselho Nacional de Justiça e disponíveis em: <https://www.cnj.jus.br/painel-de-monitoramento-da-estrategia/>
- » Reunião de Avaliação da Estratégia no dia 20/07/2022, oportunidade em que foram tratados os seguintes pontos de pauta: 1 - Planos de Ação - lançamento de dados e va-

lidação. 2 - Resultados de Metas - ano 2021 e 3. Indicadores Intermediários;

- » Capacitação de servidores no Módulo de Projetos do Sistema de Acompanhamento do Planejamento Estratégico, realizada no mês de setembro;
- » Participação na elaboração da Carta Consulta encaminhada ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) com vistas à captação de recursos para o Programa de Moderni-

zação do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo;

- » Acompanhamento e coordenação dos trabalhos relacionados à compilação dos dados para informação ao CNJ, referentes ao Prêmio CNJ de Qualidade. Resultados disponíveis em: <https://www.cnj.jus.br/pesquisas-judiciarias/premio-cnj-de-qualidade/resultados-premiocnj/2022-2/>.



Ano 2023 (Até Setembro)

- » No ano de 2023, foi instituída, mediante Ato Normativo n. 001/2023 a obrigatoriedade do uso do sistema de acompanhamento do Planejamento Estratégico por todas as unidades administrativas e judiciais do Tribunal de Justiça. Dessa forma, foi possível o acompanhamento efetivo por parte de todas as áreas, inclusive as judiciais;
- » Revisão e Validação das consultas para apuração dos resultados de Metas CNJ 2022;
- » Capacitação de servidores no Curso de Gestão de Metas, ministrado na Emes;
- » Acompanhamento das atividades relacionadas com o Plano de Logística Sustentável;

Anos 2022-2023

- » Acompanhamento e coordenação das atividades do Núcleo de Processamento de Estatística, conforme su-

pervisão funcional instituída pelo Ato Normativo nº 134/2016;

- » Participação das reuniões do Comitê Gestor Regional Orçamentário e Implementação da Política Nacional de Atenção Prioritária ao 1º Grau, que coordenou as tratativas relacionadas com a atualização dos critérios específicos de cálculos da lotação, paradigma que deve nortear a aplicação da Resolução CNJ n. 219/2016;
- » Participação das reuniões do Comitê Gestor das Tabelas Processuais Unificadas;

Atividades Anuais – Orçamento

- » Preparação das propostas orçamentárias para os exercícios de 2022 e 2023 – unidades Tribunal de Justiça (despesa) e Fundo Especial do Poder Judiciário (receita e despesa);
- » Acompanhamento da execução orçamentária e financeira - unidades Tribunal de Justiça e Fundo Especial (receita e despesa) – exercícios de 2022 e 2023:

- repasses financeiros e arrecadações próprias;
 - disponibilidades orçamentárias/saldos para execução de despesas;
 - necessidades de alterações orçamentárias (atos e decretos autorizativos);
- » Acompanhamento das despesas com “Projetos” – exercício 2023;
- » Acompanhamento e lançamento dos resultados físicos do Plano Plurianual de Aplicações 2020/2023 no Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo – Sigefes (resultados dos exercícios de 2022 e 2023);
- » Preparação, no ano de 2023, da proposta do novo Plano Plurianual de Aplicações 2024/2027;
- » Acompanhamento mensal e quadrimestral dos percentuais de gastos com pessoal e dos resultados da Receita Corrente Líquida Estadual, para fins de cumprimento dos determinantes contidos na Lei Complementar Federal nº 101/2000;



- » Estudos, cálculos, despachos e pareceres relacionados a aspectos orçamentários, financeiros e fiscais gerais;
- » Elaboração de minutas, conforme demanda/necessidade da Administração;
- » Participação em reuniões e grupos de trabalho internos e externos com pautas/objetos com repercussão orçamentária, financeira e fiscal;

Resultados dos Exercícios

Ano 2022

Unidade	Orçamento Inicial	Suplementações	Orçamento Final
Tribunal de Justiça	R\$ 967.973.237,00	R\$ 30.186.273,69	R\$ 998.159.510,69
Fundo Especial	R\$ 123.869.000,00	R\$ 92.000.000,00	R\$ 215.869.000,00
Total	R\$ 1.091.842.237,00	R\$ 122.186.273,69	R\$ 1.214.028.510,69

Unidade Tribunal de Justiça

Despesa

Categoria de despesa	Orçamento final	Valor empenhado*	%
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 831.181.750,69	R\$ 826.237.768,11	99,41%
Outras Despesas Correntes	R\$ 166.977.760,00	R\$ 159.952.725,05	95,79%
Total	R\$ 998.159.510,69	R\$ 986.190.493,16	98,80%

1. Inscrição em restos a pagar não processados: R\$ 119.273,28 (pessoal) e R\$ 527.780,08 (outras despesas correntes).
2. Inscrição em restos a pagar processados: R\$ 3.129.180,12 (pessoal) e R\$ 2.251.288,72 (outras despesas correntes).

Unidade Fundo Especial do Poder Judiciário

Despesa

Categoria de despesa	Orçamento final	Valor empenhado*	%
Outras Despesas Correntes	R\$ 136.908.839,00	R\$ 120.344.160,90	87,90%
Despesas de Capital	R\$ 78.960.161,00	R\$ 70.674.411,90	89,51%
Total	R\$ 215.869.000,00	R\$ 191.018.572,80	88,49%

1. Inscrição em restos a pagar não processados: R\$ 22.288.081,05 (outras despesas correntes) e R\$ 8.641.544,31 (capital).
2. Inscrição em restos a pagar processados: R\$ 283.861,06 (outras despesas correntes) e R\$ 43.018,23 (capital).

Receita

	Receitas	Previsão Inicial	Realizado	%
Receita Corrente	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	R\$ 100.751.000,00	R\$ 117.628.529,45	116,75%
	Receita Patrimonial	R\$ 3.054.000,00	R\$ 20.530.858,98	672,26%
	Receita de Serviços	R\$ 937.000,00	R\$ 1.065.709,59	113,74%
	Outras Receitas Correntes	R\$ 19.127.000,00	R\$ 102.044.780,82	533,51%
Receita de Capital	Alienação de Bens	R\$ 0,00	R\$ 130.049,73	-
Total		R\$ 123.869.000,00	R\$ 241.399.928,57	194,88%

1. O crescimento da Selic, taxa que remunera os depósitos bancários, foi a principal causa da execução significativamente maior na arrecadação do FUNEPJ no ano de 2022, impactando grandemente na receita patrimonial (aplicação financeira dos recursos em caixa) e nas outras receitas correntes (spread bancário dos depósitos judiciais). Vejamos o histórico da taxa selic ano 2021 (base da previsão para 2022) e ano 2022: Jan/21 = 1,90%; Março/21 = 2,65%; Maio/21 = 3,40%; Jun/21 = 4,15%; Ago/21 = 5,15%; Set/21 = 6,15%; Out/21 = 7,65%; Dez/21 = 9,15%; Fev/22 = 10,65%; Março/22 = 11,65%; Maio/22 = 11,65%; Jun/22 = 13,15%; Ago/22 = 13,65%; Set/22 = 13,65%; Out/22 = 13,65%; Dez/22 = 13,65%.

ANO 2023 (Até setembro)

Unidade	Orçamento inicial	Suplementações	Orçamento final
Tribunal de Justiça	R\$ 1.127.904.491,00	R\$ 20.201.832,20	R\$ 1.148.106.323,20
Fundo Especial	R\$ 227.375.000,00	R\$ 23.000.000,00	R\$ 250.375.000,00
Total	R\$ 1.355.279.491,00	R\$ 43.201.832,20	R\$ 1.398.481.323,20

Unidade Tribunal de Justiça

Despesa

Categoria de despesa	Orçamento final	Valor liquidado até Set/2023*	%
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 943.644.390,20	R\$ 659.270.372,36	69,86%
Outras Despesas Correntes	R\$ 204.461.933,00	R\$ 127.211.779,66	62,22%
Total	R\$ 1.148.106.323,20	R\$ 786.482.152,02	68,50%

1. Valor Empenhado até Set/23: R\$ 1.069.521.633,13 (93,16 % do orçamento final).

Unidade Fundo Especial do Poder Judiciário

Despesa

Categoria de despesa	Orçamento final	Valor liquidado até Set/2023*	%
Outras Despesas Correntes	R\$ 172.002.133,00	R\$ 90.793.216,94	52,79%
Despesas de Capital	R\$ 78.372.867,00	R\$ 27.708.050,60	35,35%
Total	R\$ 250.375.000,00	R\$ 118.501.267,54	47,33%

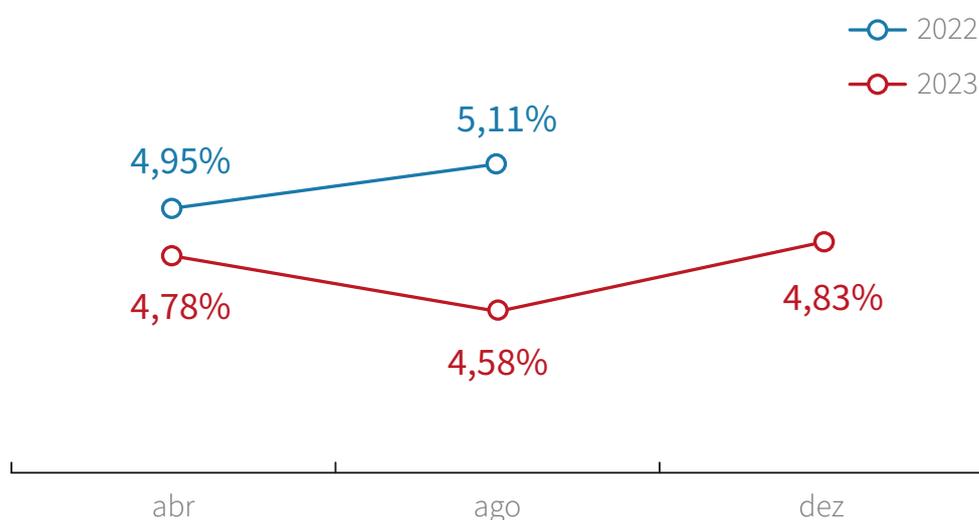
1. Valor Empenhado até Set/23: R\$ 218.479.454,56 (87,26% do orçamento final).

Receita

	Receitas	Previsão inicial	Realizado	%
Receita Corrente	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	R\$ 118.973.000,00	R\$ 100.233.666,51	84,25%
	Receita Patrimonial	R\$ 18.277.000,00	R\$ 21.722.649,54	118,85%
	Receita de Serviços	R\$ 1.070.000,00	R\$ 4.812.369,43	449,75%
	Outras Receitas Correntes	R\$ 88.655.000,00	R\$ 136.979.750,98	154,51%
Receita Capital	Alienação de Bens	R\$ 400.000,00	R\$ 144.476,13	36,12%
Total		R\$ 227.375.000,00	R\$ 263.892.912,59	116,06%

A receita de serviços se viu impactada (para maior) pela decisão de realização de Concursos Públicos para vagas dos quadros de magistrados e servidores, inicialmente não previstos. A receita patrimonial (aplicação financeira dos recursos em caixa) e as outras receitas correntes (spread bancário dos depósitos judiciais), por sua vez, foram novamente impactadas pela Selic, taxa que remunera os depósitos bancários, mantida em 13,65% por quase todo o exercício de 2023 (fevereiro a agosto), reduzindo-se para 13,15%, mesmo que ainda elevada, no mês de setembro.

Despesa com Pessoal



Assessoria de Precatórios

A Assessoria de Precatórios encontra-se subordinada à Presidência do Tribunal de Justiça do Espírito Santo, conforme estabelecido no artigo 3º da Resolução nº 75/2011. Sua competência está definida no artigo 26 da Resolução nº 75/2011, bem como no Ato normativo nº 17/2022, além da Resolução nº 303 do CNJ. A Assessoria de Precatórios tem como objetivo principal processar as requisições de pagamentos de precatórios expedidas pelas unidades judiciárias até a satisfação total do crédito.

Considerando o fim do biênio 2022/2023, a Assessoria de Precatórios elaborou relatório com os principais dados referentes à Gestão de Precatórios, conforme informações que seguem:

Relação dos entes que estão submetidos ao Regime Especial De Pagamento De Precatórios:

Entes Devedores	Acervo 2023	% RCL	Repasso anual 2023	Parcela mensal 2023	Meses para quitação	Previsão saída do Regime Especial
Alto Rio Novo	R\$ 2.544.239,25	3,86 %	R\$ 1.594.531,80	R\$ 159.453,18	16	30/06/2024
Guarapari	R\$ 28.169.220,49	2,29%	R\$ 10.550.730,19	R\$ 1.062.375,68	27	31/05/2025
Muqui	R\$ 2.296.444,22	1,94%	R\$ 1.123.810,36	R\$ 95.680,00	24	30/03/2025
Viana	R\$ 13.606.676,03	1,06%	R\$ 3.939.553,00	R\$ 393.955,00	35	30/05/2023

Obs: No exercício de 2023, os municípios de Cariacica e Vila Velha ingressaram no Regime Comum de pagamentos previsto no artigo 100 da CF/88.

» Relação dos entes Submetidos ao Regime Comum de Pagamento, conforme artigo 100 Da Cf/88, está disponibilizada no endereço eletrônico: <http://www.tjes.jus.br/precatorios/gestao/regime-juridico-dos-entes-publicos/>

Obs: Os acervos das entidades devedoras podem ser consultados através do link abaixo e no Mapa De Gestão que segue anexo a este relatório:

<http://www.tjes.jus.br/precatorios/consultas/listas-de-precatorios/>

Pagamentos Realizados:

A relação dos pagamentos de precatórios realizados nos exercícios de 2022/2023 podem ser consultados no endereço eletrônico da página de precatórios: <http://www.tjes.jus.br/precatorios/consultas/precatorios-liquidados-por-ente-publico/>.

No biênio 2022/2023, a Assessoria de Precatórios já realizou o pagamento de mais de 2500 precatórios, o que equivale a mais de R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais) liberados aos credores.

A Assessoria de Precatórios informa, ainda, que vêm cumprindo rigorosamente o preceituado na legislação vigente, exigindo dos entes públicos os repasses financeiros estipulados, conforme o Regime de pagamento em que cada ente está submetido, com o objetivo de liquidação dos precatórios inscritos em seu acervo.



Assessoria de Segurança Institucional

A Assessoria de Segurança possui como atribuição coordenar, controlar e promover a segurança nas unidades do Tribunal de Justiça, e possui como norteadora a Resolução CNJ nº 435, de 28 de outubro de 2021, que dispõe sobre a política e o sistema nacional de segurança do Poder Judiciário.

O Artigo 14 da norma determina a adoção de medidas de segurança nos tribunais e conselhos, estabelecendo medidas de segurança, tais como: controle de acesso e fluxo em suas instalações; obrigatoriedade do uso de crachás; instalação de sistema de monitoramento eletrônico das instalações e áreas adjacentes; instalação de pórtico detector de metais e catracas; instalação de equipamento de raio X; disponibilização de cofre ou armário para a guarda de armas e munições; policiamento ostensivo com inspetores(as) e agentes da polícia judicial; restrição do ingresso e permanência de qualquer pessoa que porte arma de fogo nas unidades, salas de audiência, secretarias, gabinetes ou repartições judiciais e administrativas; vedação do recebimento de armas em fóruns, salvo excepcionalmente para exibição em processos e apenas durante o ato; disponibilização de veículos blindados aos(às) magistrados(as) em situação de risco real ou potencial, entre outras medidas.

Assim, no biênio 2022/2023, a Assessoria de Segurança empreendeu esforços para ampliar a quantidade de unidades judiciárias contempladas com os equipamentos de segurança e a implementação de novos dispositivos de segurança às unidades judiciárias. Dos itens apontados pela Resolução CNJ nº 435/2021, o Tribunal de Justiça possui os seguintes dispositivos de segurança:



- » Pórtico detector de metais;
- » Esteira de raio X;
- » Câmeras de segurança;
- » Controle de acesso;
- » Controle de permanência;
- » Controle de circulação;
- » Vigilância ostensiva;

- » Cercas ou muros ao redor do prédio;
- » Espaço para acautelamento de armas de visitantes;
- » Serviço de brigadistas;

A Assessoria de Segurança iniciou em 2022 um plano de contratações de equipamentos visando modernizar e contemplar a totalidade de unidades com alguns equipamentos essenciais para a segurança. O

objetivo é que até 2024 todas as unidades possuam pórtico detector de metais, câmeras de segurança, controle de acesso, permanência e de circulação de pessoas e veículos. Quanto à esteira de raio x, este equipamento será destinado somente às unidades de grande porte da Grande Vitória que possuem espaço físico e fluxo de pessoas suficiente para a sua utilização.

O projeto de controle de acesso é o que trará maior impacto na segurança das unidades, e o objetivo é finalizar a implantação até o final de outubro de 2023. Com o Sistema de Controle de Acesso, o TJES passará a armazenar todos os registros de entrada e saída de pessoas, os quais possuirão fotos de servidores, estagiários, prestadores de serviço, advogados e visitantes, trazendo maior segurança a todos os que utilizam o Poder Judiciário estadual.

Os projetos do pórtico detector de metais e de esteira de raio x estão em fase final. Até outubro de 2023 todas as unidades judiciais e administrativas possuirão um pórtico detector de metais nas suas entradas, impedindo o acesso de pessoas portando armas de fogo, facas e qualquer objeto perigoso. As esteiras de raio X também

estão em fase final de instalação e devem começar a operar no início de novembro de 2023. Assim, nos Grandes Fóruns da Grande Vitória a revista de bagagens será mais rápida e mais eficiente trazendo conforto e segurança para todos os jurisdicionados.

Por último, a Assessoria está trabalhando na modernização e ampliação do sistema de câmeras. Em 2023 foram trocados os servidores de gravação de imagens do Tribunal de Justiça, pois os servidores antigos possuíam mais de 5 anos de uso. Além disso, foram atualizadas todas as licenças das câmeras de segurança e atualmente o sistema está muito mais estável e abrange 40 unidades do PJES.

Há também o planejamento para contratação de dois novos monitores videowall para ampliar o monitoramento 24 horas das câmeras, que já é realizado pela ASI no Tribunal de Justiça. E, ainda, a previsão de instalação de sistema de câmeras em todas as unidades do PJES até dezembro de 2024.

A Assessoria realizou um levantamento do quantitativo de unidades que possuem

cada sistema de segurança e a previsão de aumento na quantidade desses equipamentos até 2024:

Dispositivo de segurança	Em 2022		Até 2023		Até 2024	
	Já possuem	% de unidades	Possuirão	% de unidades	Possuirão	% de unidades
Pórtico detector de metais	55	72%	89	100%	89	100%
Esteira de raio X	0	0%	7	8%	7	8%
Câmeras de segurança	55	72%	55	62%	89	100%
Controle de acesso	89	100%	89	100%	89	100%
Controle de permanência	15	17%	89	100%	89	100%
Controle de circulação	15	25%	89	100%	89	100%
Vigilância ostensiva	89	100%	89	100%	89	100%
Cercas ou muros ao redor do prédio	65	83%	65	83%	65	83%
Espaço para acautelamento	89	100%	89	100%	89	100%
Serviço de brigadistas	1	1%	1	1%	1	1%
Índice de Dispositivos de Segurança	57%		75%		79%	

Após a conclusão das instalações, a previsão é que o percentual do TJES passe de um índice de 57% para 79%, conforme a tabela acima, o que elevaria o TJES à 4ª colocação nacional entre os Tribunais de Justiça estaduais no Indicador de Estrutura de Segurança, se mantidos os mesmos percentuais atuais.

Coordenadoria das Varas Criminais e de Execuções Penais

A Supervisão e a Coordenação das Varas Criminais e de Execuções Penais, instituídas em 09 de maio de 2006 pela Lei Complementar n.º 364/06, integram a estrutura organizacional do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo, estando vinculadas diretamente à Presidência do Egrégio Tribunal de Justiça. As atribuições da Supervisão e da Coordenação estão previstas no artigo 38-H da Lei Complementar n.º 234/02, alterada pela Lei Complementar n.º 364/06

Audiência de Custódia

O Estado do Espírito Santo foi o segundo da Federação a implantar o Programa Audiência de Custódia, cujas atividades foram iniciadas no dia 22 de maio de 2015, no Centro de Triagem de Viana (CTV), abrangendo inicialmente apenas a Comarca da Capital.

Em 15 de dezembro de 2021, foi publicado o Ato Normativo Conjunto TJES n° 012/2021, que expandiu as audiências de custódia para as Comarcas de Linhares, Aracruz, Ibirapu, Rio Bananal e João Neiva, agregando essas ao serviço de Plantão de Flagrantes de São Mateus, com funcionamento na Penitenciária Regional de São Mateus (PRSM), a partir de 17 de janeiro de 2022.

Atualmente existem 04 núcleos de Audiência de Custódia e a sua regulamentação encontra-se na Resolução TJES n° 13/2015, publicada no Diário da Justiça de 10 de abril de 2015 e atos normativos específicos, a saber:



» **CTV - Centro de Triagem de Viana:** possui competência para análise dos APFD's lavrados em relação a fatos ocorridos nas Comarcas de Vitória, Vila Velha, Serra, Cariacica, Viana, Afonso Cláudio, Domingos Martins, Marechal Floriano, Fundão, Santa Leopoldina, Iúna (incluindo Irupi), Ibatiba, Conceição do Castelo (incluindo Brejetuba), Venda Nova do Imigrante, Muniz Freire, Santa Teresa (incluindo São Roque do Canaã), Santa Maria de Jetibá, Itarana, Itaguaçu, Laranja

da Terra, Guarapari, Marataízes, Itapemirim, Rio Novo do Sul, Anchieta, Piúma, Iconha e Alfredo Chaves;

» **Cachoeiro do Itapemirim/ES:** possui competência para análise dos APFD's lavrados em relação a fatos ocorridos nas Comarcas de Mimoso do Sul, Castelo, Muqui, Presidente Kennedy, Vargem Alta, Atílio Vivacqua, Guaçuí, Alegre, Ibitirama, Bom Jesus do Norte, Apiacá, São José do Cal-

çado, Dolores do Rio Preto e Jerônimo Monteiro;

- » **São Mateus (Penitenciária Regional de São Mateus):** possui competência para análise dos APFD's lavrados em relação a fatos ocorridos nas Comarcas de São Mateus, Conceição da Barra, Pedro Canário, Jaguaré, Linhares, Aracruz, Ibiracu, Rio Bananal e João Neiva;
- » **Colatina/ES:** possui competência para análise dos APFD's lavrados em relação a fatos ocorridos nas Comarcas de Colatina (incluindo Governador Lindenberg), Baixo Guandu, Marilândia, São Domingos do Norte, Pancas, Alto Rio Novo, Barra de São Francisco, Ecoporanga, Mantemópolis, Água Doce do Norte, Água Branca, São Gabriel da Palha (incluindo Vila Valério), Nova Venécia (incluindo Vila Pavão), Boa Esperança, Pinheiros, Montanha e Mucurici (incluindo Ponto Belo);

Dados das Audiências de Custódia do Biênio 2022/2023 (Até 30/09/2023):

	2022	2023*
Audiências realizadas	21.133	16.051
Pessoas apresentadas	24.131	17.816
Prisões preventivas	12.882	9.731
Liberdades provisórias	10.820	7.883
Relaxamentos de prisões	387	204
Encaminhamentos psicossociais	8.577	6.103

Dados Gerais das Audiências de Custódia (2015 a 2023) (Até 30/09/2023):

Audiências realizadas	72.897
Pessoas apresentadas	76.243
Prisões preventivas	62.094
Liberdades provisórias	59.245
Relaxamentos de prisões	45.945
Encaminhamentos psicossociais	56.137

Banco Nacional de Monitoramento de Prisões – BNMP

O Banco Nacional de Monitoramento de Prisões (BNMP 2.0) é um sistema eletrônico que auxilia as autoridades judiciárias da justiça criminal na gestão de documentos atinentes às ordens de prisão, internações e solturas expedidas em todo o território nacional.

O Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo foi instado a participar de uma reunião no dia 18 de outubro de 2022, na sede do Conselho Nacional de Justiça, com a finalidade de pactuar providências necessárias ao saneamento de inconsistências identificadas na base de dados do sistema.

A juíza de Direito Gisele Souza de Oliveira e o analista judiciário Leandro Silva Oliveira participaram da reunião como representantes do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (GM-FSC/ES) e o juiz de Direito Akel de Andrade Lima, como representante da Corregedoria Geral da Justiça.

A reunião contou com a participação dos Tribunais de Justiça dos Estados de

Goiás, Maranhão, Mato Grosso do Sul e Pará, e foi coordenada pelo juiz auxiliar da Presidência do CNJ e coordenador do DMF, Luís Geraldo Sant’Ana Lanfredi.

Na ocasião, foi apresentado um diagnóstico completo do BNMP 2.0 em relação ao Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, bem como promovido amplo debate sobre as consequências da sua má alimentação, sendo solicitada a adoção de diversas medidas de higienização no sistema.

Desta forma, após a reunião, foi intensificada em âmbito estadual a orientação aos magistrados de fiscalização da alimentação do BNMP 2.0 em suas unidades judiciárias, sem prejuízo da realização do saneamento da base de dados, visando corrigir as inconsistências existentes.

As medidas de higienização do sistema são preparatórias para a migração dos dados do BNMP 2.0 para a versão 3.0, conforme Resolução CNJ nº 417/2021. Em razão disso, a Coordenação das Varas Criminais e Execuções Penais promoveu, em parceria com a Escola da Magistratura do Estado do Espírito Santo, cursos e treinamentos voltados aos magistrados e servidores,

buscando sanar dúvidas sobre o funcionamento do sistema e aprimorar a prestação jurisdicional na seara penal e execução penal.

Além disso, com o propósito de orientar e capacitar de forma contínua todos os usuários internos e externos dos sistemas administrados e geridos pela Coordenação das Varas Criminais e de Execuções Penais, o Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo publicou, em 16 de outubro de 2023, o Ato Normativo TJES nº 015/2023, criando o Grupo de Apoio Técnico do Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU) e do Banco Nacional de Medidas Penais e Prisões (BNMP 3.0).

O grupo é integrado por servidores especializados que serão responsáveis por promover a atualização e a capacitação profissional de juízes e servidores, apoiar as atividades de validação de novas funcionalidades encaminhadas pelo CNJ, participar de mutirões e demais atividades relacionadas ao SEEU, além de recomendar providências e soluções pertinentes às demandas apresentadas pelos usuários.

Programa Fazendo Justiça

O programa Fazendo Justiça é um esforço coordenado pelo Conselho Nacional de Justiça, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e diversos apoiadores, para acelerar transformações no campo da privação de liberdade.

Sob a coordenação de Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas, o programa oferece um portfólio de ações para todo o ciclo penal e também para o ciclo socioeducativo, desde a porta de entrada até a porta de saída.

O programa prioriza o diálogo interinstitucional e a construção de soluções customizadas e colaborativas considerando as diferentes realidades locais. Nesta toada, em março de 2022, o Tribunal de Justiça recebeu uma comitiva do Conselho Nacional de Justiça para verificar os avanços e reforçar as iniciativas do referido programa no estado.

O grupo tratou sobre os resultados obtidos com o acordo entre o Conselho Na-



Comitiva do CNJ ao Espírito Santo fez reuniões sobre sistema carcerário e de medidas socioeducativas do estado - 30/03/2022

cional de Justiça, o Tribunal de Justiça do Espírito Santo e a Secretaria Estadual da Justiça no âmbito do programa, repactuando compromissos com a gestão do biênio 2022/2023.

» **Fortalecimento dos Conselhos da Comunidade**

Em 19 de agosto de 2022, com a colaboração do Programa Fazendo Justiça e a Escola da Magistratura do Espírito Santo, foi realizada uma reunião técnica sobre fomento e

fortalecimento dos Conselhos da Comunidade no estado com a participação do supervisor das Varas Criminais e de Execuções Penais e supervisor do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário Estadual, desembargador Fernando Zardini Antonio, o juiz auxiliar da Presidência do CNJ e coordenador do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas, Luís Geraldo

Sant'Ana Lanfredi, o secretário de estado da Justiça do Espírito Santo, Marcello Paiva de Mello e o coordenador nacional de Políticas de Cidadania e Garantia de Direitos do Programa Fazendo Justiça do CNJ, Felipe Athayde Lins de Melo.

Na reunião foram debatidas ações relacionadas aos Conselhos da Comunidade no Brasil, refletindo sobre a importância da participação social na Execução Penal e abordando, por fim, o Ato Normativo Conjunto TJES

nº 008/2022, que incluiu os Conselhos da Comunidade no rol das instituições a serem beneficiadas com as penas pecuniárias;

» **Ação Nacional de Identificação Civil e Documentação de Pessoas Privadas de Liberdade**

No dia 12 de maio de 2023, no salão pleno do Tribunal de Justiça do Espírito Santo, foi lançada a Ação Nacional de Identificação Civil e Emissão de Documentos às pessoas privadas de liberdade.



Solenidade onde foi assinado o documento de Adesão ao Termo de Cooperação Técnica para a emissão de documentação civil e para identificação biométrica das pessoas privadas de liberdade

O objetivo da iniciativa é facilitar o acesso às políticas de cidadania para pessoas que tiveram contato com o cárcere, como inclusão em programas de saúde, educação e trabalho, contando ainda com a parceria do Tribunal Superior Eleitoral e da Associação dos Registradores de Pessoas Naturais, além de outros 150 parceiros e apoiadores.

Estavam presentes na solenidade o vice-presidente do TJES, desembargador Dair José Bregunçe de Oliveira, o secretário de estado de Justiça, André Garcia, representando o Governo do Estado, o corregedor-geral da Justiça, desembargador Carlos Simões Fonseca, bem como os juízes auxiliares da Presidência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) Luis Geraldo Sant’Ana Lanfredi e João Felipe Lopes, respectivamente coordenador e integrante do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF).

» **Encontro Nacional dos Grupos de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (GMFs)**

Os Grupos de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo (GMFs) do Espírito Santo participaram, nos dias 13 e 14 de julho de 2023, do Encontro Nacional dos GMFs promovido pelo CNJ e Programa Fazendo Justiça em parceria com o Programa das Nações Unidas, em Brasília. O Grupo Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Espírito Santo estava representado pelo desembargador Fernando Zardini Antonio, a juíza de Direito Gisele Souza de Oliveira e o analista Leandro Silva Oliveira. Para subsidiar a troca de informações, os GMFs foram consultados previamente sobre temas que incluem a institucionalidade do seu funcionamento, a articulação interna e externa, a atuação em políticas penais e socioeducativas, as inspeções e tratamento de denúncias de violações de direitos humanos em unidades pri-



Grupos de Monitoramento e Fiscalização dos sistemas carcerário e socioeducativo do TJES.

sionais, além de alimentação de sistemas e tratamento de dados da área criminal.

Escritório Social

O Escritório Social reúne em um mesmo local atendimentos para dar suporte às pessoas egressas do sistema prisional e seus familiares. O objetivo é facilitar o acesso a atendimento especializado em áreas como saúde, atendimento psicossocial, qualificação e encaminhamento profissional.

O Escritório Social foi lançado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em 2016,

com a inauguração da primeira unidade no Espírito Santo. Destarte, em maio de 2023, em um movimento de expansão do projeto no Estado, o Poder Judiciário em cooperação com a Prefeitura de Piúma assinaram, no salão pleno do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES), o termo de adesão para a implementação de um Escritório Social naquela cidade.

O município de Piúma será o primeiro em todo o estado a promover esta ação de maneira municipalizada e contará com o apoio do CNJ, do TJES, do Ministério Público do Espírito Santo (MPES), da Secretaria de Estado da Justiça (Sejus) e da Secretaria Nacional de Políticas Penais (Senappen).



Assinatura do Termo de Adesão do Município de Píuma para a implementação do Escritório Social na cidade - 12/05/2023.

Dados do Escritório Social durante o Biênio 2022/2023:

Ação	2022	2023**	Total
Atendimento Psicossocial	6.856	3.376	10.232
Busca Ativa*	2.608	1.360	3.968
Encaminhamentos a outros órgãos socioassistenciais	4.095	2.337	6.432
Qualificação Profissional – Matrículas realizadas	462	503	965
Qualificação Profissional – Certificados gerados	167	85	252

1. A busca ativa apresenta o resgate aos egressos do sistema prisional para que busquem os serviços ofertados pelo Escritório Social. 2. Dados relativos ao primeiro semestre de 2023

Mutirão Processual Penal nas Varas Criminais e de Execuções Penais

Por meio do Ato Normativo Conjunto TJES nº 11/2023, foi instituído o regime de mutirão processual em todas as varas criminais e de execuções penais do Estado, seguindo as diretrizes estabelecidas pela Presidência do CNJ, por meio da Portaria nº 170/2023.

No período de 24 de julho a 25 de agosto de 2023, com o objetivo de garantir o cumprimento da legislação e dos precedentes vinculantes do Supremo Tribunal Federal, foram analisados processos criminais de conhecimento cuja prisão preventiva já tivesse ultrapassado a duração de 01 ano e prisões cautelares envolvendo gestantes, mães e mulheres responsáveis por crianças e/ou pessoa com deficiência.

No âmbito da execução penal, o foco foi a revisão da situação processual de apenados que estavam cumprindo pena em regime mais gravoso do que aquele fixado na sentença condenatória ou condenados pelo delito de tráfico privilegiado (art. 33, § 4º) que estavam cumprindo pena em regime fechado ou semiaberto.

A comissão de acompanhamento dos trabalhos do mutirão foi coordenada pela juíza Gisele Souza de Oliveira, coordenadora das Varas Criminais e de Execuções Penais e representante do GMF/ES, e integrada pelos magistrados: Daniel Barrioni de Oliveira, juiz auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça; Felipe Rocha Silveira, Flávio Jabour Moulin, Patrícia Faroni, André Guasti Motta e André Bijos Dadalto, bem como pelos servidores Leandro Silva Oliveira e Augusto Henrique Gomes Ferreira de Andrade.

As Varas Criminais e de Execuções Penais do Estado tiveram até o dia 25 de agosto de 2023 para concluir os trabalhos, sistematizando as informações sobre a quantidade de processos revisados, a quantidade de pessoas beneficiadas com progressão de regime e o quantitativo de liberdades Provisórias Concedidas.

Fiscalização das Unidades Prisionais do Estado do Espírito Santo

A Coordenação das Varas Criminais e Execuções Penais mantém um canal de atendimento direto com os cidadãos e instituições para recebimento e proces-

samento de reclamações referentes ao sistema prisional capixaba, atendendo de forma remota e presencial e dando os devidos encaminhamentos aos órgãos da execução penal responsáveis pela adoção das providências cabíveis.

Além disso, durante o biênio 2022/2023, a Coordenação realizou inspeções in loco em unidades prisionais estratégicas do estado como no **Centro de Detenção Provisória de Aracruz (CDPA)**, na **Penitenciária Regional de Cachoeiro de Itapemirim (PRCI)** e no **Centro de Detenção Provisória de Serra (CDPS)**, todas motivadas por relatos de violações de direitos humanos que chegaram ao conhecimento da Coordenação.

Nas fiscalizações das unidades prisionais foi verificado, dentre outras demandas, os ambientes onde são realizadas as audiências por videoconferência, sendo detectada a necessidade de alinhamentos para aprimorar o serviço.

Nesta toada, a Coordenação das Varas Criminais de Execuções Penais promoveu, em 18 de agosto de 2022, uma reunião de trabalho com os diretores e diretoras das unidades prisionais do Complexo de Xuri, Casa de Custódia de Vila Velha (CASCUVV), Unidade de Custódia e Tratamento Psiquiátrico (UCTP), Centro prisional Feminino de Cariacica (CPFC) e a Penitenciária Semiaberta de Cariacica (PSC), com a presença das juízas Gisele Souza de Oliveira

Registro do Centro de Detenção provisória da Serra (CDPS)



e Patrícia Faroni, cuja finalidade foi desenvolver um fluxo para melhorar a comunicação com as unidades judiciárias, visando à eficiência do serviço de videoconferência para audiências judiciais.

Cursos e Treinamentos

A Coordenação das Varas Criminais e Execuções, em parceria com a Escola da Magistratura do Espírito Santo (Emes), promoveu diversos cursos e treinamentos visando ao aperfeiçoamento de magistrados e servidores do Poder Judiciário do Espírito Santo:

	Curso / Palestra	Data	Total de participantes
1	Atualizações no Sistema Eletrônico de Execução Unificado – SEEU: Magistrados, Assessores, Servidores e Estagiários (Turma 1)	08/02/22	44
2	Atualizações no Sistema Eletrônico de Execução Unificado – SEEU: Magistrados, Assessores, Servidores e Estagiários (Turma 2)	15/02/22	64
3	Atualizações no Sistema Eletrônico de Execução Unificado – SEEU: Magistrados, Assessores, Servidores e Estagiários (Turma 3)	08/03/22	32
4	Atualizações no Sistema Eletrônico de Execução Unificado – SEEU: Magistrados, Assessores, Servidores e Estagiários (Turma 4)	15/03/22	38
5	Depoimento Especial pelo Protocolo Brasileiro de Entrevista Forense	10/6 a 30/07/2023	17
6	Temas Contemporâneos do Direito Penal e do Processo Penal	24/06/22	84
7	Introdução à Legislação do Depoimento Especial: Visão Crítica da Teoria e da Prática	1º, 8, 15 e 22/7/2022	66
8	Reunião Técnica sobre Fomento e Fortalecimento de Conselhos da Comunidade no Estado do ES	19/08/22	39
9	Dosimetria da Pena	19/08 e 26/08/2022	133

10	Atualizações no Sistema Eletrônico de Execução Unificado SEEU: Módulo Medidas Diversas da Prisão (Turma 1)	10/10/22	9
11	Atualizações no Sistema Eletrônico de Execução Unificado SEEU: Módulo Medidas Diversas da Prisão (Turma 2)	11/10/22	14
12	Atualizações no Sistema Eletrônico de Execução Unificado SEEU: Módulo Medidas Diversas da Prisão (Turma 3)	21/10/22	32
13	Atualizações no Sistema Eletrônico de Execução Unificado SEEU: Módulo Medidas Diversas da Prisão (Turma 4)	24/10/22	18
14	Curso Atualizações no Sistema Eletrônico de Execução Unificado SEEU: Módulo Medidas Diversas da Prisão (Turma 5)	27/10/22	70
15	Curso Atualizações no Sistema Eletrônico de Execução Unificado SEEU: Módulo Medidas Diversas da Prisão (Turma 6)	31/10/22	26
16	Evento de Lançamento da 8ª Edição do Livro Sentença Criminal com Palestra “Mandados de Criminalização”	03/11/22	89
17	Atualizações do Banco Nacional de Monitoramento de Prisões (BNMP 2.0) Turma 1	04/11/22	17
18	Curso Atualizações no Sistema Eletrônico de Execução Unificado SEEU: Módulo Medidas Diversas da Prisão (Turma 7)	07/11/22	5
19	Atualização do Banco Nacional do Monitoramento de Prisões (BNMP 2.0) Turma 2	10/11/22	13
20	Atualização do Banco Nacional do Monitoramento de Prisões (BNMP 2.0) Turma 3	11/11/22	15
21	Investigação Digital	11/11/22	87
22	Atualização do Banco Nacional do Monitoramento de Prisões (BNMP 2.0) Turma 4	17/11/22	13
23	Atualização do Banco Nacional do Monitoramento de Prisões (BNMP 2.0) Turma 5	21/11/22	23
24	Atualização do Banco Nacional do Monitoramento de Prisões (BNMP 2.0) Turma 6	23/11/22	6
25	Atualização do Banco Nacional do Monitoramento de Prisões (BNMP 2.0) Turma 7	25/11/22	31
26	Atualização do Banco Nacional do Monitoramento de Prisões (BNMP 2.0) Turma 8	29/11/22	24

27	Atualização no BNMP 2.0 — Turma 9: Varas Criminais	30/11/22	29
28	Atualização do Banco Nacional de Monitoramento de Prisões (BNMP 2.0) - Turma 1	03/04/23	57
29	Atualização do Banco Nacional de Monitoramento de Prisões (BNMP 2.0) - Turma 2	12/04/23	49
30	Noções básicas do Sistema Eletrônico de Execução Unificado - SEEU (Turma 1)	05/05/23	15
31	Noções básicas do Sistema Eletrônico de Execução Unificado - SEEU (Turma 2)	15/05/23	25
32	Noções básicas do Sistema Eletrônico de Execução Unificado - SEEU (Turma 3)	18/05/23	25
33	Noções básicas do Sistema Eletrônico de Execução Unificado - SEEU (Turma 4)	22/05/23	9
34	Noções básicas do Sistema Eletrônico de Execução Unificado - SEEU (Turma 5)	26/05/23	39
35	Gestão de Metas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)	1 e 2/6/2023	93
36	Vulnerabilidades acrescidas na Privação de Liberdade: Tratamento da População LGBTI e Res. CNJ 348/2020	07/07/23	57
37	Gestão de Metas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)	17 e 18/7/2023	76
38	Resolução CNJ 484/2022: Reconhecimento de pessoas em procedimentos e processos criminais	21/07/23	55
39	Protocolo de Julgamento sob a Perspectiva de Gênero	27 e 28/7/2023	44
40	Formação no Protocolo Brasileiro de Entrevista Forense (PBEF) para Uso em Depoimento Especial	7/8 a 17/9/2023	16
41	Saneamento do BNMP 2.0: tirando dúvidas	25/09/23	74

Total de participantes

1.672

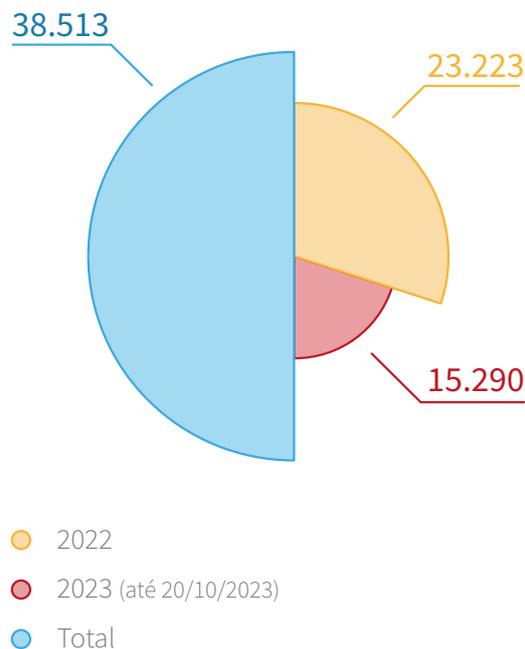
Serviço de Notificação, Citação e Intimação de Réus Presos

O Serviço de Notificação, Citação e Intimação de réus presos foi criado através da Resolução TJES nº 036/2013, publicada no Diário da Justiça de 07 de agosto de 2013, objetivando oferecer às unidades judiciárias uma rápida solução para a citação, intimação e notificação de réus presos em qualquer unidade prisional do estado.

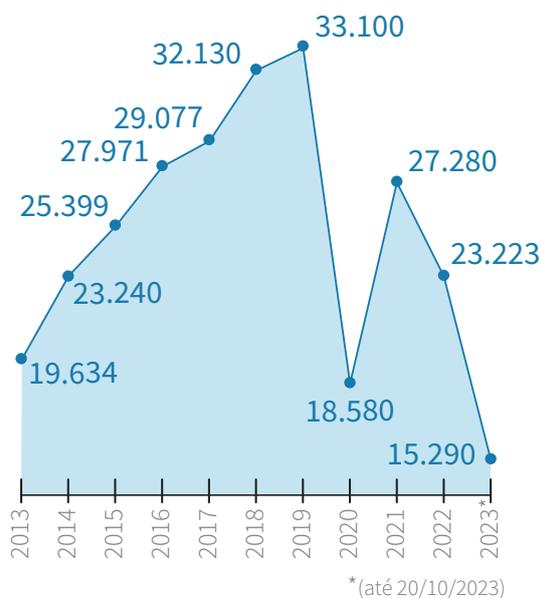
Em julho de 2022, foi publicado o Ato Normativo TJES nº 011/2022, que expandiu o serviço de compartilhamento de cumprimento e devolução de mandados, incorporando ao sistema e-Jud a Central de Mandados de Réus Presos, gerando maior controle e celeridade no cumprimento dos mandados de pessoas privadas de liberdade.

O serviço foi iniciado em 02 de agosto de 2012 e desde então foram cumpridos 275.466 mandados até 31 de outubro de 2023, perfazendo uma média de 2 mil mandados cumpridos por mês, conforme dados a seguir:

Mandados Cumpridos:



Dados Históricos desde a Criação (Até 20/10/2023):



Aprimoramento de Regulamentações Internas e Participação em Grupos de Trabalho

Durante o biênio 2022/2023, a Coordenação das Varas Criminais e Execuções Penais promoveu o aperfeiçoamento de algumas regulamentações de questões afetas à jurisdição criminal e de execução penal, bem como integrou Grupos de Trabalho diversos, com destaque para os seguintes:

Ato Normativo Conjunto nº 08/2022, publicado em 05/04/2022 - Inclui os Conselhos da Comunidade no rol das instituições a serem beneficiadas com as penas pecuniárias.

Ato Normativo nº 118/2022, publicado em 17/08/2022 - Determina a realização de Audiência de Custódia em todas as hipóteses de cumprimento de mandado de prisão temporária, prisão preventiva e prisão.

Ato Normativo Conjunto nº 16/2022, publicado em 17/10/2022 - Estabelece a competência do Serviço de Plantão de Flagrantes de Viana para a realização de Audiência de Custódia nos casos de crimes militares durante os finais de semana e feriados.

Ato Normativo Conjunto nº 19/2022, publicado em 06/09/2022 - Regulamenta a competência para recebimento e cadastramento do processo de execução penal no Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU) nos casos de condenação em regime semiaberto e aberto, quando a pessoa condenada estiver em liberdade;

Ato Normativo Conjunto nº 20/2022, publicado em 22/11/2022 - Cria o Grupo de Trabalho para saneamento das inconsistências do Banco Nacional de Monitoramento de Prisões (BNMP 2.0) e do Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU).

Ato Normativo Conjunto nº 11/2023, publicado em 27/07/2023 - Institui o regime de mutirão processual em todas as varas criminais e de execuções penais do Estado e cria o Grupo de Trabalho para acompanhamento dos trabalhos.

Ato Normativo Conjunto nº 15/2023, publicado em 16/10/2023 - Cria o Grupo de Apoio Técnico do Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU) e do Banco Nacional de Medidas Penais e Prisões (BNMP 3.0).

Ofício Circular 06/2022 de 31/08/2022 – Orientação a destruição de drogas apre-

endidas, no prazo de 10 dias, guardando-se amostra necessária para realização do laudo definitivo, a fim de se evitar acúmulo de objetos apreendidos e substâncias entorpecentes nas Delegacias de Polícias deste Estado.

Ofício Circular 09/2022 de 17/10/2022 – Orientação quanto às diretrizes para o início do processo de execução penal em regime aberto e semiaberto, na hipótese de a pessoa condenada encontrar-se em liberdade, bem como competências e divisão de trabalho entre as unidades judiciárias.

Ofício Circular 14/2022 de 21/11/2022 – Orientação sobre medidas necessárias para o saneamento de dados e adequação do sistema BNMP 2.0.

Ofício Circular 03/2023 de 27/02/2023 – Informa sobre a implementação da configuração da Central de Alvarás do e-Jud para que essa possa enviar alvarás de soltura expedidos pelo BNMP 2.0 às unidades prisionais.

Ofício Circular 06/2023 de 02/05/2023 – Orienta acerca da necessidade de se inserir no Banco Nacional de Monitoramento de Prisões (BNMP 2.0) todos os documentos necessários para a efetivação da liberação dos custodiados, especialmente a expedição de alvará de soltura.

Ofício Circular 08/2023 de 10/07/2023 – Informa sobre a Resolução CNJ nº 487/2023, que institui a política Antimanicomial do Poder Judiciário no âmbito do processo penal e da execução das medidas de segurança, para ciência e providências cabíveis.

Ofício Circular 015/2023 de 20/10/2023 - Informa que o Banco Nacional de Monitoramento de Prisões (BNMP 2.0) é o único banco de dados apto a instrumentalizar ordens de prisão e soltura no país, sendo sua utilização de uso obrigatório por todo o Poder Judiciário e pelos demais órgãos de segurança pública, conforme Resolução CNJ nº 417/2021.

Ofício Circular 73/2023 de 29/08/2023 – Informa que os feitos de execução penal devem ser instruídos com a consulta do BNMP 2.0 antes de serem encaminhados a DIMCME nos casos de progressão de regime e/ou transferência de estabelecimento prisional.

Coordenadoria das Varas da Infância e da Juventude

A Coordenadoria da Infância e da Juventude foi criada em 27 de outubro de 2009 a partir da determinação da Resolução nº 94/2009 do CNJ. No Estado do Espírito Santo, a Resolução TJ/ES nº 009 de 2010 cria dentro da estrutura organizacional do Poder Judiciário a Coordenadoria da Infância e da Juventude, órgão subordinado à Supervisão dos Juizados da Infância e Juventude e de permanente assessoria da Presidência do TJES.

Entre as atribuições destacamos: dar suporte aos magistrados, servidores e às equipes multiprofissionais das Varas da Infância e Juventude, efetivar propostas de intervenção em âmbito estadual e no atendimento às diretrizes nacionais, celebrar parcerias, desenvolver projetos na área da Infância e Juventude e outros, sempre com a finalidade de melhoria da prestação jurisdicional.

O presente relatório apresenta uma compilação detalhada dos principais projetos, ações e programas desenvolvidos no biênio 2022-2023. Ele visa proporcionar aos membros do Tribunal de Justiça do Espírito Santo, às demais autoridades estaduais e a todos que dele tomarem conhecimento, um panorama das atividades empreendidas, reforçando o compromisso com o princípio da transparência, tão fundamental à Administração Pública.

Durante este período foram implementadas significativas inovações que abrangem eixos estruturantes como Cidadania, Socioeducação, Proporcionalidade Penal, entre outros. Tais avanços foram viabilizados graças ao incondicional apoio da gestão do Tribunal

de Justiça do Espírito Santo e à dedicação incansável de juízes, servidores e equipe técnica, todos empenhados em assegurar a efetividade do sistema de justiça voltado à infância e juventude.

É importante frisar que, apesar dos consideráveis progressos, a Supervisão dos Juizados da Infância e a Coordenadoria das Varas da Infância e Juventude permanecem em um processo contínuo de aprimoramento. Estamos em uma jornada de evolução institucional que visa à incorpo-

ração e aplicação das melhores práticas no domínio da infância e juventude.

Este relatório busca ilustrar o profundo compromisso da Supervisão, da Coordenadoria da Infância e do próprio Tribunal de Justiça com os direitos das crianças e adolescentes. Nossa missão é promover, valorizar e respeitar esses direitos, assegurando a proteção legal e a prioridade absoluta que a Constituição confere a esse público tão essencial para o futuro da nossa sociedade.



Realizações 2022 - 2023

- » Publicação do Ato Normativo Conjunto nº 010/2022 - Dispõe sobre os procedimentos para autorização de viagem nacional e internacional de crianças e adolescentes;
- » Publicação do Ato Normativo Conjunto nº 014/2022 - Altera o Ato Normativo Conjunto nº 003/2015, que criou o Núcleo de Reconhecimento Voluntário de Paternidade;
- » Publicação do Ato Normativo nº 034/2022, que designa membros para compor o Núcleo Gestor de Justiça Restaurativa (NugJur);
- » Publicação do Ato Normativo Conjunto nº 003/2023 - Dispõe sobre os procedimentos de atendimento nos serviços da rede de atenção e cuidado materno-infantil - Entrega Voluntária;
- » Publicação do Ato Normativo Conjunto nº 06/2023 - Dispõe sobre diretrizes e normas gerais para a criação, implementação e execução da Central de Vagas no Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo, no âmbito do Poder Executivo, disciplinando os procedimentos administrativos e judiciais para ingresso e transferência de socioeducando(a), em cumprimento de medida socioeducativa em unidades de internação, semiliberdade e internação;
- » Publicação do Ato Normativo nº 07/2023 - Institui o Comitê Gestor Local da Política Judiciária para a Primeira Infância;
- » Publicação do Ato Normativo Conjunto nº 010/2023 - Incluir magistrado colaborador do Grupo de Monitoramento do Sistema Socioeducativo (GMF-SS);
- » Publicação do Ato Normativo nº 012/2023, que designa servidores como referência técnica do Núcleo Gestor de Justiça Restaurativa (NugJur);
- » Publicação do Ato Normativo Conjunto nº 013/2023 - Regulamenta no âmbito do Poder Judiciário deste estado os procedimentos quando

- ocorrer a apreensão de adolescente por força de cumprimento de Mandado de Busca e Apreensão;
- » Publicação do Ato Normativo Conjunto nº 014/2023 - Dispõe sobre os procedimentos judiciais no Plantão Judiciário acerca da matéria infracional;
 - » Publicação da Resolução nº 010/2023 - Altera o §3º do artigo 3º da Resolução nº 07/2016, que instituiu o Programa de Estágio Remunerado no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo e dá outras providências;
 - » Publicação da Resolução nº 018/2023 - Institui, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo, a metodologia de realização de audiências concentradas socioeducativas;
 - » Publicação da Resolução nº 028/2023 - Insere a alínea “h” no artigo 4ª da Resolução nº 029/2010, que dispõe sobre o regime de plantão judiciário em primeiro e segundo graus de jurisdição e dá outras providências (audiência de apresentação no plantão judiciário);
 - » Publicação da Resolução nº 029/2023 - Regionaliza Juízos de execução de medidas socioeducativas, meio fechado e semiliberdade;
 - » Acordo de Cooperação Técnica entre Poder Judiciário e Municípios - Cessão de Assistentes Sociais e Psicólogos - Processo SEI nº 7004738- 78.2021.8.08.0000;
 - » Acordo de Cooperação Técnica entre Poder Judiciário e Secretaria de Justiça do Estado do Espírito Santo - Programa Meu Pai é Legal, com ênfase no Sistema Prisional;
 - » Acordo de Cooperação Técnica entre Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo e a Associação dos Amigos dos Autistas do Espírito Santo (Amaes) - Processo SEI nº 7006739-07.2022.8.08.0000;
 - » Acordo de Cooperação Técnica entre Poder Judiciário e Polícia Civil do Estado do Espírito Santo para disponibilizar o acesso da De-

acle ao Ejud - Processo SEI nº 7007877-67.2023.8.08.0000;

» Capacitação para habilitação de pretendentes à adoção e técnicos do PJES - 2022 - Proc. SEI nº 7001665-64.2022.8.08.0000;

» Capacitação - Depoimento Especial pelo protocolo brasileiro em Entrevista Forense - 2022 - Ato Normativo nº 133/2022, Ato Normativo nº 151/2022 - Processo SEI nº 7002673-13.2021.8.08.0000;

» Capacitação - Depoimento Especial pelo protocolo brasileiro em Entre-

vista Forense - 2023 - Ato Normativo nº 564/2023 - Processo SEI nº 7006535-55.2022.8.08.0000;

» Capacitação sobre Transtorno do Espectro Autista - Processo SEI nº 7001128-34.2023.8.08.0000;

» Capacitação Sistema Nacional de Adoção (SNA) para magistrados - Processo SEI nº 7006533-85.2022.8.08.0000;

» Instalação das salas especializadas para realização de audiência de Depoimento Especial - Processo SEI nº 7003403-58.2020.8.08.0000;



- » Proposta de Credenciamento para serviço psicossocial - Processo SEI nº 7004724-60.2022.8.08.0000;
- » Proposta de implantação do Programa Jovem Aprendiz - Projeto Aprender a Vencer - Processo SEI nº 7002337-77.2022.8.08.0000;
- » Elaboração e publicação do fluxo do Programa de Proteção à Criança e ao Adolescente Ameaçado de Morte (PPCAAM) - Processo SEI nº 7007587- 86.2022.8.08.0000;
- » Ações para fortalecimento do Centro Integrado de Atendimento Socioeducativo – Ciase;
- » Adesão a Campanhas Nacionais na área da Infância e Juventude;
- » Campanhas sobre conscientização das necessidades e direitos das pessoas com transtorno do espectro autista;
- » Participação presencial nos Encontros Nacionais dos Coordenadores da Infância e Juventude;
- » Participação presencial de magistrados e servidores nos eventos nacionais na área da Infância e Juventude;
- » Realização de Círculos de Justiça Restaurativa.

Coordenadoria dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e Fazenda Pública

A Coordenadoria dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e Fazenda Pública, instituída em 23 de julho de 1996 pela Lei Complementar nº 84/96, integra a estrutura organizacional do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo e está vinculada diretamente à Presidência do Tribunal de Justiça. As Coordenadorias são disciplinadas pelas Leis nº 234/2002, 9.099/1995, 10.259/2000 e 12.153/2009

Ações

A Coordenadoria dos Juizados Especiais, no intuito de proporcionar uma melhor prestação de serviços públicos para os jurisdicionados e condições favoráveis de desempenho de atividades por parte dos magistrados e servidores integrantes do Sistema dos Juizados, realizou diversas ações para o alcance de produtividade durante o biênio 2022/2023.

Como é cediço, os Juizados Especiais do Espírito Santo alcançaram posição de destaque no índice de atendimento de demandas pertinentes à Coordenadoria, em observância aos Indicadores do Conselho Nacional de Justiça.

Em 02 de agosto de 2022, foi enviado ofício à Presidência do Tribunal de Justiça, solicitando a contratação de 46 juízes leigos, inaugurando-se o **3º Processo Seletivo para contratação de juízes leigos**.



O certame foi homologado em 06 de junho de 2023, e hoje todas as unidades dos Juizados contam com 01 juiz leigo, totalizando, portanto, 83 juízes leigos, tendo as Turmas Recursais sido também contempladas com esse contingente de trabalho.

Como resultado das medidas adotadas, foram mais de **55.852 sentenças** produzidas e homologadas em dois anos, êxito obtido a partir da combinação da gestão da força de trabalho com os esforços de juízes leigos e magistrados dos Juizados Especiais.

Outro ponto importante foi a implementação de **processo seletivo de ingresso no programa de Residência Jurídica**, regulamentado pelo Ato Normativo nº 48/2022, homologado em 18 de janeiro de 2023, tendo esta Seção de Apoio recebido o total

de 15 residentes jurídicos, distribuídos em diversas unidades.

Encontra-se na Presidência do Tribunal de Justiça, projeto-piloto para a criação de **Centrais de Atendimento ao Público (CAPS)**, em fase de análise, visando à descentralização do atendimento das ligações telefônicas e resposta de e-mails, hoje de responsabilidade das chefias de Cartório, unificando-as em uma Central de Atendimento, que funcionará, caso deferido o pleito, na Coordenadoria dos Juizados, agilizando a resposta de andamento dos processos e a otimização dos serviços em geral.

Também foi efetivada a celebração, no ano de 2023, do Termo de Cooperação com a empresa OI S/A, objetivando o estabelecimento de mútua cooperação, destinada

à prevenção e resolução de conflitos mediante a celebração de acordos via aplicativo de mensagens instantâneas (whatsapp).

Outros convênios estão em andamento para avançarmos ainda mais na resolução de conflitos extraprocessualmente, o que implicará, com certeza, numa diminuição de processos represados, notadamente aqueles em que a temática é a mesma.

Metas para o biênio 2024/2025

- » Mutirão para ajustes processuais das secretarias visando acerto de andamentos processuais, arquivamentos de processos finalizados e outros que se fizerem necessários para que a leitura dos dados inseridos no sistema seja o mais clara possível sobre a realidade da unidade;
- » Utilização de pautas concentradas visando à redução do número de processos nos Juizados Especiais, a promoção da pacificação social e a ampliação de métodos autocompositivos nas soluções de conflito são alguns dos resultados esperados pela Coordenadoria;
- » Para dar mais celeridade nos julgamentos, fazer uso de ementas, ou seja, do resumo do julgado, passando à comunidade jurídica o pensamento do órgão julgador (Turmas recursais);
- » Realização de sessões pelas Turmas Recursais ao menos uma vez por mês, visando desafogar o acervo represado;
- » Incluir no sistema do Tribunal o sobrestamento de ações que discutam temas idênticos para não haver situações conflitantes;
- » Continuidade na Capacitação de Magistrados e Juízes Leigos;
- » Cursos de Gestão tendo como público-alvo servidores e magistrados.

Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar

A Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar, vinculada à Presidência do Tribunal de Justiça, através da Resolução nº 046/2011 que a instituiu, desenvolveu, no último biênio, diversas ações contidas no § 1º do artigo 3º da Lei nº 11.340/2006, no sentido de proporcionar a garantia dos direitos humanos às mulheres no âmbito das relações domésticas e familiares e de resguardá-las de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, bem como implementou medidas integradas de prevenção contidas no artigo 8º da mesma Lei.

Abaixo, seguem relatos das principais iniciativas desenvolvidas pela Coordenadoria, salientando que ainda há a intervenção em diversas outras atividades desempenhadas no dia a dia.

- » Encontro Cocevid - Conselho das Coordenadorias Estaduais de Combate à Violência Doméstica, realizado em Belo Horizonte
- **Período de Realização:** 03/02/2022
- **Objetivos:** Apresentação das Coordenadorias Estaduais à nova Presidente do Conselho

- **Benefícios:** Troca de informações e experiências entre as Coordenadorias Estaduais.

<http://www.tjes.jus.br/juiza-do-tjes-participa-do-encontro-do-colegio-de-coordenadores-da-mulher-em-situacao-domestica-e-familiar/>

» Juizado Itinerante da Lei Maria da Penha - Dores do Rio Preto

- **Período de Realização:**
23/02/2022

- **Objetivos:** Divulgação da Lei Maria da Penha a mulheres da Comarca de Dores do Rio Preto.

- **Benefícios:** Informações claras sobre direitos das mulheres a respeito da Lei nº11.340/06, visando a uma diminuição da violência doméstica e familiar.

» Abertura da 20ª Semana Justiça pela Paz em Casa

- **Período de Realização:**
07/03/2022

Solenidade de Abertura da 20ª Semana Justiça pela Paz em Casa



- **Objetivos:** Assinatura de Acordo de Cooperação Técnica entre o Poder Judiciário do Espírito Santo, a Secretaria Nacional de Política para Mulheres e a Prefeitura Municipal de Vitória, a fim de implantar o Programa Maria da Penha vai à Escola.

<http://www.tjes.jus.br/inscricoes-abertas-para-a-20a-semana-justica-pela-paz-em-casa/>

<http://www.tjes.jus.br/solenidade-no-pleno-do-tjes-da-inicio-a-acoes-de-prevencao-a-violencia-domestica-da-semana-justica-pela-paz-em-casa/>

Assinatura de Protocolo de Intenção entre o Poder Judiciário do Espírito Santo, a Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres e a Prefeitura Municipal de Vila Velha, a fim de iniciar as tratativas para futura assinatura da Programa Maria da Penha vai à Escola.

- » Juizado Itinerante da Lei Maria da Penha – Plantão da 20ª Semana Justiça pela Paz em Casa, na Prainha – Vila Velha

- **Período de Realização:** 08 a 11/03/2022

- **Objetivos:** Atendimento para análise de concessão, em sistema de plantão, a todas as mulheres que registrarem boletim unificado na Deam, com pedido de medida protetiva de urgência. Atendimento psicossocial em parceria com a Prefeitura Municipal de Vila Velha/ Equipe Multidisciplinar do TJES e com advogadas voluntárias da OAB - Seção Vila Velha.

- **Palestrante:** Grace Justa, diretora de Políticas para Mulheres da Secretaria Nacional.
- **Benefícios:** Capacitação de professores a fim de serem multiplicadores nas escolas no combate à violência contra a mulher e saberem reconhecer alunos que passam pela problemática.

- **Benefícios:** Celeridade e efetividade na prestação jurisdicional a vítimas de violência doméstica e familiar.
<http://www.tjes.jus.br/onibus-rosa-atende-a-mais-de-100-mulheres-na-semana-justica-pela-paz-em-casa/>
- » Palestra em roda – Lei Maria da Penha – Garantia de Direito e Tipos de Violência
 - **Período de Realização:**
15/03/2022
 - **Objetivos:** Divulgação da Lei Maria da Penha
- **Benefícios:** Geração de informação para multiplicação entre o público feminino.
- » Visita da Embaixadora e do Cônsul do Canadá
 - **Período de Realização:**
24/03/2022
 - **Objetivos:** Integração e troca de experiências com representantes do Canadá
 - **Benefícios:** Proposta para possível parceria em colaboração de projetos no combate à violência doméstica contra a mulher

Embaixadora do Canadá no Brasil, Jennifer May



<http://www.tjes.jus.br/presidente-do-tribunal-de-justica-recebe-a-visita-de-embaixadora-e-consul-do-canada-no-brasil/>

» Juizado Itinerante da Lei Maria da Penha na Praça Costa Pereira em parceria com a OAB/ES, Prefeitura Municipal de Vitória e o Colegiado de Associação do Centro de Vitória.

- **Período de Realização:** 30/03/2022
- **Objetivos:** Divulgação da Lei Maria da Penha a mulheres das comunidades no entorno da Praça Costa Pereira, incluindo duas turmas de alunos do Colégio Estadual Gomes Cardim.
- **Benefícios:** Informações claras sobre direitos das mulheres a respeito da Lei nº 11.340/06, visando a uma diminuição da violência doméstica e familiar, através do conhecimento e o reconhecimento da violência. Neste dia, a equipe acompanhou uma mulher em situação de violência ao PEM para registro e pedido de MPU.

<http://www.tjes.jus.br/onibus-rosa-esteve-na-praca-costa-pereira-nesta-quarta-para-acao-em-parceria-com-a-oab-es/>

» 2º Prêmio Mulher ArcelorMittal – recebimento de premiação do 1º lugar na categoria 3º setor do Projeto Mulher Superando o Medo – patrocinado pelo Rotary International e implantado pelo Instituto Win.

- **Período de Realização:** 05/05/2022
- **Objetivos:** Trabalhar a mulher com baixa estima, ensinando à mesma como ganhar, poupar e gastar o seu dinheiro, trabalhando o psicológico, os sonhos e mostrando que elas podem realizar os seus desejos e sair da dependência do agressor. Das 108 mulheres, 72 saíram já com MEI, empreendendo e 27 empregadas.
- **Benefícios:** Levar às mulheres da sociedade, oportunidades para não mais serem submetidas à violência doméstica, possuindo sua própria independência financeira.

<http://www.tjes.jus.br/coordenadora-da-comvides-e-projeto-mulher-superando-o-medo-se-destacam-em-noite-de-premiacao/>

» Abertura de inscrição para a mostra CineMarias

- **Período de Realização:** Inscrições até 16/06/2022

- **Objetivos:** Reflexão sobre a memória social da mulher a partir das experiências de seu corpo individual e coletivo nos espaços que ela ocupa.

- **Benefícios:** Dar voz às jovens cineastas, trazer narrativas inéditas para as telas e fomentar a autonomia e a participação de mulheres na escrita e na direção de suas próprias histórias.

<http://www.tjes.jus.br/abertas-as-inscricoes-para-a-1a-mostra-cinemarias-que-vai-debater-o-combate-a-violencia-contr-a-mulher/>

» Palestra na Faculdade de Direito de Vitória – Lei Maria da Penha

- **Período de Realização:**

31/05/2022

- **Objetivos:** Divulgação da Lei Maria da Penha junto a estudantes de primeiro período.

- **Benefícios:** Entender a importância dos crimes ali tipificados e divulgação na comunidade.

» Abertura do curso de “Combate à violência contra mulheres” para advogadas OAB/ES

- **Período de Realização:**

31/05/2022

- **Objetivos:** Mostrar à mulher advogada a importância da sua atuação e os melhores meios para tal.

- **Benefícios:** Engajamento profissional na área de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher.

» Instalação do Comitê de Gênero do Corpo de Bombeiros do Estado do Espírito Santo

- **Período de Realização:** 06/06/2022

- **Objetivos:** Valorização da mulher Bombeira
 - **Benefícios:** Uma sociedade mais igualitária.
- » Divulgação das mulheres selecionadas para o CineMarias

- **Período de Realização:** 29/06/2022

- **Objetivos:** O CineMarias tem o intuito de dar voz às jovens cineastas, trazer narrativas inéditas para as telas e fomentar a autonomia e a participação de mulheres na escrita e na direção de suas próprias histórias.

- **Benefícios:** Promover, por meio da arte, uma reflexão sobre a violência contra mulheres e representação feminina na sociedade.

<http://www.tjes.jus.br/cinemarias-divulga-selecionadas-para-laboratorio-audiovisual-sobre-violencia-contra-a-mulher/>

- » Dia do Voluntariado

- **Período de Realização:** 02/07/2022

- **Objetivos:** Conscientizar, prevenir e combater a violência contra a mulher em bairro populoso de Serra.

- **Benefícios:** Levar informação sobre a Lei nº 11.340/06 à população vulnerável.

- » Abertura do Laboratório Audiovisual sobre Violência contra a Mulher



- **Período de Realização:** 13/07/2022

- **Objetivos:** Ensinar técnicas audiovisuais a jovens mulheres da grande Vitória, de forma poética e artística.

- **Benefícios:** Ajuda financeira com bolsa-auxílio e empoderamento de jovens mulheres cis, trans, travestis e pessoas não binaries.
<http://www.tjes.jus.br/projeto-cinemarias-realiza-abertura-presencial-do-laboratorio-audiovisual-sobre-violencia-contr-a-mulher/>
- » Juizado Itinerante da Lei Maria da Penha - Ação Global no Maanaim
 - **Período de Realização :**
16/07/2022
 - **Objetivos:** Conscientizar, prevenir e combater a violência contra a mulher.
 - **Benefícios:** Oferecer apoio através de uma rede de suporte educativa e preventiva sobre a violência doméstica, com atendimentos jurídicos e de saúde.
- » Juizado Itinerante da Lei Maria da Penha - Ação Global em Iúna
 - **Período de Realização :**
20/07/2022
 - **Objetivos:** Conscientizar, prevenir e combater a violência contra a mulher.
 - **Benefícios:** Oferecer apoio através de uma rede de suporte educativa, preventiva, jurídica e com outros serviços.
<http://www.tjes.jus.br/onibus-rosa-do-juizado-itinerante-da-lei-maria-da-penha-estara-em-acao-global-no-municipio-de-iuna/>
- » Juizado Itinerante da Lei Maria da Penha - Ação Global no Sest/Senat de Cariacica face ao dia do motorista
 - **Período de Realização:**
23/07/2022
 - **Objetivos:** Conscientizar, prevenir e combater a violência contra a mulher, atuando junto aos motoristas e suas famílias.
 - **Benefícios:** Oferecer apoio através de uma rede de suporte educativa, preventiva e com atendimentos de saúde.
<http://www.tjes.jus.br/juizado-itinerante-da-lei-maria-da-penha->

[-participa-de-acao-global-no-municipio-de-cariacica/](#)

» Palestra na Seccional OAB Vila Velha

- **Período de Realização:**
27/07/2022
- **Objetivos:** Divulgação sobre a Lei Maria da Penha e o descumprimento de Medidas Protetivas de Urgência.
- **Benefícios:** Atualização de advogados.

» Juizado Itinerante da Lei Maria da Penha - Campanha Agosto Lilás em terminal de ônibus de Serra

- **Período de Realização:** 05/08/2022
- **Objetivos:** Divulgação e conscientização da população sobre a Lei Maria da Penha e divulgação da Ouvidoria da Mulher do TJES.
- **Benefícios:** Levar conhecimento a uma ampla gama de pessoas sobre os diferentes tipos de violência, de forma a serem reconhecidas como tal.

» Abertura da 21ª Semana Justiça pela Paz em Casa

- **Período de Realização:**
15/08/2022
- **Objetivos:** Dar início às ações programadas pelo Conselho Nacional de Justiça para combate à violência doméstica e familiar contra a mulher.
- **Benefícios:** Palestra com o conselheiro do CNJ Marcio Luiz Freitas intitulada “Os Desafios da Política Nacional de Enfrentamento à Violência Doméstica contra a Mulher”
<http://www.tjes.jus.br/tjes-da-inicio-a-acoes-de-prevencao-a-violencia-domestica-da-21a-semana-justica-pela-paz-em-casa/>

» Juizado Itinerante na 21ª Semana Justiça pela Paz em Casa

- **Período de Realização:** 16 a 19/08/2022
- **Objetivos:** Atendimento em plantão às vítimas de violência doméstica e familiar que se dirigirem



ao ônibus e também à Deam de Vila Velha para registro de BU's.

- **Benefícios:** Celeridade ao atendimento das necessidades da população afetada, com apoio de advogadas voluntárias da OAB Seccional Vila Velha.
<http://www.tjes.jus.br/mulheres-vitimas-de-violencia-serao-atendidas-em-vila-velha-ate-sexta-feira/>

» Palestra Sinal Vermelho no Cartório do 2º Ofício de Jardim Camburi

- **Período de Realização:**
24/08/2022
- **Objetivos:** Conscientizar os funcionários do Cartório Extrajudicial sobre a importância do atendimento à mulher vítima de violência, em caso de pedido de socorro.
- **Benefícios:** Divulgação das Leis Federal e Estadual sobre a Campanha Sinal Vermelho, bem como da Lei nº 11.340/06

<http://www.tjes.jus.br/coordenadoria-da-mulher-do-tjes-realizacao-da-campanha-sinal-vermelho-em-empresa-da-grande-vitoria/>

» Campanha Sinal Vermelho na empresa ArcelorMittal

- **Período de Realização:**
25/08/2022
- **Objetivos:** Conscientizar os funcionários da empresa sobre a importância do atendimento à mulher vítima de violência, em caso de pedido de socorro.

- **Benefícios:** Divulgação das Leis Federal e Estadual sobre a Campanha Sinal Vermelho.

<http://www.tjes.jus.br/coordenadoria-da-mulher-do-tjes-realizacao-da-campanha-sinal-vermelho-em-empresa-da-grande-vitoria/>

» Juizado Itinerante da Lei Maria da Penha - Ação Global no Município de Aracruz

- **Período de Realização:**
29/08/2022
- **Objetivos:** Participação na semana de Agosto Lilás do Município de Aracruz, levando material explicativo sobre a Lei Maria da Penha e a Campanha Sinal Vermelho, em parceria com outros serviços apresentados pela Prefeitura.

- **Benefícios:** Levar à população do interior maior conhecimento sobre as formas de violência tipificadas na Lei Maria da Penha.

» Juizado Itinerante da Lei Maria da Penha - Ação Global no Município de Santa Maria de Jetibá

- **Período de Realização:**
30/08/2022
- **Objetivos:** Participação na semana Agosto Lilás do Município de Santa Maria de Jetibá, levando material explicativo sobre a Lei Maria da Penha e a Campanha Sinal Vermelho, em parceria com outros serviços apresentados pela Prefeitura.

- **Benefícios:** Levar à população do interior maior conhecimento sobre as formas de violência tipificadas na Lei Maria da Penha.

<http://www.tjes.jus.br/aracruz-e-santa-maria-de-jetiba-promovem-acoes-de-encerramento-do-agosto-lilas/>



» Juizado Itinerante da Lei Maria da Penha no CineMarias

- **Período de Realização:** 01 e 02/09/2022
- **Objetivos:** Participação na I Mostra de Cinema CineMarias, realizada na Universidade Federal do Espírito Santo, com o objetivo de

levar conscientização sobre a violência doméstica e familiar contra a mulher aos participantes.

- **Benefícios:** Levar informação sobre violência doméstica contra a mulher para jovens participantes do projeto e estudantes.

<http://www.tjes.jus.br/onibus-rosa-da-lei-maria-da-penha-participa-da-1a-mostra-cinemarias/>

» Juizado Itinerante da Lei Maria da Penha - Ação Global em Itapemirim

- **Período de Realização:**
06/09/2022
- **Objetivos:** Participação na Ação Global do Município de Itapemirim, no dia do aniversário da emancipação, levando material explicativo sobre a Lei Maria da Penha e a Campanha Sinal Vermelho, em parceria com outros serviços apresentados pela Prefeitura e a OAB Mulher.
- **Benefícios:** Levar à população do interior maior conhecimento

sobre as formas de violência tipificadas na Lei Maria da Penha.

<http://www.tjes.jus.br/juizado-itinerante-da-lei-maria-da-penha-participa-de-acao-global-no-municipio-de-itapemirim/>

» Juizado Itinerante da Lei Maria da Penha - bairro Resistência, Vitória

- **Período de Realização:**
17/09/2022
- **Objetivos:** Divulgar a Lei Maria da Penha no bairro Resistência e informar os locais que podem ser procurados para ajuda.
- **Benefícios:** Levar mais conhecimento à população do bairro sobre as formas de violência tipificadas na Lei Maria da Penha.

» Juizado Itinerante da Lei Maria da Penha - Cachoeiro de Itapemirim

- **Período de Realização:**
19/10/2022
- **Objetivos:** Divulgação da Lei Maria da Penha na cidade de Cachoeiro de Itapemirim, levando material

explicativo, bem como palestra informativa sobre a Lei Maria da Penha e a Campanha Sinal Vermelho. A ação aconteceu em parceria com a Comissão da Mulher Advogada da 2ª Subseção da OAB-ES.

- **Benefícios:** Levar mais conhecimento à população da cidade sobre as formas de violência tipificadas na Lei Maria da Penha.

<http://www.tjes.jus.br/cachoeiro-de-itapemirim-recebe-onibus-rosa-do-juizado-da-lei-maria-da-penha/>

» Juizado Itinerante da Lei Maria da Penha - Guarapari

- **Período de Realização** 21/10/2022
- **Objetivos:** Divulgação da Lei Maria da Penha no município, levando material explicativo. A ação aconteceu em parceria com o Conselho Municipal da Mulher e a Comissão da Mulher Advogada da 4ª subseção de Guarapari.

- **Benefícios:** Levar mais conhecimento à população da cidade sobre as formas de violência tipificadas na Lei Maria da Penha.
- » Reunião de trabalho com os magistrados que têm competência em Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher

- **Período de Realização:**

04/11/2022

- **Objetivos:** Realização de reunião de trabalho com os magistrados que têm competência em Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, objetivando o aperfeiçoamento do fluxo do sis-

tema de proteção às vítimas, bem como palestra ministrada pelo conselheiro do Conselho Nacional de Justiça, Márcio Luiz Coelho de Freitas, com o tema: “Política Judiciária de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e os desafios para a sua efetividade”.

- **Benefícios:** Proporcionar o debate, a reflexão e atualização dos magistrados acerca do tema.

<http://www.tjes.jus.br/supervisao-e-a-coordenacao-das-varas-criminais-e-de-violencia-domestica-e-familiar-contra-a-mulher-se>



[-reune-com-juizas-e-juizes-que-atuam-na-area/
http://www.tjes.jus.br/magistrados-que-atuam-na-area-de-violencia-domestica-e-familiar-contr-a-mulher-se-reunem-com-conselheiro-marcio-luiz-freitas/](http://www.tjes.jus.br/magistrados-que-atuam-na-area-de-violencia-domestica-e-familiar-contr-a-mulher-se-reunem-com-conselheiro-marcio-luiz-freitas/)

» Juizado Itinerante da Lei Maria da Penha - Laranja da Terra

- **Período de Realização:**
09/11/2022
- **Objetivos:** Divulgação da Lei Maria da Penha no município, levando material explicativo. A ação aconteceu em parceria com a Associação Casa da Mulher.
- **Benefícios:** Levar mais conhecimento à população da cidade sobre as formas de violência tipificadas na Lei Maria da Penha, a fim de identificação.

» 22ª Semana Justiça pela Paz em Casa

- **Período de Realização:** 22 a 25/11/2022

- **Objetivos:** Dar início às ações programadas pelo Conselho Nacional de Justiça, com fim ao combate à violência doméstica e familiar contra a mulher, atuando em sistema de plantão com o Juizado Itinerante da Lei Maria da Penha, na Comarca de Vila Velha.

- **Benefícios:** Prestação jurisdicional célere e eficaz.

» Juizado Itinerante da Lei Maria da Penha - Vitória.

- **Período de Realização:** 03 e 04/12/2022
- **Objetivos:** Divulgação da Lei Maria da Penha na cidade de Vitória levando material explicativo, bem como uma palestra informativa sobre a Lei Maria da Penha e a Campanha Sinal Vermelho.
- **Benefícios:** Levar mais conhecimento à população da cidade sobre as formas de violência tipificadas na Lei Maria da Penha.

- » Juizado Itinerante da Lei Maria da Penha - Faesa/OAB Cariacica
 - **Período de Realização:** 05/12/2022
 - **Objetivos:** Divulgação da Lei Maria da Penha na cidade de Cariacica, levando material explicativo e trabalhando em parceria com jovens estudantes da Faculdade.
 - **Benefícios:** Levar mais conhecimento à população da cidade sobre as formas de violência tipificadas na Lei Maria da Penha.
- » Juizado Itinerante da Lei Maria da Penha - Associação Casa da Mulher
 - **Período de Realização:** 07/12/2022
 - **Objetivos:** Divulgação da Lei Maria da Penha na cidade de Serra, levando material explicativo, bem como palestra informativa sobre a Lei Maria da Penha e a Campanha Sinal Vermelho. A ação aconteceu em parceria com a Associação Casa da Mulher.
 - **Benefícios:** Levar mais conhecimento à população da cidade sobre as formas de violência tipificadas na Lei Maria da Penha.
- » Juizado Itinerante da Lei Maria da Penha - Faesa/OAB - Viana
 - **Período de Realização** 06/12/2022
 - **Objetivos:**
 - Divulgação da Lei Maria da Penha na cidade de Viana, levando material explicativo e trabalhando em parceria com jovens estudantes da Faculdade.
 - **Benefícios:** Levar mais conhecimento à população da cidade
- » Instituição da Ouvidoria da Mulher
 - **Período de Realização:** 06/02/2023
 - **Objetivos:** Oferecer atendimento tanto de forma virtual, por formulário, telefone ou correspondência, como de modo presencial,



em local especialmente preparado, para mulheres que desejam realizar reclamação.

- **Benefícios:** Possibilitar à mulher vítima de violência doméstica fazer uma denúncia, fazer uma reclamação e buscar informações a respeito de processos que estejam tramitando nas Varas de Violência Doméstica em todo o estado.

<http://www.tjes.jus.br/tribunal-de-justica-inaugura-espaco-dedicado-a-ouvidoria-da-mulher/>

» Podcast Just Talk – Relacionamento Tóxico

» **Período de Realização:** 10/02/2023

» **Objetivos:** Conscientização acerca de uma relação tóxica, o Just Talk trouxe especialistas que explicaram e deram dicas para os ouvintes, que podem vir a estar, já estão ou conhecem alguém em uma situação dessas.

» **Benefícios:** Levar aos ouvintes informações sobre a toxicidade nos relacionamentos para que não seja confundida com amor ou cuidado excessivo.

<http://www.tjes.jus.br/relacionamento-toxico-e-tema-do-novo-episodio-do-podcast-just-talk-do-tribunal-da-justica/>

» Abertura da 23ª Semana da Justiça Pela Paz em Casa

- **Período de Realização:** 07 a 10/03/2023
- **Objetivos:** Dar início às ações programadas pelo Conselho Nacional de Justiça para combater a violência doméstica e familiar contra a mulher, atuando em sistema de plantão com o Juizado Itinerante da Lei Maria da Penha, na Comarca de Vila Velha. Foram palestrantes a ouvidora nacional da mulher do CNJ e desembargadora do TRT da 4ª Região, Tânia Regina Silva Reckziegel, o doutor em psicologia social e coordenador do programa de pós-graduação em psicologia na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Adriano Beiras, o doutorando em psicologia e mestre em direito Daniel Fauth Washington Martins,

e a doutoranda em psicologia e secretária da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, Michelle de Souza Gomes Huggill. Os convidados falaram sobre “Grupos Reflexivos e Responsabilizantes para Homens Autores de Violências contra Mulheres no Brasil”.

- **Benefícios:** Atualização dos integrantes do meio jurídico.

» 23ª Semana da Justiça Pela Paz em Casa – Palestra aos magistrados e servidores de Varas de Violência Doméstica sobre Grupos Reflexivos para homens autores de violência doméstica.

» **Período de Realização:** 06/03/2023

» **Objetivos:** Expor a importância de criar esses grupos reflexivos para os autores de violência doméstica, previsto na Lei nº 11.340/06, popularmente conhecida como Lei Maria da Penha, visando a uma ressocialização e reeducação desses homens.

» **Benefícios:** Firmar a importância da ressocialização e reeducação de homens autores de violência doméstica.

<http://www.tjes.jus.br/23a-semana-da-justica-pela-paz-em-casa-contou-com-palestra-que-aborde-discussao-sobre-grupos-reflexivos-para-homens-autores-de-violencia-domestica/>

» Juizado Itinerante da Lei Maria da Penha - Vila Velha

- **Período de Realização:** 07 a 10/03/2023
- **Objetivos:** Dar início às ações programadas pelo Conselho Nacional de Justiça, com fim ao combate à violência doméstica e familiar contra a mulher, atuando em sistema de plantão com o Juizado Itinerante da Lei Maria da Penha, na Comarca de Vila Velha.
- **Benefícios:** Prestação jurisdicional célere e eficaz, no atendimento às vítimas que se apresentam no local, bem como as que registram

pedidos de Medida Protetiva de Urgência na Deam.

<http://www.tjes.jus.br/mulheres-vitimas-de-violencia-podem-buscar-atendimentoesta-semana-em-vila-velha/>

» Juizado Itinerante da Lei Maria da Penha - Santa Teresa

- **Período de Realização:**
31/03/2023
- **Objetivos:** Divulgação da Lei Maria da Penha na cidade de Santa Tereza, levando material explicativo sobre a Lei Maria da Penha e a Campanha Sinal Vermelho.
- **Benefícios:** Levar mais conhecimento à população da cidade sobre as formas de violência tipificadas na Lei Maria da Penha.

» Palestra - Violência Doméstica para PCD's

- **Período de Realização:** 04/04/2023
- **Objetivos:** Instruir e orientar sobre os tipos de violência, ações de



prevenção e quais redes podem ajudar em apoio.

- **Benefícios:** Orientar sobre as redes de apoio e as ações de prevenção aos principais tipos de violência contra a mulher.
<http://www.tjes.jus.br/violencia-domestica-foi-o-tema-da-palestra-voltada-para-as-colaboradoras-e-colaboradores-pcds-atuantes-na-area-de-digitalizacao-e-virtualizacao-dos-processos-do-pjes/>

» Juizado Itinerante da Lei Maria da Penha - Guarapari

- **Período de Realização:** 18/04/2023
- **Objetivos:** Divulgação da Lei Maria da Penha na cidade de Guarapari, levando material explicativo e outros serviços à comunidade.
- **Benefícios:** Levar mais conhecimento à população da cidade sobre as formas de violência tipificadas na Lei Maria da Penha.

» Palestra na Faculdade Novo Milênio –
Maria Inês Veltri

- **Período de Realização:** 19/04/2023
- **Objetivos:** Divulgação da Lei Maria da Penha para estudantes da faculdade.
- **Benefícios:** Levar informação sobre violência doméstica contra a mulher para jovens estudantes.
- Juizado Itinerante da Lei Maria da Penha – Marechal Floriano
- **Período de Realização:**
20/04/2023
- **Objetivos:** Divulgação da Lei Maria da Penha na cidade de Marechal Floriano, levando material explicativo sobre a Lei Maria da Penha e a Campanha Sinal Vermelho.
- **Benefícios:** Levar mais conhecimento à população da cidade sobre as formas de violência tipificadas na Lei Maria da Penha com palestra em escola estadual.
<http://www.tjes.jus.br/onibus-rosa-da-lei-maria-da-penha-esteve->

[-em-marechal-floriano-na-ultima-semana/](#)

- » Divulgação da Lei Maria da Penha no Campeonato Mundial de Bodyboarding
- **Período de Realização:**
27/04/2023
- **Objetivos:** Divulgação da Lei Maria da Penha no balneário de Jacaraípe, em Serra, no Campeonato Mundial de Bodyboarding, levando material explicativo, bem como uma palestra informativa sobre a Lei Maria da Penha e a Campanha Sinal Vermelho, apoiando a causa “Respeito no Mar”, e reforçando o combate à violência contra a mulher no esporte.
- **Benefícios:** Levar mais conhecimento à população da cidade sobre as formas de violência tipificadas na Lei Maria da Penha.
<http://www.tjes.jus.br/coordenadoria-da-mulher-realiza-acao-em->

[-campeonato-de-bodyboarding-
-na-praia-de-jacaraípe/](#)

» Juizado Itinerante da Lei Maria da Penha - Comissão da Mulher Advogada – Praça de Jucutuquara.

- **Período de Realização:**

04/11/2023

- **Objetivos:** Divulgação da Lei Maria da Penha na cidade de Vitória, levando material explicativo sobre a Lei e sobre a Campanha Sinal Vermelho, bem como orientação jurídica.

- **Benefícios:** Levar mais conhecimento à população da cidade sobre as formas de violência tipificadas na Lei Maria da Penha.

» Juizado Itinerante da Lei Maria da Penha - Bom Jesus do Norte

- **Período de Realização:**

10/05/2023

- **Objetivos:** Divulgação da Lei Maria da Penha na cidade de Bom Jesus do Norte levando material explicativo, bem como uma palestra

informativa sobre a Lei Maria da Penha e a Campanha Sinal Vermelho em escola estadual.

- **Benefícios:** Levar mais conhecimento à população da cidade sobre as formas de violência tipificadas na Lei Maria da Penha.

» Juizado Itinerante da Lei Maria da Penha - Guaçuí

- **Período de Realização:**

11/05/2023

- **Objetivos:** Divulgação da Lei Maria da Penha na cidade de Guaçuí, levando material explicativo, bem como uma palestra informativa sobre a Lei Maria da Penha e a Campanha Sinal Vermelho em escola.

- **Benefícios:** Levar mais conhecimento à população da cidade sobre as formas de violência tipificadas na Lei Maria da Penha.

» Juizado Itinerante da Lei Maria da Penha - Afonso Cláudio

- **Período de Realização:** 16/05/2023

- **Objetivos:** Divulgação da Lei Maria da Penha na cidade de Afonso Cláudio, levando material explicativo, bem como uma palestra informativa sobre a Lei Maria da Penha e a Campanha Sinal Vermelho em escola estadual.

- **Benefícios:** Levar mais conhecimento à população da cidade sobre as formas de violência tipificadas na Lei Maria da Penha.
<http://www.tjes.jus.br/onibus-rosa-da-lei-maria-da-penha-estara-em-domingos-martins-nesta-quinta-feira-18/>

» Juizado Itinerante da Lei Maria da Penha - Venda Nova do Imigrante

- **Período de Realização:** 17/05/2023
- **Objetivos:** Divulgação da Lei Maria da Penha na cidade de Venda Nova do Imigrante, levando material explicativo e orientação jurídica de advogadas voluntárias.
- **Benefícios:** Levar mais conhecimento à população da cidade

sobre as formas de violência tipificadas na Lei Maria da Penha.

<http://www.tjes.jus.br/onibus-rosa-da-lei-maria-da-penha-estara-em-domingos-martins-nesta-quinta-feira-18/>



» Juizado Itinerante da Lei Maria da Penha - Domingos Martins

- **Período de Realização:** 18/05/2023
- **Objetivos:** Divulgação da Lei Maria da Penha na cidade de Domingos Martins, levando material explicativo, bem como uma palestra informativa sobre a Lei Maria da Penha e a Campanha Sinal Vermelho a jovens estudantes.

- **Benefícios:** Levar mais conhecimento à população da cidade sobre as formas de violência tipificadas na Lei Maria da Penha.
<http://www.tjes.jus.br/onibus-rosa-da-lei-maria-da-penha-estara-em-domingos-martins-nesta-quinta-feira-18/>
- » Juizado Itinerante da Lei Maria da Penha - Laranja da Terra
 - **Período de Realização:** 25/05/2023
 - **Objetivos:** Divulgação da Lei Maria da Penha na cidade de Laranja da Terra, levando material explicativo sobre a Lei e a Campanha Sinal Vermelho.
 - **Benefícios:** Levar mais conhecimento à população da cidade sobre as formas de violência tipificadas na Lei Maria da Penha.
<http://www.tjes.jus.br/laranja-da-terra-recebe-onibus-rosa-da-lei-maria-da-penha-nesta-quinta-feira-25/>
- » Reunião em Santa Maria de Jetibá
 - **Período de Realização:** 21 a 23/06/2023
 - **Objetivos:** Programação de agenda para Agosto Lilás com o Juizado Itinerante da Lei Maria da Penha e parcerias.
 - **Benefícios:** Mudança cultural na cidade, disponibilizando materiais com divulgação da Lei Maria da Penha.
- » Juizado Itinerante da Lei Maria da Penha - Evento Sicoob – Dia de Cooperar -Vila Velha
 - **Período de Realização:** 01/07/2023
 - **Objetivos:** Divulgação da Lei Maria da Penha durante grande evento na cidade de Vila Velha, levando material explicativo sobre a Lei e a Campanha Sinal Vermelho, bem como a cooperação das advogadas voluntárias da OAB/ES.
 - **Benefícios:** Levar mais conhecimento à população da cidade sobre as formas de violência tipificadas na Lei Maria da Penha.

<http://www.tjes.jus.br/dia-de-cooperar-onibus-rosa-da-maria-da-penha-esteve-em-vila-velha-no-ultimo-sabado/>

» Juizado Itinerante da Lei Maria da Penha - Manténópolis

- **Período de Realização:** 04/07/2023

- **Objetivos:** Divulgação da Lei Maria da Penha na cidade de Manténópolis, levando material explicativo sobre a Lei e a Campanha Sinal Vermelho, bem como realizando duas palestras na escola estadual.

- **Benefícios:** Levar mais conhecimento à população da cidade sobre as formas de violência tipificadas na Lei Maria da Penha.

<http://www.tjes.jus.br/onibus-rosa-da-lei-maria-da-penha-visita-mantenopolis-barra-de-sao-francisco-e-nova-venecia-esta-semana/>

<http://www.tjes.jus.br/mantenopolis-barra-de-sao-francisco-e-nova-venecia-receberam-o-onibus-rosa-na-ultima-semana/>

» Juizado Itinerante da Lei Maria da Penha - Barra de São Francisco

- **Período de Realização:** 05/07/2023

- **Objetivos:** Divulgação da Lei Maria da Penha na cidade de Barra de São Francisco, levando material explicativo sobre a Lei e a Campanha Sinal Vermelho, realizando duas palestras na escola estadual.

- **Benefícios:** Levar mais conhecimento à população da cidade sobre as formas de violência tipificadas na Lei Maria da Penha.

<http://www.tjes.jus.br/onibus-rosa-da-lei-maria-da-penha-visita-mantenopolis-barra-de-sao-francisco-e-nova-venecia-esta-semana/>

<http://www.tjes.jus.br/mantenopolis-barra-de-sao-francisco-e-nova-venecia-receberam-o-onibus-rosa-na-ultima-semana/>

» Juizado Itinerante da Lei Maria da Penha - Nova Venécia

- **Período de Realização:** 06 e 07/07/2023



- **Objetivos:** Divulgação da Lei Maria da Penha na cidade de Nova Venécia, levando material explicativo sobre a Lei e a Campanha Sinal Vermelho, realizando três palestras em escolas estaduais.
- **Benefícios:** Levar mais conhecimento à população da cidade sobre as formas de violência tipificadas na Lei Maria da Penha.
<http://www.tjes.jus.br/onibus-rosa-da-lei-maria-da-penha-visita-mantenopolis-barra-de-sao-francisco-e-nova-venecia-esta-semana/>
- » Palestra - Evento ACALEJES
- **Período de Realização:**
14/07/2023
- **Objetivos:** Instruir e orientar sobre os tipos de violência, ações de prevenção e quais redes podem ajudar em apoio.
- **Benefícios:** Orientar as redes de apoio sobre os principais tipos de violência contra a mulher e ações de prevenção.
- » Assinatura de Termo Cooperação com o Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região
- **Período de Realização:**
13/07/2023

- **Objetivos:** Cooperação entre os Órgãos de Justiça, potencializando ações em benefício da sociedade.
 - **Benefícios:** Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.
- » Juizado Itinerante da Lei Maria da Penha - Evento dia do Carinho
- **Período de Realização:** 21 e 22/07/2023
 - **Objetivos:** Divulgação da Lei Maria da Penha em campanha da Igreja Missão, na cidade de Vila Velha, levando material explicativo sobre a Lei Maria da Penha e a Campanha Sinal Vermelho, atendendo com advogadas voluntárias.
 - **Benefícios:** Levar à comunidade mais conhecimento sobre as formas de violência tipificadas na Lei Maria da Penha.
- » Juizado Itinerante da Lei Maria da Penha - Santa Maria de Jetibá
- **Período de Realização:** 03 e 04/08/2023
 - **Objetivos:**
 - Divulgação da Lei Maria da Penha na cidade de Santa Maria de Jetibá, levando material explicativo, bem como uma palestra informativa sobre a Lei Maria da Penha e a Campanha Sinal Vermelho.
 - **Benefícios:** Levar à população da cidade mais conhecimento sobre as formas de violência tipificadas na Lei Maria da Penha, bem como mostrar à população que, apesar dos costumes locais, a lei há de ser cumprida.
- <http://www.tjes.jus.br/juizado-itinerante-participa-de-abertura-do-agosto-lilas-em-santa-maria-de-jetiba/>
- » XVII JORNADA MARIA DA PENHA – Fortaleza/CE

- **Período de Realização:** 07 e 08/08/2023
- **Objetivos:** Apresentar propostas de ação para aprimorar a Política Judiciária Nacional de enfrentamento à violência contra as mulheres.
<http://www.tjes.jus.br/ouvidora-da-mulher-do-tjes-se-reune-com-delegadas-especializadas-em-atendimento-e-protecao-a-mulher/>
- » Seminário Internacional de Direito Comparado Sobre Violência de Gênero - TJSP
- **Período de Realização:** 09 e 10/08/2023
- **Objetivos:** Comparar os erros e acertos dos dois países para melhoria nos trabalhos de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher.
- » 24ª Semana Justiça pela Paz em Casa
- **Período de Realização:** 14 a 18/08/23
- **Objetivos:** Ofertar todo atendimento especializado, de forma que a mulher procure o serviço e saia com a medida protetiva ou até com o afastamento do lar, o que, muitas vezes, é a sua necessidade. Além de levar à população da cidade mais conhecimento sobre as formas de violência tipificadas na Lei Maria da Penha.
- **Benefícios:** Atendimentos sociais para toda a comunidade do município de Cariacica.
<http://www.tjes.jus.br/encerramento-da-24a-edicao-da-semana-justica-pela-paz-em-casa-aconteceu-nesta-sexta-em-cariacica/>
- » Palestra Multivix Nova Venécia
- **Período de Realização:** 24/08/2023
- **Objetivos:** Instruir e orientar sobre os tipos de violência, ações de prevenção e quais redes podem ajudar em apoio.
- **Benefícios:** Integração das redes de apoio com ações de prevenção

sobre os principais tipos de violência contra a mulher.

» Roda de conversa para servidores em abrigo de crianças e adolescentes – Lei Maria da Penha

- **Período de Realização:** 28/09/2023

- **Objetivos:** Instruir e orientar sobre os tipos de violência, ações de prevenção e quais são as redes de apoio que podem ajudar

- **Benefícios:** Prevenção sobre os principais tipos de violência contra a mulher.

» Juizado Itinerante da Lei Maria da Penha - CREAS Irupi

- **Período de Realização:** 29/08/23

- **Objetivos:** Divulgação da Lei Maria da Penha na cidade de Irupi, levando material explicativo, bem como uma palestra informativa sobre a Lei Maria da Penha e a Campanha Sinal Vermelho, incluindo palestra em escola estadual.

- **Benefícios:** Levar à população da cidade mais conhecimento sobre as formas de violência tipificadas na Lei Maria da Penha.

» Palestra FDV – Dra. Hermínia Azoury

- **Período de Realização:** 31/08/2023

- **Objetivos:** Divulgar a política pública do Juizado Itinerante da Lei Maria da Penha.

- **Benefícios:** Aproximar a sociedade da Justiça.

» Ônibus Rosa – CineMarias Ufes

- **Período de Realização:** 31/08 e 01/09/2023

- **Objetivos:** Divulgar a política pública do Juizado Itinerante da Lei Maria da Penha, instruir e orientar sobre os tipos de violência e ações de prevenção. Orientação jurídica pelas advogadas voluntárias da OAB/ES.

- **Benefícios:** Aproximação da sociedade com a Justiça.

<http://www.tjes.jus.br/2-mostra-cinemarias-corpos-in-visiveis-ira-homenagear-a-grande-cirandeira-lia-de-itamaraca/>

» Reunião EUA no TJ - The Way To Happiness

- **Período de Realização:** 18/09/2023

- **Objetivos:** Projeto de patrocínio para grupos reflexivos para homens autores de violência doméstica.

- **Benefícios:** Busca de parcerias para implementação de grupos reflexivos para homens autores de violência doméstica

<https://www.thewaytohappiness.org/>

» Curso Crimes contra as Mulheres com a professora Alice Bianchini

- **Período de Realização:** 01,15 e 22/09/2023

- **Objetivos:** Trazer subsídios para uma análise crítica das inovações legislativas e das recentes decisões do STF e do STJ que tratam

da violência contra a mulher, com especial atenção ao Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero.

- **Benefícios:** Atualização de magistrados e servidores, atendendo às normativas do CNJ
<http://www.tjes.jus.br/curso-sobre-crimes-contra-as-mulheres-com-a-professora-alice-bianchini-acontece-nesta-sexta-feira-15/>

» Reunião – ECO paz e Conselho da Mulher de Guarapari no 10ª batalhão da PM Guarapari.

- **Período de Realização:** 02/10/2023

- **Objetivos:** Integração com o Conselho Municipal e rede.

- **Benefícios:** Melhor prestação de serviços à comunidade.

» 19º Encontro de Mulheres Camponezas, na “Escola Família Agrícola Chapadinha”, zona rural de Nova Venécia

- **Período de Realização:** 06/10/2023

- **Objetivos:** Orientar sobre as redes de apoio e as ações de prevenção, e principais tipos de violência contra a mulher, por meio de ação educativa que promoveu o acolhimento de mulheres.
- **Benefícios:** Agendamentos e atendimentos de saúde, bem como palestras sobre: a trajetória das lutas pelos direitos das mulheres no Brasil, feminismo contemporâneo e autocuidado. E concessão de Medida Protetiva de Urgência, após identificação de caso.

<http://www.tjes.jus.br/onibus-rosa-da-lei-maria-da-penha-faz-parada-em-encontro-para-mulheres-agricolas-nesta-sexta-feira-06-10/>

» Ação do Ônibus Rosa em Guarapari

- **Período de Realização:** 10/10/2023
- **Objetivos:** Instruir e orientar sobre os tipos de violência, ações de prevenção e indicação com a participação das redes de apoio.

- **Benefícios:** Conceder à comunidade local de Guarapari e região oportunidade de conhecimento sobre a Lei Maria da Penha. A comunidade teve acesso a agendamentos e atendimentos de saúde, como solicitação de mamografia e nutricionista, e de beleza, incluindo corte de cabelo e sobrancelha.

<http://www.tjes.jus.br/guarapari-recebe-o-onibus-rosa-da-lei-maria-da-penha-nesta-terca-feira-10/>

» Ação do Ônibus Rosa em Marilândia

- **Período de Realização:** 17/10/2023
 - **Objetivos:** Propagar a divulgação da Lei Maria da Penha no interior do estado, oferecendo serviços do Poder Judiciário.
 - **Benefícios:** Aproximação da população à justiça, propagando a Lei Maria da Penha, inclusive com palestra em escola estadual.
- <http://www.tjes.jus.br/onibus-rosa-da-lei-maria-da-penha-transi->

[ta-por-tres-cidades-do-noroeste-
-do-estado-durante-esta-semana/](#)

- » Ação do Ônibus Rosa em Baixo Guandu
- **Período de Realização:** 18/10/2023
- **Objetivos:** Propagar a divulgação da Lei Maria da Penha no interior do estado, oferecendo serviços do Poder Judiciário.
- **Benefícios:** Aproximação da população à justiça, propagando a

Lei Maria da Penha, inclusive com palestra em escola estadual.

<http://www.tjes.jus.br/onibus-rosa-da-lei-maria-da-penha-transita-por-tres-cidades-do-noroeste-do-estado-durante-esta-semana/>

- » Ação do Ônibus Rosa em Colatina.
- **Período de Realização:** 19 e 20/10/2023



- **Objetivos:** Propagar a divulgação da Lei Maria da Penha no interior do estado, oferecendo serviços do Poder Judiciário.
- **Benefícios:** Aproximação da população à justiça, propagando a lei Maria da Penha, inclusive com palestra em escola estadual, além de apresentação específica para a rede hoteleira sobre providências a serem tomadas em casos de violência relatados dentro do empreendimento.

<http://www.tjes.jus.br/onibus-rosa-da-lei-maria-da-penha-transita-por-tres-cidades-do-noroeste-do-estado-durante-esta-semana/>

» XV Fonavid em Porto Alegre

- **Período de Realização:** 24 a 27/10/2023
- **Objetivos:** O objetivo do Fórum é manter um espaço permanente de discussões sobre violência doméstica e compartilhar experiências, aprimorando a formação de magistrados e equipes multidisciplinares e disseminando boas práticas.
- **Benefícios:** Atualização em questões polêmicas, gerando novos enunciados esclarecedores para orientação da magistratura.

Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos

O Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec) foi criado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo através da Lei Complementar nº 234/2002, alterada pela Lei Complementar nº 788/2014, com o objetivo de estimular e implementar projetos voltados para a sistematização da utilização dos meios alternativos de solução de conflitos, principalmente a conciliação e a mediação, que são importantes instrumentos na prevenção e solução de litígios

Ações realizadas em 2022

Julho

- » Evento no Salão Nobre do TJES para certificar mediadores e conciliadores judiciais formados pelo Nupemec e instituições conveniadas;

Setembro

- » Publicada a Resolução nº 023/2022, que regulamenta a remuneração dos mediadores e conciliadores judiciais que não possuem vínculo com o Poder Judiciário para atuação nos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejuscs) no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo (PJES);

Novembro

- » Apoio ao evento “Ciclo de Palestras Consensualidade na Administração Pública”, com o objetivo de formar a equipe de gestão e quadro funcional do estado a respeito da Política de Consensualidade, instituída pela Lei Complementar nº 1.011, de 6 de abril de 2022. O evento foi promovido pela Câmara de Prevenção e Resolução Administrativa de Conflitos do Espírito Santo (CPRACES), vinculada à PGE-ES;

Novembro/dezembro de 2022 e janeiro de 2023

- » Realizado o primeiro processo seletivo de mediadores e conciliadores para atuação remunerada nos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejuscs), conforme Resolução nº 023/2022 do TJES, através do Edital TJES nº 01/22 - Nupemec, publicado em 16 de novembro de 2022;

Ações realizadas em 2023

Janeiro

- » Instalação da Comissão de Conflitos Fundiários, por meio do Ato Normativo 031/2023, publicado em 26 de janeiro de 2023;

Fevereiro

- » Início da atuação remunerada dos mediadores e conciliadores judiciais aprovados no primeiro processo seletivo, por meio do Edital TJES nº 01/22 – Nupemec;
- » Primeiro Tribunal Estadual do Brasil a cumprir a Resolução nº 358/2020 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que regulamenta a criação de soluções tecnológicas para a resolução de conflitos por meio da conciliação e mediação. A plataforma virtual permite a triagem dos casos; o enriquecimento de dados com apenas a inclusão de nome completo e CPF/CNPJ das partes envolvidas no processo; agendamento de sessão;

realização de videoconferência; assinatura do Termo de Sessão de forma eletrônica por meio de link recebido por SMS/e-mail ou WhatsApp;

Março

- » Seminário: Aperfeiçoamento para mediadores e conciliadores judiciais. Evento promovido pelo Nupemec;
- » Criado o Fórum Permanente de Tratamento às demandas de Superendividamento, composto pelo Ministério Público do Estado do Espírito Santo (MPES), Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo (PGE-ES), Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo (DPES), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-ES) e Instituto Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor (Procon), com o objetivo de proporcionar tratamento diferenciado ao consumidor hipossuficiente;
- » Workshop Análise da aplicação jurisprudencial da Lei do Superendividamento: evento promovido pelo Nupemec;

Junho e Julho

- » Realizado o segundo processo seletivo de mediadores e conciliadores para atuação remunerada nos Cejuscs, através do Edital TJES nº 04/23 – Nupemec, publicado em 07 de junho de 2023;

Agosto

- » Apresentação do Nupemec/TJES no Encontro Regional Sudeste do Fórum Nacional de Mediação e Conciliação (Fonamec), realizado no Tribunal de Justiça de São Paulo, onde o Nupemec foi destaque na apresentação dos projetos e desafios desenvolvidos em seus 12 anos de funcionamento;

Outubro

- » Curso de Aperfeiçoamento de Advogados Dativos. Realizado em 17 de novembro. Público-alvo: advogados dativos em atuação no 12º Cejus;
- » Implantação do projeto de negociação assíncrona para negociação de dívidas em parceria com plataforma adquirida pelo TJES;

- » Alterada a competência do 1º Cejusc para realização de sessões de conciliação e mediação em demandas de superendividamento, através do Ato Normativo nº 573/2023, publicado em 25 de outubro de 2023;
- » Roda de conversa com assessores de Gabinetes do 2º Grau, magistrados e servidores do 4º Cejusc;

Novembro

- » Realização do evento no Salão Pleno “A Jornada do Mediador: práticas eficazes na busca da construção da paz”;

para mediadores e conciliadores judiciais, servidores e estagiários do Poder Judiciário do Espírito Santo, com certificação de alunos do curso de mediação judicial e instrutores de formação de mediadores e conciliadores judiciais;

- » Homenagem e entrega de comenda aos magistrados aposentados que atuam voluntariamente no Nupemec: Dr. Benjamim Quaresma, Dr. Jocyr de Oliveira Celestino, Dr. José Machado de Souza e Dr. Vicente Finamore Slmoni.



Pautas Concentradas Biênio (Até dezembro de 2023):

Ano	Temas	Comarcas	Nº Processos enviados para as Pautas
2022	Família, Cível, Órfãos e Sucessões, Consumidor	Mediação - Vitória, Colatina, Serra, Cariacica, Viana, São Mateus	270
2023	Família, Cível, Órfãos e Sucessões, Consumidor	Mediação e conciliação - Cachoeiro de Itapemirim, Vitória, Vila Velha, Serra, Cariacica, Ibirapu, Aracruz, São Mateus, Colatina, Bom Jesus do Norte, Dores do Rio Preto, Guaçuí, Marataízes e São José do Calçado	5.359



Cejuscs e Mediadores no Estado



Nota: Cejuscs instalados: 12, sendo 4 em Vitória (Cejusc de 2º Grau - TJES, 1º Cejusc de Justiça Restaurativa, 3º Cejusc Itinerante e 12º Cejusc), um nos Juízos de Serra, Vila Velha,

Cariacica (com competência para Viana, Santa Leopoldina, Domingos Martins e Marechal Floriano), Colatina, Bom Jesus do Norte, Cachoeiro de Itapemirim, Linhares e São Mateus.

Capacitação

	Mediadores Judiciais	Conciliadores Judiciais	Instrutores
Voluntários Cadastrados	223 (9 ativos)	7 (3 ativos)	-
Remunerados Cadastrados	73	23	13
Total	296	30	13

Formação de Mediadores e/ou Conciliadores Judiciais (Até 31 de outubro):

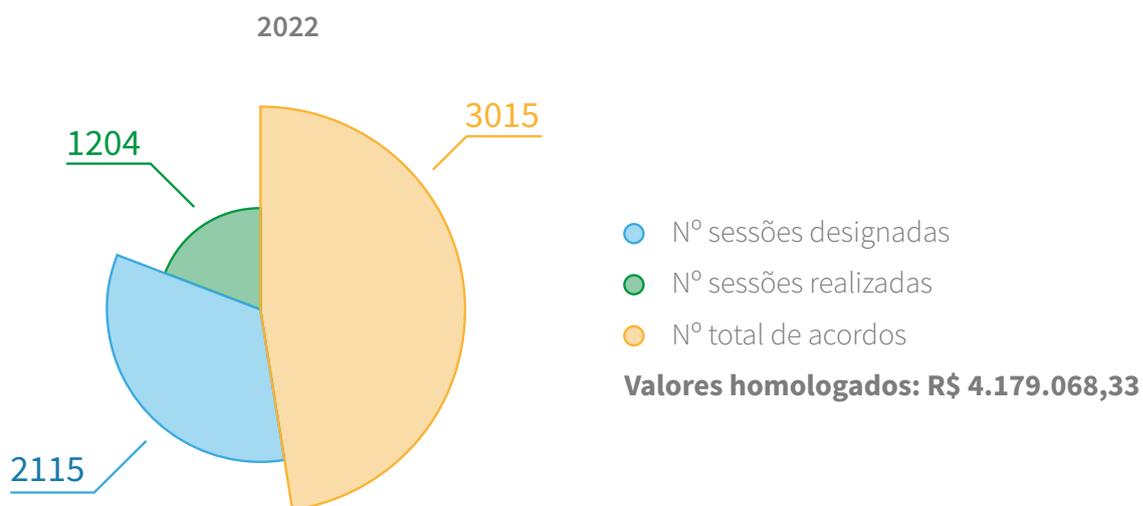
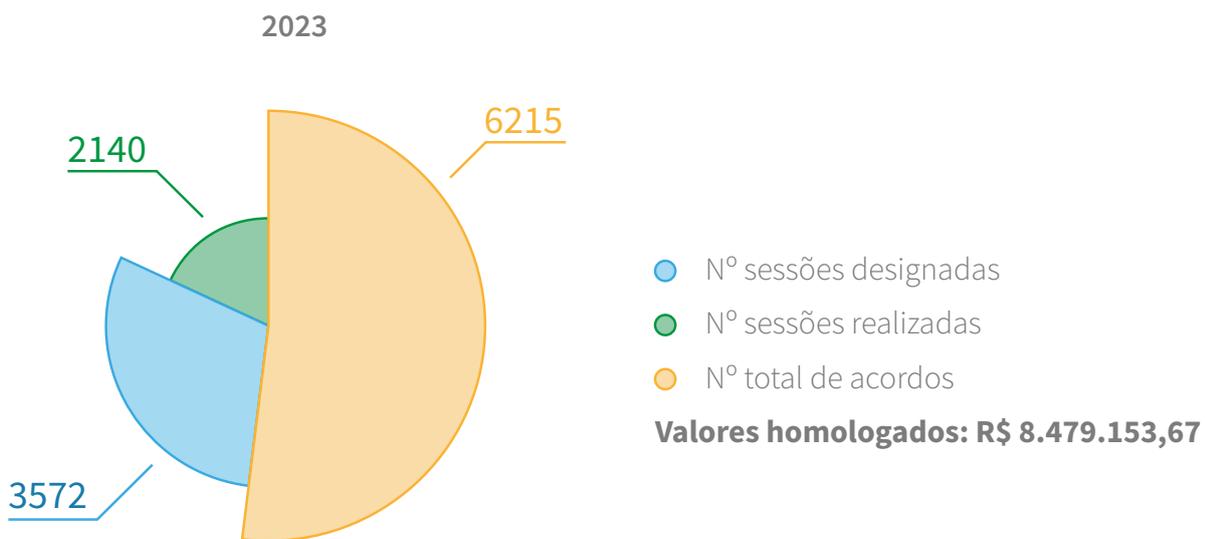
Período	Quantidade	Instituições	Público-alvo
2022	04 (quatro)	Nupemec / Conveniados	Servidores / público externo
2023	04 (quatro)	Nupemec / Conveniados	Servidores / público externo



2023

Organização e apoio ao Núcleo Gestor de Justiça Restaurativa (NugJur) em 02 cursos de Justiça Restaurativa.

Estatísticas de Produtividade no Biênio (Até 31 de Outubro de 2023):



» **7º Cejusc** - Oficinas de Pais e Filhos: possui o objetivo de conscientizar as famílias sobre as questões que enfrentam referentes aos conflitos relacionados ao divórcio ou à dissolução da união estável.

» **3º Cejusc** – Ação de Cidadania

Datas	Município	Atendimentos	Sentenças	Processos	Valor total homologado
01/04	Vitória	122	50	61	R\$ 2.054.210,56
24/06	Vitória	140	58	70	R\$ 1.911.059,28
01/07	Vila Velha	66	23	33	R\$ 960.245,10
19/08	Vitória (Ação Social)	25	Participação na Ação Social “Vitória com Você”, promovida pela Prefeitura Municipal de Vitória, no bairro Santo Antônio		
23/09	Vitória	108	45	54	R\$ 565.754,64
21/10	Vitória (Ação Social)	26	Participação na Ação Social “Vitória com Você”, promovida pela Prefeitura Municipal de Vitória, no bairro Jardim Camburi		
Total	2 municípios atendidos	486 atendimentos	176 sentenças		218 processos

Metas para o biênio 2024/2025

- » Cumprimento da Resolução nº 219/21, do CNJ, no sentido de estruturar cargos e atribuições dos Cejuscs, tornando-os unidades judiciárias;
- » Regulamentação de remuneração para mediadores e conciliadores com vínculo no Poder Judiciário;
- » Funcionamento de centros de atendimento, ligados aos Cejuscs com competência pré-processual nas instituições de ensino conveniadas e órgãos de defesa do consumidor;

- » Ampliação da atuação dos Cejuscs para as Varas Cíveis;
- » Parceria em projetos com as Varas de Violência Doméstica;
- » Formação de facilitadores de oficina de divórcio e parentalidade;
- » Cursos de capacitação para mediadores e conciliadores judiciais.



Ouvidoria Judiciária

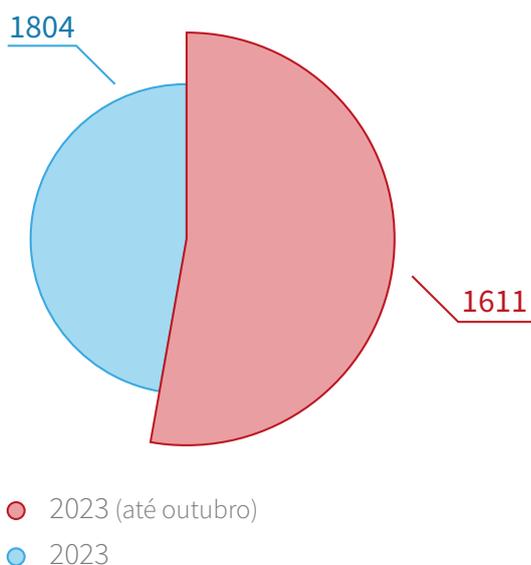
A Ouvidoria Judiciária foi criada pela Resolução nº 11/99, de novembro de 1999, e, desde então, vem atuando como canal de comunicação entre a sociedade e o Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo, exercendo suas atribuições de acordo com os critérios estabelecidos pela Resolução nº 432/2021 do Conselho Nacional de Justiça.

Registros Efetuados

De 01 de janeiro de 2022 a 19 de outubro de 2023, a Ouvidoria Judiciária efetuou 3415 registros dentre sugestões, elogios, denúncias, pedidos de informações, pedidos de acesso à informação e reclamações diversas.

Deste total, 1804 (52,82%) registros foram efetuados no ano de 2022, e 1611 (47,2%) registros foram efetuados entre 1º de janeiro a 19 de outubro de 2023. O gráfico a seguir demonstra a distribuição desses registros nos referidos anos.





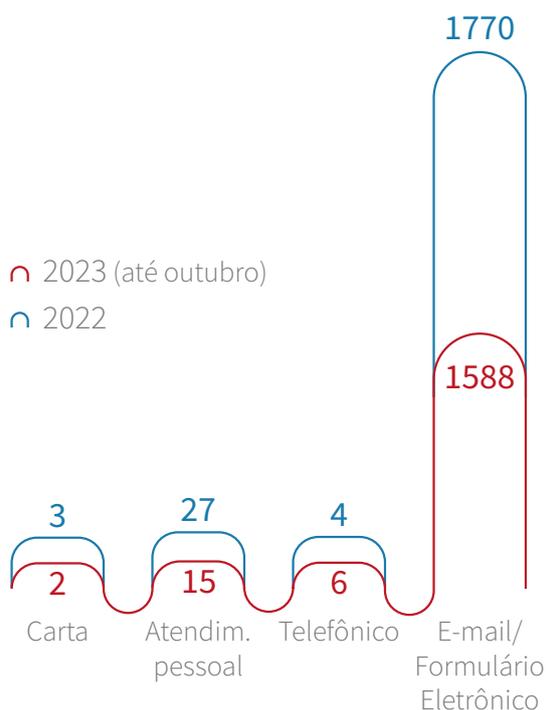
Registros Ativos e Arquivados

Do total de registros formalizados em 2022, 1751 (96,97%) encontram-se arquivados e 53 (3,02%) ativos. Já com relação aos registros efetuados entre janeiro e outubro de 2023, 1449 (88,81%) encontram-se arquivados e 162 (11,18%) ativos.

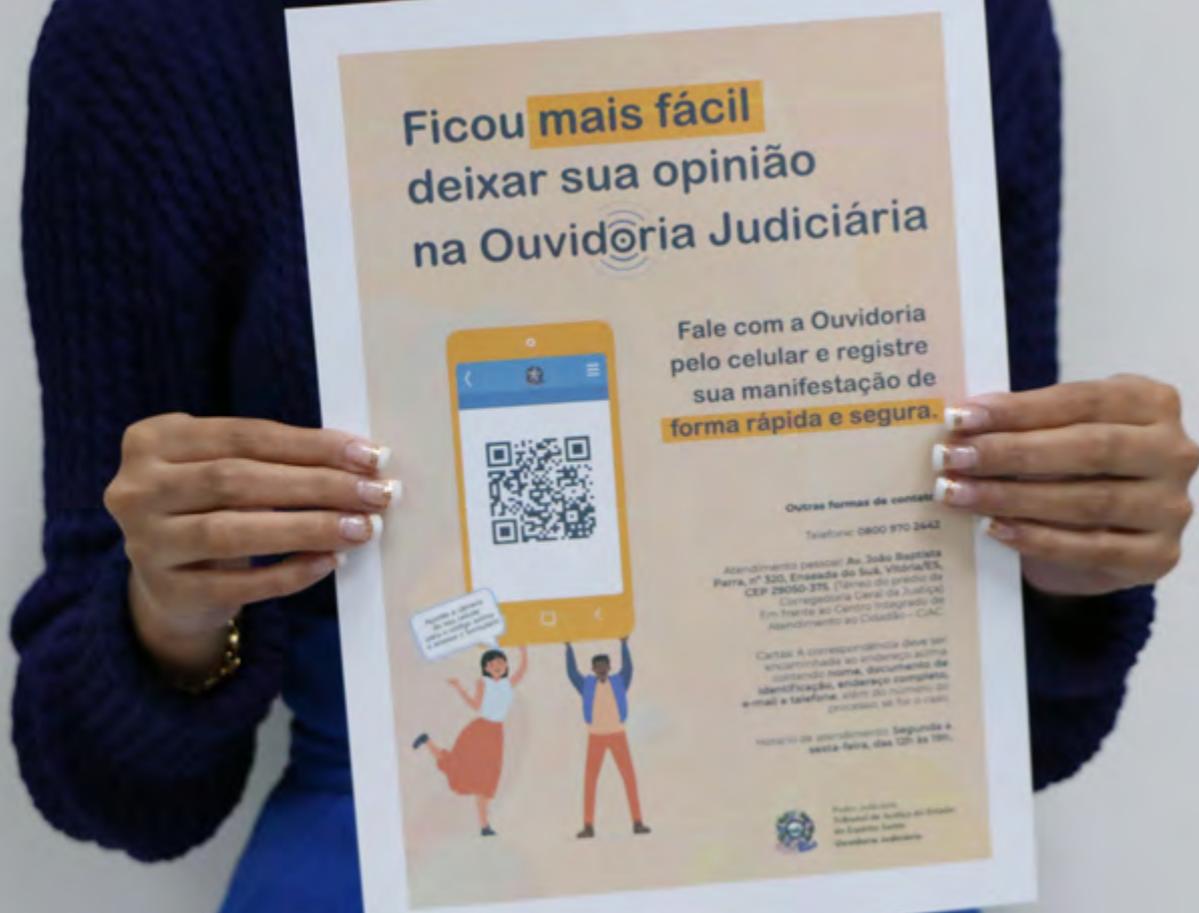


Meios de Contato Utilizados para Formalizar os Registros

Dentre os meios utilizados para formalizar os registros, o principal é o acesso por meio eletrônico: em 2022 foram 1770 registros e de janeiro a outubro de 2023, foram 1588. Por carta foram registradas 3 manifestações em 2022 e 2 entre janeiro a outubro de 2023. O atendimento pessoal gerou 27 registros em 2022 e 15 no período



de janeiro a outubro de 2023. Registro por contato telefônico foram 4 no ano de 2022 e 6 entre janeiro a outubro de 2023.

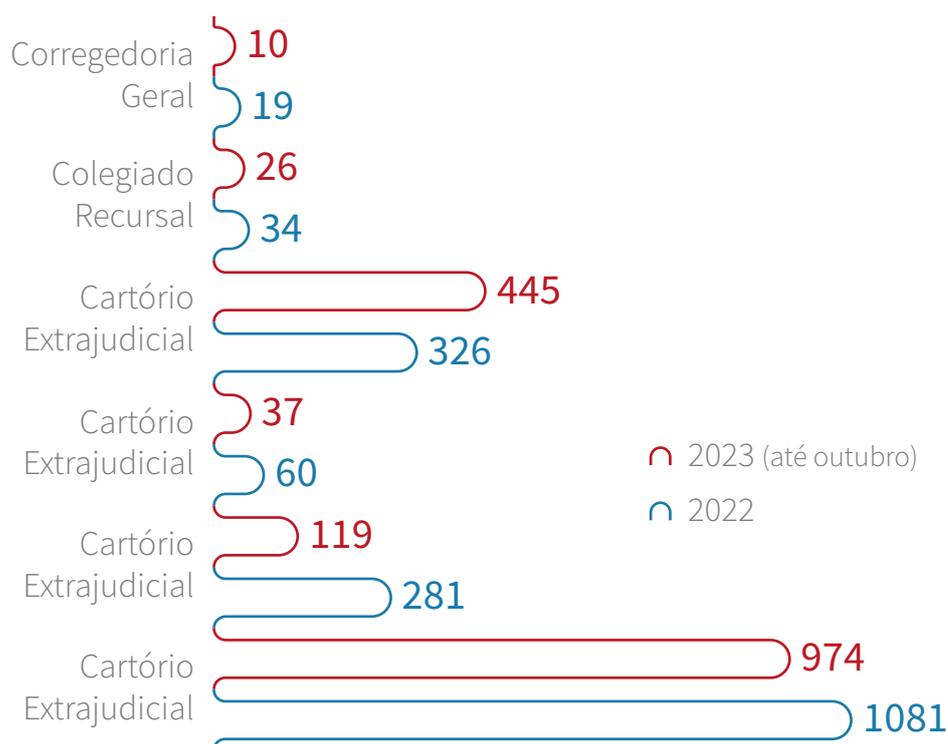


Encaminhamento dos Registros

Após triagem, o registro é encaminhado ao órgão/setor competente, para ciência, providências e/ou esclarecimentos acerca dos problemas apontados. Em 2022, a distribuição dos registros ocorreu da seguinte forma: à instância de 1º grau foram encaminhadas 1081 manifestações, abordando assuntos diversos envolvendo servidores, cartórios judiciais, morosidade processual, entre outros; o Tribunal de Justiça foi destinatário de 326 manifestações; aos Juizados Especiais Cíveis e Criminais e Coordenadoria dos Juizados, foram encaminhadas 281 manifestações; ao Colegiado Recursal dos Juizados Especiais, 34 manifestações; à Corregedoria Geral 19 registros; para apuração de reclamações sobre notários e tabeliães, foram encaminhadas 60 manifestações.

No período de janeiro a outubro de 2023, à instância de 1º grau foram encaminhadas 974 manifestações. O Tribunal de Justiça recebeu 445 manifestações; os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e Coordenadoria dos Juizados, 119 manifestações; o Colegiado Recursal dos Juizados Especiais 26 manifestações, à Corregedoria Geral de Justiça 10 registros e os Cartórios Extrajudiciais de registro e notas foram objeto de 37 manifestações.

Manifestações afetas às instituições externas a este Poder Judiciário Estadual, (MP, Polícias, OAB/ES, Defensoria, etc) ultrapassam a competência desta Ouvidoria Judiciária, e não são levadas a registro. Nestes casos, a atuação da Ouvidoria limita-se a prestar orientações sobre os limites da atuação do judiciário estadual, distinções entre as atribuições das diferentes instituições e encaminhamentos aos órgãos adequados.

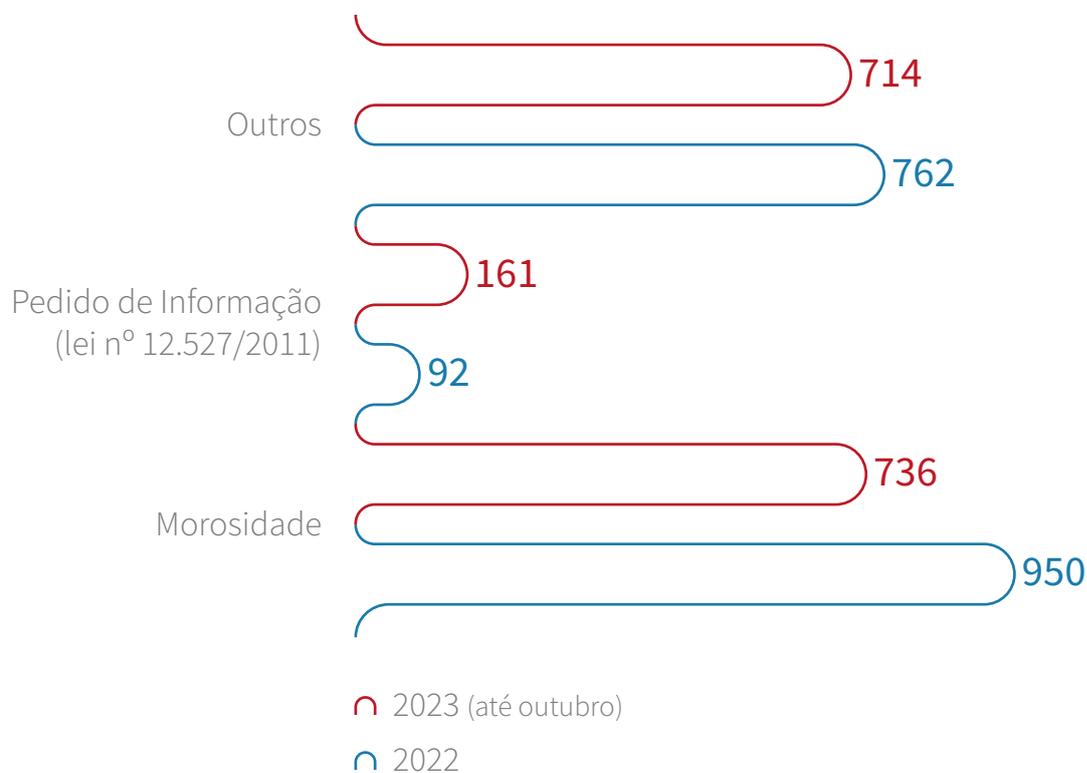


Assuntos Abordados

A morosidade no andamento dos processos tradicionalmente é o problema mais abordado. Em 2022 foram 950 (52,66%) reclamações sobre morosidade processual, contra 762 (42,23%) de outras manifestações (pedido de informação, reclamação, assuntos externos, tratamento indevido, recurso de material inadequado, ouvidoria da mulher, elogio, entre outras) e 92 (5,09%) das manifestações de pedido de acesso à informação (Lei nº 12.527/2011).

Entre janeiro e outubro de 2023 foram 736 (45,68%) reclamações de morosidade, contra 714 (44,32%) de outras manifestações (pedido de informação, reclamação, assuntos exter-

nos, tratamento indevido, recurso de material inadequado, ouvidoria da mulher, elogio, entre outras) e 161 (9,99%) das manifestações de pedido de acesso à informação (Lei nº 12.527/2011).



Ouvidoria da Mulher

A Ouvidoria da Mulher foi criada por meio da Resolução nº 011/2022, sendo implementada no âmbito do Tribunal de Justiça em maio de 2022. Desde então, neste primeiro biênio de funcionamento, a Ouvidoria da Mulher buscou implementar parcerias com outros órgãos e entidades, tendo firmado termo de cooperação com a Ordem dos Advogados do Brasil e está em via de implementação de outra parceria junto à Secretaria do Estado de Segurança Pública e a Polícia Civil, visando aprimorar a troca de informações entre a Ouvidoria da Mulher e os órgãos de segurança pública no combate à violência doméstica e familiar contra a mulher. No período, houve ainda a realização de parceria com a Companhia Estadual de Transportes Coletivos (Ceturb-ES) para a divulgação de cartazes da Ouvidoria da Mulher, no âmbito dos ônibus do Sistema Transcol e, atualmente, a Ouvidoria

vem dialogando junto à Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo, objetivando a implementação de recomendação oriunda do Colégio de Ouvidorias Judiciais das Mulheres (Cojum) a respeito da instituição da Semana das Ouvidorias das Mulheres, por ocasião do dia 16 de março (Dia do Ouvidor).

Considerações Finais

A Ouvidoria Judiciária tem sido um importante canal de comunicação à disposição dos jurisdicionados, prestando relevante serviço como órgão auxiliar na identificação, encaminhamento e solução dos problemas afetos ao Poder Judiciário Estadual, bem como nas sugestões de medidas tendentes a otimizar os serviços da instituição, ressaltando-se a crescente responsabilidade que vem recebendo dos que utilizam seus serviços.

Além de imprimir maior transparência às ações praticadas pela instituição, buscamos aprimorar a participação, proteção e defesa dos direitos do usuário do serviço público prestado pelo Judiciário, conforme preconiza a Lei nº 13.460/2017.

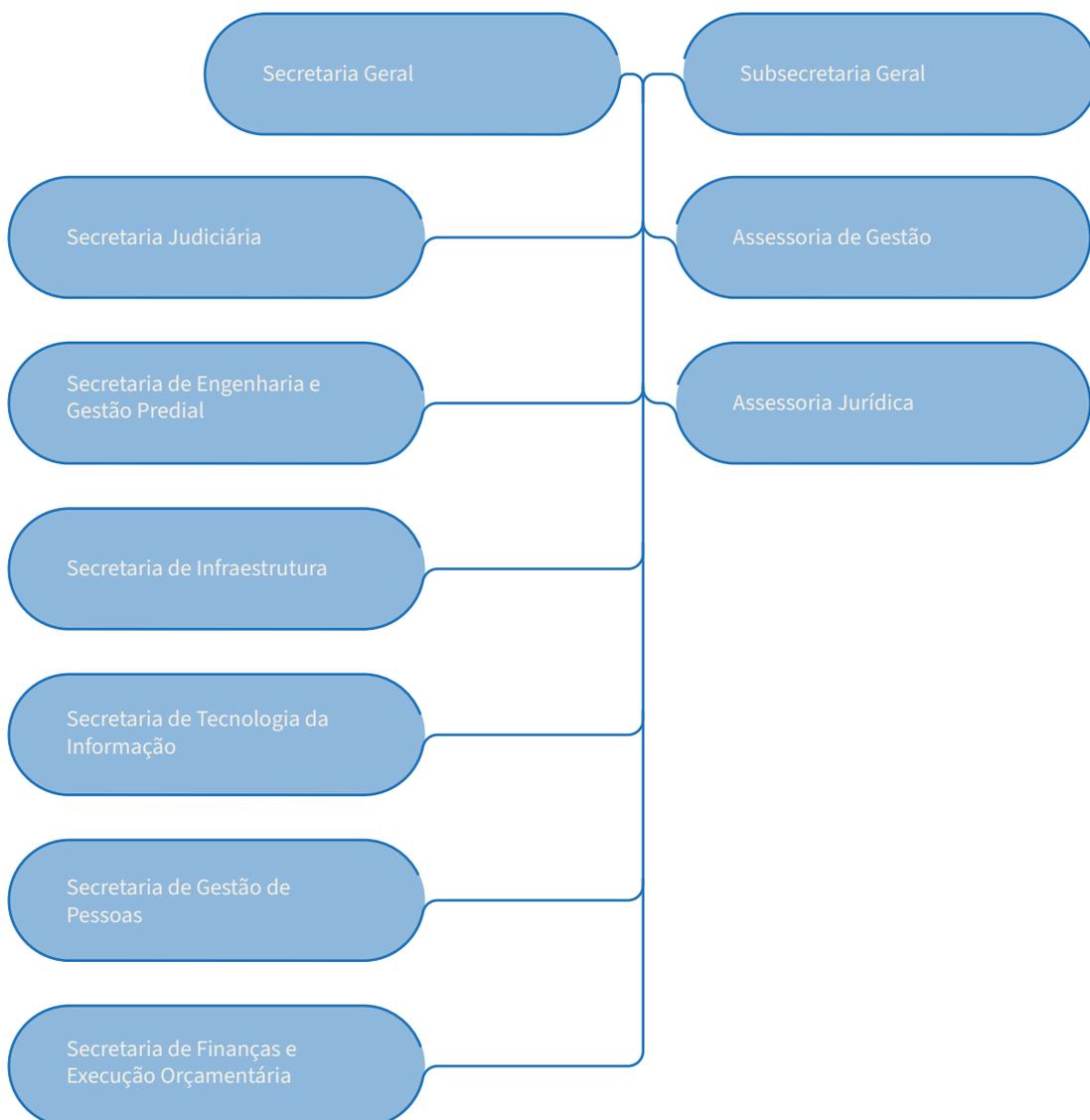
Para tanto, a Ouvidoria possui um código QR Code no site do Tribunal e criou cartazes para divulgação dos mesmos nos locais de atendimento ao público, haja vista que o artigo 11 da Resolução nº 215/2015 do CNJ determina que os Tribunais devem, nos locais em que ofereçam atendimento ao público, disponibilizar formulário para acesso ao Serviço de Informação ao Cidadão (SIC). Atualmente, os cartazes foram colocados em todos os andares do prédio da Corregedoria Geral da justiça, bem como enviados a todas as serventias judiciais.

Neste biênio, foram iniciados os estudos e melhorias relacionadas ao sistema da Ouvidoria Judiciária, de modo a facilitar o acesso ao sistema e registros das manifestações, visando proporcionar ao cidadão fácil comunicação com o Tribunal de Justiça, através da Ouvidoria Judiciária, bem como ampliando a possibilidade do usuário consultar o andamento de suas manifestações.

Secretaria Geral

A Secretaria Geral integra os serviços auxiliares do Tribunal de Justiça, conforme artigo 47 do Regimento Interno do TJES, sendo chefiada pelo Secretário Geral e subordinada diretamente à Presidência do Tribunal (artigo 48 do Regimento Interno do TJES).

Estrutura:



Compete à Secretaria Geral, nos termos do artigo 44 da Resolução nº 75/2011, dentre outras atribuições, dirigir suas atividades administrativas, bem como das unidades que lhe são subordinadas; coordenar outras atividades e projetos do PJES que estejam relacionados à área administrativa; assessorar o Presidente na elaboração de diretrizes para a administração do Poder Judiciário; coordenar e executar os programas de trabalho; coordenar as atividades jurisdicionais e a realização de

metas, propostas e diretrizes traçadas pela Administração, em relação às Secretarias do Tribunal; desenvolver estudos sobre a estrutura organizacional do Tribunal, com o fim de propor à Presidência medidas de aperfeiçoamento; praticar atos administrativos que importem na aplicação de recursos orçamentários; deliberar sobre questões administrativas referentes a servidores do PJES; submeter ao Presidente proposta orçamentária do Tribunal para o exercício imediato, pedidos de créditos



adicionais, balancetes, demonstrações contábeis e tomadas de contas para encaminhamento aos órgãos competentes, planos de ação, programas de trabalho e pedidos de afastamento de servidores; acompanhar procedimentos licitatórios; propor a constituição de comissões de licitações, de inventários, de bens patrimoniais e outras, para realizar as atividades previstas em lei e no regulamento do Tribunal; emitir ordens de serviço, instruções e outros instrumentos de comunicação para serem observados pelos órgãos subordinados; coordenar a localização dos servidores das unidades do Tribunal; coordenar a elaboração do Relatório Anual de Atividades do Tribunal e atuar como fator de integração entre as Secretarias.

Como dito alhures, diretamente subordinada à Secretaria Geral, encontra-se a Subsecretaria Geral e a Assessoria de Gestão de Processos Judiciais. A Subsecretaria Geral tem como atribuições precípua, dentre outras, o exercício de atividades de assistência às demais atribuições regimentais da Secretaria Geral; a realização dos procedimentos necessários à designação de gestor de contrato titular e substituto e manutenção atualizada do controle de pagamento da gratificação; a realização dos procedimentos necessários, inclusive a gestão do contrato relativo à aquisição de passagens, transporte de bagagem, reserva de hotéis e concessão de diárias de viagem a magistrados e servidores da organização; a criação de métodos e padrões, objetivando a melhora do fluxo de desenvolvimento das atividades de sua atribuição. Já a Assessoria de Gestão de Processos Judiciais que tem por atribuição a elaboração de relatórios que possibilitem a manutenção do banco de dados do Tribunal de Justiça no que refere a processos em tramitação e seus movimentos nos sistemas de Segunda Instância e do PJe.

Cumprindo seu mister, no biênio 2022/2023, a Secretária Geral, em conjunto com a Subsecretaria, receberam aproximadamente 7.100 processos, para análise, conforme informações extraídas do Sistema Eletrônico SEI!.

Processos com Tramitação no Período:

Tipo	Quantidade
Administração Judiciária: Contratos	52
Administração Judiciária: Controle Operacional	4
Administração Judiciária: Convênios	71
Administração Judiciária: Criação/Alteração de Estruturas Organizacionais	2
Administração Judiciária: Estatísticas e Informações	2
Administração Judiciária: Implantação/Instalação de Unidade Judiciária	1
Administração Judiciária: Informes Administrativos	126
Administração Judiciária: Inspeção – Controle Interno	2
Administração Judiciária: Manifestação	21
(...)	
Proposta de Emenda Regimental	2
Relatório de Monitoramento de Auditoria	4
Resolução	3
Secretaria Judiciária: Relatório de Solicitações de Pagamento de Honorários – AJG	13
Secretaria Judiciária: Fornecimento de Vale Cidadão	17
Secretaria Judiciária: Pagamento de Peritos e Tradutores – AJG	225
Segurança Judiciária: Ateste de Serviço de Segurança	1
Total	3.748

1. De 01/01/2022 a 31/12/2022

Processos com Tramitação no Período:

Tipo	Quantidade
Administração Judiciária: Contratos	52
Administração Judiciária: Controle Operacional	4
Administração Judiciária: Convênios	71
Administração Judiciária: Criação/Alteração de Estruturas Organizacionais	2
Administração Judiciária: Estatísticas e Informações	2
Administração Judiciária: Implantação/Instalação de Unidade Judiciária	1
Administração Judiciária: Informes Administrativos	126
Administração Judiciária: Inspeção – Controle Interno	2
Administração Judiciária: Manifestação	21
(...)	
Proposta de Emenda Regimental	2
Relatório de Monitoramento de Auditoria	4
Resolução	3
Secretaria Judiciária: Relatório de Solicitações de Pagamento de Honorários – AJG	13
Secretaria Judiciária: Fornecimento de Vale Cidadão	17
Secretaria Judiciária: Pagamento de Peritos e Tradutores – AJG	225
Segurança Judiciária: Ateste de Serviço de Segurança	1
Total	3.748

1. De 01/01/2023 a 23/10/2023.

Cite-se, por oportuno, que nesta unidade são geridos processos administrativos referentes à concessão de passagens aéreas a servidores e magistrados (processos SEI nº 7003108-21.2020.8.08.0000; 7000604-71.2022.8.08.0000 (2022) e 7007797-40.2022.8.08.0000 (2023)),

e que, no ano de 2022 foram emitidas 158 passagens e, até o mês de outubro do ano de 2023, foram emitidas 278 passagens.

Todo o dispêndio com tais aquisições são publicitados no Portal de Transparência, em cumprimento ao regulamento do Conselho Nacional de Justiça (Resolução CNJ nº 215/2015 e alterações) e pode ser consultado através do hiperlink: TJES » Diárias e Passagens.

Importa consignar, que a unidade também é getora dos processos administrativos que tratam de serviços de hospedagem, nas Comarcas do interior e da Capital, para jurados, oficiais de Justiça e testemunhas, nos seguintes processos SEI números:

- » 7003751-08.2022.8.08.0000;
- » 7005089-80.2023.8.08.0000;
- » 7008068-49.2022.8.08.0000;
- » 7005541-61.2021.8.08.0000;
- » 7007604-59.2021.8-08.0000.

Sendo que foram emitidas 51 ordens de serviço até a elaboração do presente relatório (de janeiro/2022 a outubro/2023

Além dos processos de aquisição de passagens aéreas e de hospedagens para os jurados, oficiais de Justiça e testemunhas, a Secretaria Geral trata da concessão de diárias a servidores, magistrados e terceirizados. No exercício de 2022, foram concedidas aproximadamente 1199 diárias e, em 2023, até o mês de outubro, esse número alcança o patamar de 1193 diárias. Os valores podem ser consultados no hiperlink: TJES » Diárias e Passagens. Com relação às diárias para terceirizados, foram proferidas no biênio 2022-2023 aproximadamente 563 decisões.

Cuida, ainda, de assuntos relativos a estagiários, servidores e magistrados no que diz respeito a análise de questões de estágio probatório, promoção de servidor, lotação e reposição estatutária.

Dentre as matérias objeto de apreciação desta Secretaria Geral, ressaltamos, ademais, os convênios celebrados com este Poder Judiciário, dos quais, dentre os diversos objetos, destacam-se os convênios de cessão de estagiários e servidores. Importando informar que durante o biênio 2022/2023, até a elaboração do presente relatório (outubro/2023), foram firmados

aproximadamente 148 novos convênios/termos aditivos, cujo objeto é a cessão de estagiários e servidores.

Quanto aos atos administrativos que importam na aplicação de recursos orçamentários, tratam-se, aqui, dos procedimentos relativos a suprimento de fundos, restituição de custas, além das análises de empenho. No último biênio, tramitaram pela unidade cerca de 408 procedimentos relativos a suprimentos de fundos; aproximadamente 516 processos administrativos em matéria de restituição de custas; e centenas de análises de empenho em processos administrativos diversos.

Nos processos licitatórios, a Secretaria Geral acompanha as fases iniciais, inclusive desde o primeiro documento em alguns tipos de licitações, além de todas as etapas que necessitam de decisões do Secretário Geral. Assim, a unidade atua na gestão e na emissão de decisões em aproximadamente 300 processos de contratação. Faz designação e controle do quadro de gestores de contratos, além de designar fiscais dos contratos e convênios, para acompanhar as contratações já formalizadas, bem como aplica penalidades a inadimplen-

tos praticados por parte das empresas contratadas por este Tribunal. No exercício de 2022 foram confeccionados 237 Atos, incluindo os de Gestor, Fiscal e Equipe de Planejamento da Contratação e, em 2023, até o mês de outubro, esse número chega a 213 Atos. Neste biênio, tramitaram pela unidade cerca de 404 processos administrativos que versavam sobre penalizações.

Cabe, também, a esta Secretaria os assuntos relacionados às sessões administrativas do egrégio Tribunal Pleno, tendo a incumbência de receber os pedidos relativos a questões administrativas que devem ser incluídos em pauta, elaborar a Pauta Administrativa e, após a realização das sessões, concluir os requerimentos e outras providências necessárias, a depender da demanda, bem como a elaboração da ata administrativa de cada sessão. No ano de 2022 foram realizadas 39 sessões e, em 2023, até a data de elaboração deste relatório, foram realizadas 34 sessões, com um total de aproximadamente 1.217 expedientes no biênio.

A Secretaria Geral também é responsável por instaurar e realizar a análise da tramitação, além de proferir decisões em

Processos Administrativos Disciplinares (PAD) e Sindicâncias relativas aos servidores da Segunda Instância. No período compreendido entre 2022 e 2023, tramitaram por esta Secretaria 03 processos relativos a esta matéria.

Também são de nossa atribuição questões classificadas como “assuntos gerais”, isto é, demandas residuais relacionadas à administração do Poder Judiciário, como, por exemplo, requerimentos relativos à infraestrutura do Poder Judiciário, física e de pessoal. Estão nessa categoria, também, demandas externas, como pedidos de informações por órgãos que não são subordinados ao Tribunal de Justiça, além de atender a eventuais diligências de órgãos de controle externo e interno.

No que tange à Assessoria de Gestão de Processos Judiciais, criada através da Lei Estadual nº 710, publicada no DOE de 29/08/2013 e regulamentada através da Resolução 047/2013, disponibilizada no Diário da Justiça (e-diário) em 24/09/2013, importa registrar, que conta em sua estrutura administrativa apenas com uma servidora para atender as demandas dos gabinetes dos desembargadores, e que

tem como principal atividade a confecção de planilhas, com base nos dados extraídos do sistema de Segunda Instância e do Painel de Estatística do Conselho Nacional de Justiça. Esses documentos são endereçados aos gabinetes, mensalmente, com orientação preventiva e com sugestões de providências a serem adotadas em processos sob a relatoria dos eminentes desembargadores, visando a uma maior eficiência da prestação jurisdicional e uma razoável duração processual preconizada pela Constituição Federal.

Ressaltamos que todo o trabalho desenvolvido por essa Assessoria conta com a colaboração dos gabinetes dos desembargadores e das Câmaras deste Tribunal a fim de possibilitar ao Poder Judiciário estadual o cumprimento das Metas Nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça.

No biênio 2022/2023, foi confeccionado um quantitativo aproximado de 200 relatórios aos eminentes desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo com informações, tais como: processos (em diligência) na Comarca ou com carga externa; processos físicos sem movi-

mento no sistema há mais de 50 dias; petições protocoladas pendentes de juntada no sistema; processos físicos na situação “suspense” cujo paradigma tenha sido julgado ou que esteja com o último movimento pendente de atualização no sistema; processos pendentes de publicação de Acórdão e de Decisão Monocrática; processos da Meta 02 do CNJ para o ano 2023; processos sob a relatoria de seus antecessores; Painel de Estatística do CNJ com processos físicos e eletrônicos sem tramitação há mais de 50 dias; e do Painel de Estatística do CNJ com processos físicos e eletrônicos conclusos há mais de 50 dias.

Por fim, importante ressaltar que o monitoramento dos processos suspensos ou sobrestados no sistema do PJe – 2º Grau não está sendo possível por falta de ferramenta para extração dos dados.

Registre-se, por derradeiro, que a Secretaria Geral tem desempenhado suas funções, visando sempre ao seu aprimoramento, agindo com dedicação e transparência, para assim melhor atender ao interesse público e aos cidadãos em geral, contribuindo para o cumprimento da missão da Instituição que é assegurar a todos, indistintamente, a solução adequada dos conflitos apresentados à Justiça Capixaba de forma acessível, célere e efetiva, contribuindo para a promoção da paz social e fortalecimento do Estado Democrático de Direito.

Comissão Especial de Enquadramento e Promoção

A Comissão Especial de Enquadramento de Promoção (Cepro) integra os serviços auxiliares, sendo subordinada diretamente à Presidência do Tribunal de Justiça, na forma do artigo 1º, §1º, do Regimento Interno da Comissão.

A Cepro esteve presidida pela servidora Fabiana Oliveira dos Santos no período compreendido entre 16 de junho de 2021 a 24 de outubro de 2023, e teve em sua composição durante o biênio os servidores: Aldair Procópio, Alberto Lopes de Mendonça, Maria da Conceição Gonçalves dos Santos, Kátia Mariza Araújo Neiva, Nicéia Helena Salvador, Pedro José Santos Martins, Gilcéia Martins Marcelino, Pedro Paulo Carvalho Martins, Paulo César Patrício de Souza, Maria Aparecida Peixoto Concínio Azevedo e Paula Morgado Horta Monjardim Cavalcanti.

A Cepro tem como atribuições precípuas, dentre outras, a realização do processo de avaliação de desempenho e promoção dos servidores do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo, na forma prevista no artigo 14 da Lei nº 7.854/2004.

Indicadores para o Relatório de Gestão 2022/2023

» **Quantidade de processos**

Cumprindo seu mister, no biênio 2022/2023, presidido pelo desembargador Fabio Clem de Oliveira, a Comissão tramitou (recebeu, analisou e encaminhou) aproximadamente 3.600 processos, conforme informações extraídas do Sistema Eletrônico de Informação (SEI).

Processos com Tramitação no Período:

Tipo	Quantidade
Administração Judiciária: Informes Administrativos	5
Administração Judiciária: Solicitação de Pessoal	1
Atividade Forense: Informações	2
Atividade Forense: Solicitação	1
Atividades Forenses: Informações Processuais	1
Atividades Forenses: Ciência e Providência	1
Atividades Forenses: Consultas / Orientações / Providências	4
Documentação e Informação: Encaminhamento / Providências	5
Pessoal: Adicional de Assiduidade	1
Pessoal: Adicional de Tempo de Serviço	2
Pessoal: Assentamento Individual de Funcionário	1
Pessoal: Avaliação de Desempenho Funcional	2
Pessoal: Averbação de Cursos	1
Pessoal: Cessão de Servidor / Magistrado	1
Pessoal: Folha de Pagamento Normal	1
Pessoal: Promoção	2.422
Total	2.451

1. 01/01/2022 a 31/12/2022

Processos com Tramitação no Período:

Tipo	Quantidade
Administração Judiciária: Controle Operacional	1
Administração Judiciária: Convênios	1
Administração Judiciária: Informes Administrativos	4
Administração Judiciária: Solicitação de Pessoal	1
Atividade Forense: Informações	1
Atividade Forense: Solicitação	2
Atividades Forenses: Ciência e Providência	1
Atividades Forenses: Consultas / Orientações / Providências	8
Corregedoria: Pedido de Providências	1
Documentação e Informação: Encaminhamento / Providências	7
Documentação e Informação: Solicitação / Encaminhamento / Recebimento de Processos Administrativos	2
Organização e Funcionamento: Composição e Comissão	1
Pessoal: Assentamento Individual de Funcionário	1
Pessoal: Avaliação de Desempenho Funcional	2
Pessoal: Averbação de Cursos	4
Pessoal: Carteira Funcional	1
Pessoal: Consulta RH	1
Pessoal: Cumprimento de Decisão Judicial	1
Pessoal: Pagamento de Pessoal	2
Pessoal: Promoção	1.123
Pessoal: Requerimento Sindicatos, Acordos, Dissídios	2
Pessoal: Requisição de Servidor	6
Pessoal: Vantagem Pessoal / Quintos / Décimos / VPNI	1
Total	1.174

1. 01/01/2022 a 24/10/2023

» **Atendimento**

Com a eliminação de estrutura física (salas, equipamentos etc.), o primeiro atendimento da Cepro é realizado exclusivamente por e-mail (com eventuais retornos por ligações telefônicas).

Durante este biênio, sobretudo nos períodos de promoção, foram recepcionados e respondidos, aproximadamente, 1700 e-mails institucionais de servidores, até o mês de outubro de 2023.

» **Processo de Promoção 2019**

No terceiro semestre do biênio, a Comissão realizou o processo de Promoção 2019, regulamentado pelo Ato nº 573/2022, em 11 de novembro de 2022, e deflagrado pelo Ato nº 242/2023, de 16 de fevereiro de 2023.

Nesta ocasião, estimava-se a participação de 1.100 servidores; foram apresentados e analisados 1.005 requerimentos, sendo promovidos 23 servidores inativos e 974 servidores efetivos das diversas carreiras constantes no quadro do PJES.

Ressalta-se que, em alinhamento com o planejamento estratégico do PJES, no que diz respeito à conexão com a sustentabilidade, este foi o 1º processo de promoção realizado de forma 100% digital, por meio do Sistema Eletrônico Integrado (SEI), o que trouxe mais celeridade na finalização do processo.

» **Processo de Promoção 2021**

Regulamentada pelo Ato Normativo nº 504/2023, disponibilizado no Diário da Justiça Eletrônico (e-diário) de 06 de outubro de 2023, o Processo de Promoção 2021 foi deflagrado pelo Ato nº 1.212/2023, disponibilizado no e-diário de 09 de outubro de 2023.

Preliminarmente, a Comissão Especial de Enquadramento e Promoção (Cepro) apresentou à Presidência desta Corte, relatório com potencial número de servidores com perspectiva de participação nesta promoção, o qual constou nominalmente que até 198 servidores poderiam apresentar requerimento para análise de progressão na carreira, por se tratar de

um processo paralelo aos dois maiores processos de promoção do PJES. Ao fim do prazo para requerimento, 139 Servidores apresentaram seus pedidos.

Neste momento, o processo encontra-se em andamento.

» **Atualização da página da Cepro no website do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo**

É possível o acesso em: <http://www.tjes.jus.br/institucional/nucleos/cepro/>

Para além disso, foi realizada a modernização e atualização da página da Cepro no site do PJES, como forma de dar acesso aos servidores a todos os atos de promoção (regulamentador e deflagrador), a legislação vigente, estrutura remuneratória e instituições avaliadas pela Emes, em um só lugar.

O acesso pode ser feito pelo hiperlink: <http://www.tjes.jus.br/institucional/nucleos/cepro/>



» **Atualização do Regimento Interno da Comissão Especial de Enquadramento e Promoção**

Em 03 de agosto de 2023, foi disponibilizado no e-diário, republicado em 14 de agosto de 2023, o Ato nº 1.073/2023, que atualizou o Regimento Interno da Comissão Especial de Enquadramento e Promoção (Cepro), uma vez que o ato constava com uma última atualização datada de 2005.

» **Proposta de atualização de atribuições da Comissão Especial de Enquadramento e Promoção (Cepro), constantes na Resolução nº 75/2011**

No biênio em questão foi também apresentada proposta de alteração da Resolução nº 075/2011, com exclusão de competências que são efetivamente cumpridas por outras unidades administrativas e captura de competências para a Comissão, que, neste momento, encontram-se dispersas na referida Resolução.

Secretaria de Controle Interno

Com 12 anos de existência, a Secretaria de Controle Interno (SCI), unidade administrativa diretamente vinculada à Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo (TJES), nos termos da Lei Complementar nº 566/20101, tem suas competências definidas na Resolução TJES nº 75, de 17 de fevereiro de 2011, e a forma de atuação regulamentada pelas Resoluções nº 308/2020 e 309/2020, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

E para cumprimento de suas atribuições, a Secretaria de Controle Interno conta com duas Coordenadorias: Coordenadoria de Acompanhamento e Gestão e Coordenadoria de Auditoria.

Principais Atividades Desenvolvidas na Gestão 2022/2023

As ações desenvolvidas pela Secretaria de Controle Interno e suas Coordenadorias concentraram-se nas seguintes atividades:

- » Realização de Auditorias, cujo objetivo principal é proteger e auxiliar a Administração no alcance de seus objetivos, avaliando a conformidade dos atos e eficácia dos processos administrativos, identificando riscos e oportunidades de aperfeiçoamento de controles, além de fiscalizar a gestão orçamentária, financeira, contábil e patrimonial;
- » Acompanhamento do cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal;
- » Emissão de parecer sobre as contas do ordenador de despesa na Prestação de Contas Anual (PCA) enviada ao Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES);

- » Realização de Levantamento, modalidade de fiscalização cujo objetivo é definir as prioridades de auditoria a partir da identificação dos riscos e problemas recorrentes e relevantes das unidades administrativas do Tribunal de Justiça;
- » Atuação preventiva no aprimoramento da gestão administrativa, baseada na revisão de normas de procedimentos do “Sistema de Controle Interno do Poder Judiciário”, e na emissão de “Alertas” e “Informes à Gestão”;
- » Gestão do Portal da Transparência;
- » Coordenação das informações prestadas no Sistema Informatizado de Controle de Obras Públicas (GEO-OBRAS), no âmbito do Judiciário estadual.
- » Análise e emissão de parecer sobre o Concurso Público de Servidores do Poder Judiciário (Edital nº 01/2023), haja vista o disposto na Instrução Normativa TC nº 38/2016 e alterações.

Auditorias, Fiscalizações

e Pareceres

- » Em síntese, as auditorias, fiscalizações e pareceres emitidos no curso do biênio foram:
- » Auditoria no contrato de manutenção predial do Poder Judiciário - CF 008/2020;
- » Auditoria na ordem cronológica de pagamentos e existência de despesas sem prévio empenho;
- » Auditoria de contratações diretas;
- » Ação Coordenada de Auditoria do CNJ – Plataforma digital do Poder Judiciário (PDPJ-Br);
- » Ação Coordenada de Auditoria do CNJ – Política contra o assédio e discriminação no Poder Judiciário;
- » Auditoria de gestão de Comissões, Comitês e Grupos de Trabalho administrativos do Tribunal de Justiça;
- » Auditoria de contrato de construção do Fórum de Alegre;



- » Fiscalização e coordenação da inserção de informações no Sistema Informatizado de Controle de Obras Públicas do TCE-ES (GEO-OBRS), no âmbito do Judiciário estadual;
- » Fiscalização do cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal – limite de despesas com pessoal e publicação de relatórios fiscais;
- » Levantamento na Secretaria de Finanças e Execução Orçamentária;
- » Levantamento na Secretaria de Infraestrutura, relativo às instalações das Comarcas;
- » Levantamento na Coordenadoria de Recursos Humanos da Secretaria de Gestão de Pessoas;
- » Emissão de parecer conclusivo nas contas do ordenador de despesa encaminhado ao Tribunal de Contas Estadual na Prestação de Contas Anual (PCA).
- »

Atividades de Controle e Acompanhamento da Gestão

Dentre as ações de acompanhamento da gestão, atividade de controle preventivo desta Secretaria de Controle Interno, destacam-se:

» **Fortalecimento do Sistema de Controle Interno do PJES**

Na busca pelo fortalecimento do sistema de controle interno, destacam-se os esforços envidados na revisão do acervo de aproximadamente 100 normas de procedimentos, respectivos fluxos e formulários, produzidos pelas diversas unidades administrativas do Tribunal de Justiça, com o apoio da Secretaria de Controle Interno, haja vista a modernização tecnológica do Judiciário estadual advinda da implantação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (Siarhes), como também das mudanças da legislação e normas aplicáveis.

» **Gestão do Portal Transparência do PJES**

Durante o biênio, em consonância com o disposto no Ato Normativo TJES nº 058/2012, a Secretaria de Controle Interno participou, efetivamente, na gestão do Portal Transparência do PJES, promovendo o monitoramento e a publicação de conteúdos no Portal, nos prazos previstos em lei/regulamentação específica.

Nesse sentido, atendendo às orientações dos órgãos de controle externo, quais sejam, Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo e Conselho Nacional de Justiça, ressaltam-se as seguintes ações:

- **Participação no Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP) - TCE-ES**

Realização de levantamento, consolidação e envio de informações ao Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), relativas ao cumprimento dos critérios de transparência, conforme consta no Programa Nacional de Trans-

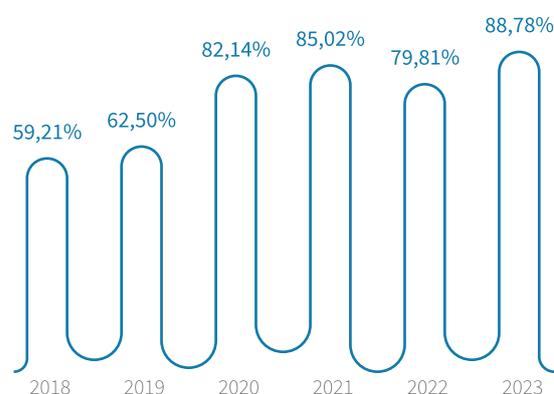
parência Pública (PNTP), capacitado pelo TCE-ES, junto a outros tribunais de contas, no intuito de avaliar a transparência dos Poderes Públicos em todos os níveis federativos.

Como resultado da primeira avaliação realizada no ano de 2023, este Tribunal de Justiça estadual alcançou o índice de transparência de 81,47%, conquistando o “Selo Prata de Qualidade de Transparência Pública”.

- **Evolução no Ranking da Transparência do Poder Judiciário - CNJ**
Durante o biênio, observa-se, ainda, efetiva melhoria do desempenho da transparência e acesso à informação pelo Poder Judiciário estadual, constatada pela evolução do percentual de atendimento aos itens de informação que integram o Ranking da Transparência do Poder Judiciário, instituído e realizado anualmente pelo CNJ.

Em 2023, o Tribunal de Justiça alcançou o seu maior índice histórico, com 88,78% de atendimento:

Ranking da Transparência do Judiciário % de Cumprimento do TJES



- » **Serviço de Alerta e Informe à Gestão**
No biênio 2022/2023, a Secretaria de Controle Interno atuou fortemente no acompanhamento da legislação e na consequente emissão de “Alertas” e “Informes”, cuja finalidade é manter a Administração informada acerca das boas práticas de gestão pública, como também das alterações das leis e normas aplicáveis ao PJES. A atividade caracteriza-se como mecanismo de apoio no aprimoramento dos processos e serviços relacionados.

No biênio 2022/2023, foram expedidos cerca de *14 Alertas à Gestão e 31 Informes*.

Sistema e-Prevenção

Acompanhamento e inserção de dados no Sistema e-Prevenção, plataforma de autosserviço on-line direcionado aos gestores das organizações públicas de todo o País, cujo propósito é reduzir os índices de corrupção no Brasil.

Como resultado dos trabalhos, destaca-se a emissão de Plano de Ação de Combate à Fraude e Corrupção, em andamento neste Poder Judiciário.

» **Acompanhamento do Concurso Público de Servidores do PJES**

Análise e emissão de parecer sobre o Concurso Público de Servidores do Poder Judiciário (Edital nº 01/2023), haja vista o disposto na Instrução Normativa TC nº 38/2016 e alterações.

» **Participação CECI**

Participação efetiva da Secretaria de Controle Interno no Conselho Estadual de Controle Interno (CECI), no intuito de promover a integração e o fortalecimento das unidades de controles internos dos Órgãos e Poderes do estado do Espírito Santo.

Equipe da Secretaria de Controle Interno

Durante a gestão 2022/2023, a equipe da Secretaria de Controle Interno manteve como característica principal a multidisciplinaridade, o que possibilitou o aproveitamento dos conhecimentos específicos dos profissionais em áreas administrativas relacionadas.

Nesse contexto, todo o trabalho foi planejado para ser executado por uma equipe composta por sete servidores, abrangendo as especialidades de Direito, Administração, Engenharia e Contabilidade.

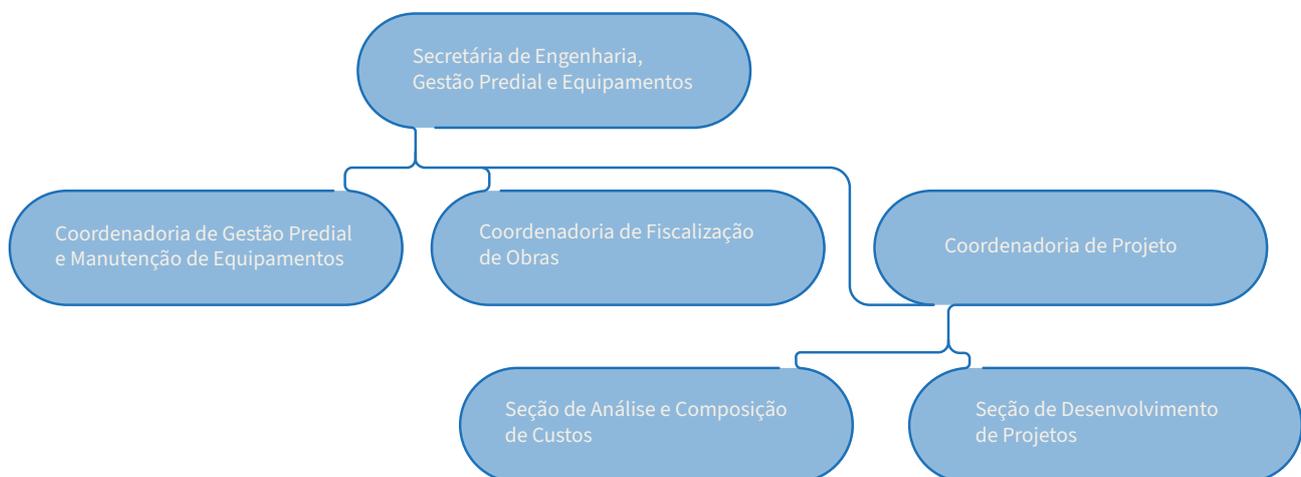
Secretaria de Engenharia

À Secretaria de Engenharia compete planejar, pesquisar, analisar, fiscalizar, vistoriar e organizar os serviços de obras, reformas e manutenções de edificações e de equipamentos, bem como demais atribuições previstas no artigo 59, da Resolução nº 75/2011.

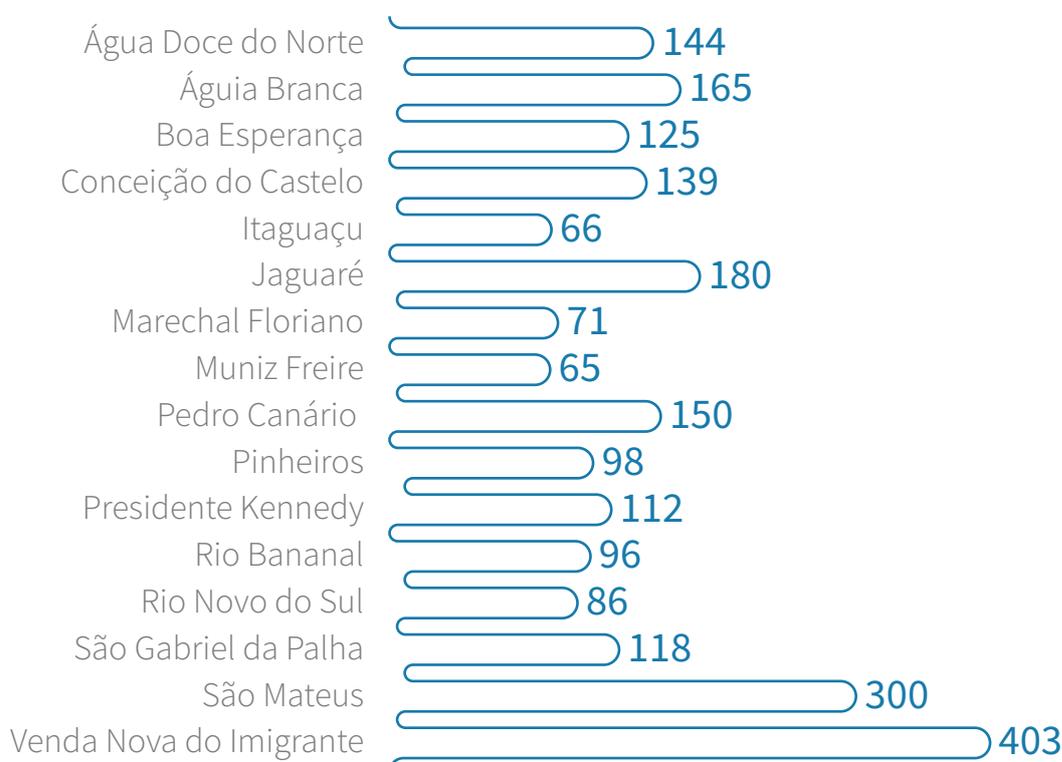
De acordo com o Planejamento Estratégico 2021 – 2026, os principais objetivos da Secretaria de Engenharia são “Promover a Acessibilidade” e “Fortalecer a Governança Institucional”. E, alinhados a esses objetivos estão os projetos “Construção do Fórum de Alegre” e “Execução das obras de acessibilidade”.

Assim, para que os objetivos estratégicos do TJES sejam alcançados, são planejadas as ações que norteiam as atividades a serem realizadas pela Secretaria e suas Coordenadorias.

Estrutura Geral:



Das Medidas de Redução de Custeio



Principais Entregas Realizadas no Biênio 2022/2023

- » Execução de novas instalações elétricas de alimentação dos aparelhos de ar condicionado na cobertura do Tribunal de Justiça;
- » Obra de acessibilidade no galpão situado no terreno do setor de transportes, bem como execução de novas vagas de estacionamento no terreno para regularização na PMV;
- » Instalação de aparelhos de ar condicionado, tipo split, para climatização de salas que ainda eram atendidas pelo ar-condicionado central no prédio do Tribunal de Justiça, exceto Biblioteca, Salão Pleno e área do antigo mini Auditório;
- » Substituição de cobertura em policarbonato no Fórum de Cachoeiro de Itapemirim;

- » Contratação de projetos para regularização e reforma do prédio sede do Tribunal de Justiça;
- » Contratação de projetos para regularização e reforma dos prédios do Fórum Criminal e Cível de Vitória, incluindo o prédio da Vepema e o Edifício das Fundações;
- » Execução de projeto para reforço estrutural do prédio do Fórum de Baixo Guandu;
- » Reforma nos gabinetes dos desembargadores Pedro Valls Feu Rosa, Fabio Clem de Oliveira, Wallace Pandolpho Kiffer e Raimundo Siqueira Ribeiro, e da desembargadora Marianne Júdice de Mattos;
- » Reforma do Gabinete do Presidente;
- » Reforma da Presidência;
- » Aquisição do Edifício Greenwich Tower;
- » Adequação de salas no Tribunal de Justiça promovendo 04 gabinetes provisórios para que desembargadores utilizem enquanto estiverem com o gabinete em reforma;
- » Reforma da Biblioteca;
- » Adequação de layout no 4º andar do Edifício Greenwich Tower para a instalação da equipe de digitalização de processos;
- » Adequação de layout no 7º andar do Edifício Greenwich Tower e mudança da Secretaria de Tecnologia da Informação;
- » Adequação de layout no 8º andar do Edifício Greenwich Tower e mudança da Secretaria de Finanças e Secretaria de Infraestrutura;
- » Adequação de layout no 11º andar do Edifício Greenwich Tower para a instalação das Secretarias Unificadas das Varas de Fazenda e Execuções (a ser realizado na 2ª quinzena de novembro de 2023);
- » Adequação de layout na loja 5 do Edifício Greenwich Tower para a instalação da Distribuição/Protocolo do Fórum Cível de Vitória (a ser reali-



- zado na 1ª quinzena de novembro de 2023);
- » Entrega do imóvel locado para as novas instalações do Fórum Cível de Vitória com 4.250 m²;
- » Devolução de locação do 14º andar do Edifício Vértice, onde ficava instalada a Secretaria de Tecnologia da Informação, economizando um valor mensal de R\$ 44.268,56 (quarenta e quatro mil e duzentos e sessenta e oito reais e cinquenta e seis centavos);
- » Construção de Sala de Depoimento Especial no Fórum de Linhares;
- » Substituição de 2.318 lâmpadas fluorescentes para lâmpadas de LED;
- » Projeto executivo detalhado de condicionamento de ar destinado à reforma de edificações do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo (Fórum Cível de Vila Velha e Tribunal de Justiça);
- » Contratação de software para elaboração de projetos Estrutural, Hidrosanitário e de Combate a Incêndio;
- » Renovação de Alvará do Corpo de Bombeiros de 47 dos 106 imóveis, conforme detalhamento abaixo:

Item	Município	Edificação	Situação
1	Afonso Cláudio	Fórum Juiz Atahualpa Lessa	REGL
2	Água Doce do Norte	Fórum Des. Moacir Figueiredo Cortes	REGL
3	Águia branca	Fórum Des. Antônio José	REGL
4	Alfredo Chaves	Fórum Des. Madeira de Freitas	REGL
5	Alto Rio Novo	Fórum Des. Lourival Almeida	REGL
6	Anchieta	Fórum Anchieta	REGL
7	Apicá	Fórum Des. José Fortunato Ribeiro	REGL
8	Atílio Vivacqua	Fórum Des. Manoel Xavier Paes Barreto Filho	REGL
9	Barra de São Francisco	Arquivo	REGL
10	Boa Esperança	Fórum Des. Mário da Silva Nunes	REGL
11	Bom Jesus do Norte	Fórum Bom Jesus do Norte	REGL
12	Conceição da Barra	Fórum Des. Ferreira Coelho	REGL
13	Conceição do Castelo	Arquivo	REGL
14	Fundão	Fórum Des. Cícero Alves	REGL
15	Guaçu	Arquivo	REGL
16	Guaçu	Fórum Guaçu	REGL
17	Guarapari	Arquivo	REGL
18	Ibatiba	Fórum Des. Epaminondas Amaral	REGL
19	Ibitirama	Fórum Ibitirama	REGL
20	Jaguaré	Fórum Des. Rômulo Finamori	REGL
21	Jerônimo Monteiro	Fórum Jerônimo Monteiro	REGL
22	João Neiva	Fórum Walter Gustavo Naumann	REGL
23	Mantenópolis	Fórum Des. Christiano Vieira de Andrade	REGL
24	Montanha	Fórum Des. Ayres Xavier da Penha	REGL
25	Mucurici	Fórum Des. Gumercindo de Souza Mendes	REGL

26	Pedro Canario	Fórum Des. Vicente Vasconcelos	REGL
27	Pinheiros	Fórum Des. Gilson Vieira de Mendonça	REGL
28	Piúma	Fórum Des. Dermeval Lyrio	REGL
29	Presidente Kennedy	Fórum Des. Edson Queiroz do Valle	REGL
30	Rio Novo do Sul	Fórum Nilton Thevenard	REGL
31	Santa Maria de Jetibá	Fórum Des. Homero Mafra	REGL
32	Santa Maria de Jetibá	Arquivo	REGL
33	Vitória	1º e 2º Juizados Especiais Criminais e o 1º Juizado Especial Cível de Vitória (Jecrim)	REGL
34	Vitória (Ed. Contemporâneo)	8º e 9º Juizados Cíveis de Vitoria	REGL
35	Vitória (Ed. Enseada Tower)	Juizado Especial Cível – 17º andar	REGL
36	Vitória (Ed. Enseada Tower)	Juizado Especial Cível – 14º andar	REGL
37	Vitória (Ed. Vértice)	STI – 16º andar	REGL
38	Vitória (Ed. Vértice)	Varas da Fazenda – 18º andar	REGL
39	Vitória (Ed. Vértice)	Varas da Fazenda – 19º andar	REGL
40	Vitória (Ed. Vértice)	STI – 14º andar	REGL
41	Vitória (Ed. Vértice)	Varas da Fazenda – 17º andar	REGL
42	Vitória (Ed. Manhattan Work Center)	CAJE – 15º andar	REGL
43	Vitória (Ed. Manhattan Work Center)	CAJE – 5º andar	REGL
44	Vitória (Ed. Manhattan Work Center)	CAJE – 14º andar	REGL
45	Vitória (Ed. Manhattan Work Center)	CAJE – 6º andar	REGL
46	Vitória (Ed. Manhattan Work Center)	CAJE – 11º andar	REGL
47	Ed. Blue Notes – Novo Fórum Cível	Fórum Cível de Vitória	REGL

Demais Entregas Realizadas no Biênio 2022/2023

- » Elaboração de 55 laudos de avaliação para a regularização das edificações do Poder Judiciário;
- » Elaboração de 42 laudos de avaliação para renovações de locação ou novas locações;
- » Manutenção em aparelhos de ar condicionado – 3.000 unidades/mês;
- » Convênio com o Município de Iconha para reforma do Fórum, o qual foi reinaugurado no ano de 2023;
- » Locação de novo imóvel para abrigar o arquivo do Fórum de Mimoso do Sul em substituição ao imóvel que tinha o risco de alagamento;
- » Locação de imóvel para abrigar o arquivo do Fórum de Aracruz (previsto para ser inaugurado em dezembro de 2023);
- » Instalação de placas solares em 38 Fóruns (conclusão prevista para 1ª quinzena de dezembro de 2023) com geração esperada de 263.229 kWh, e economia de energia mensal de R\$ 165.844,58 (cento e sessenta e cinco mil, oitocentos e quarenta e quatro reais e cinquenta e oito centavos) e economia anual de R\$ 1.990.134,92 (um milhão, novecentos e noventa mil, cento e trinta e quatro reais e noventa e dois centavos), conforme detalhamento abaixo;

Fórum	Produção média mensal (kWh)	Economia que será gerada
Afonso Cláudio	5.235	R\$ 3.654,00
Água Doce do Norte	5.428	R\$ 3.789,00
Águia Branca	8.646	R\$ 6.036,00
Alto Rio Novo	4.562	R\$ 3.184,00
Apiacá	7.120	R\$ 4.970,00

Aracruz	18.450	R\$ 8.633,00
Atílio Vivacqua	7.910	R\$ 4.420,00
Barra de São Francisco	3.707	R\$ 1.853,00
Boa Esperança	3.696	R\$ 2.580,00
Conceição da Barra	8.184	R\$ 5.713,00
Conceição do Castelo	4.889	R\$ 3.413,00
Ecoporanga	5.890	R\$ 2.991,00
Ibatiba	8.173	R\$ 5.705,00
Ibiraçu	7.600	R\$ 3.554,00
Itaguaçu	5.274	R\$ 3.681,00
Itapemirim	13.885	R\$ 6.873,00
Itarana	5.227	R\$ 3.649,00
Lúna	12.980	R\$ 8.043,00
Mantenópolis	2.598	R\$ 1.813,00
Marataízes	13.885	R\$ 7.060,00
Marilândia	7.854	R\$ 5.483,00
Montanha	4.389	R\$ 3.064,00
Mucurici	5.082	R\$ 3.547,00
Muniz Freire	3.168	R\$ 2.211,00
Muqui	5.170	R\$ 3.609,00
Pancas	6.864	R\$ 3.380,00
Pedro Canário	5.890	R\$ 4.111,00
Pinheiros	4.620	R\$ 3.225,00
Piúma	8.520	R\$ 5.948,00
Presidente Kennedy	5.400	R\$ 3.769,00

Rio Bananal	5.280	R\$ 3.686,00
Rio Novo do Sul	4.410	R\$ 3.078,00
Santa Maria de Jetibá	5.049	R\$ 3.524,00
Santa Teresa	4.942	R\$ 3.450,00
São Domingos do Norte	7.656	R\$ 5.344,00
São Gabriel da Palha	4.950	R\$ 3.455,00
São José do Calçado	10.720	R\$ 6.398,00
Vargem Alta	9.926	R\$ 6.929,00
Total	263.229	R\$ 165.825,00
Economia total anual		R\$ 1.990.134,00

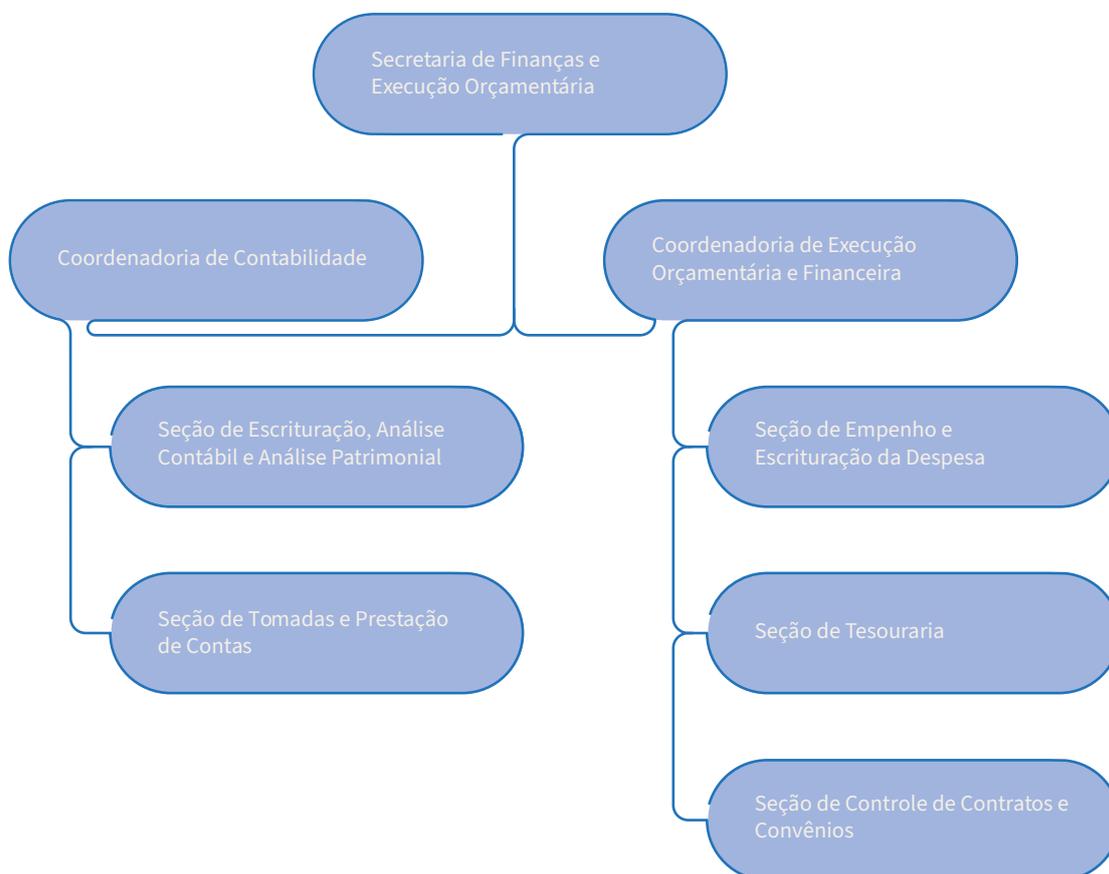
Planos de Obras

Atualmente, a revisão do Plano de Obras se encontra na Presidência e será levada para deliberação e aprovação do Tribunal Pleno.

Secretaria de Finanças e Execução Orçamentária

A Secretaria de Finanças e Execução Orçamentária é o órgão financeiro central do Poder Judiciário, o qual se incumbe das atribuições definidas nos artigos 105 a 112 da Resolução n° 75/2011, dentre elas: organização, direção e controle das funções financeiras; administração financeira, abrangendo os sistemas de gestão orçamentária, financeira e de contabilidade; controle de recursos do Fundo Especial do Poder Judiciário; e assegurar a efetividade do controle dos fatos contábeis do Tribunal.

Estrutura da Secretaria:



Projetos:

- » Contratação de licenças de uso de software, para Gestão das Contratações e Convênios dos órgãos do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo - PJES, bem como o controle da sua execução, incluindo treinamento, atualizações e suporte.
- » Contratação de empresa especializada em matéria trabalhista, previdenciária e tributária visando apoiar e aprimorar a gestão administrativa dos contratos, abrangendo a atuação do gestor do contrato e da Coordenadoria de Execução Orçamentária e Financeira.

Ações Realizadas nos Exercícios de 2022 e 2023:

- » Atualização das Normas de Procedimentos, em razão da Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021);
- » Elaboração de relatórios para alimentar o Portal Transparência (Contratos pagos, Dispensas e Inexigibilidades e Diárias Pagas);

- » Alimentação no portal da Receita Federal (eCac) com as informações das retenções previdenciárias e das retenções do imposto de renda retido na fonte (IRRF) devido ao início da vigência da Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações (EFD-Reinf);
- » Alimentação do CidadES – Contratação do TCEES;
- » Publicação de informações alusivas à gestão orçamentária e financeira no Portal Transparência conforme Resolução do Conselho Nacional de Justiça;
- » Orientação às áreas administrativas visando à preparação de relatórios gerenciais relativos à execução orçamentária e financeira e à gestão patrimonial do Tribunal;
- » Elaboração trimestral do relatório gerencial Foco em Resultado ao secretário-geral visando subsidiar decisões relativas à utilização de recursos financeiros previstos e à disponibilidade de caixa;



- » Acompanhamento da disponibilidade financeira com a consequente programação de desembolso;
- » Elaboração dos relatórios anuais da execução orçamentária, financeira e patrimonial e sua publicação;
- » Controle dos contratos, convênios, acordos e instrumentos congêneres, relativos ao Tribunal;
- » Solicitação ao Poder Executivo do aporte financeiro repassado mensalmente ao Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Espírito Santo;
- » Estudo das retenções tributárias a serem efetuadas nos pagamentos do PJES, para auxílio aos gestores dos contratos, bem como, elaboração de pareceres para o devido enquadramento tributário, com auxílio da ferramenta contratada;
- » Contabilização das folhas de pagamento (servidores e magistrados) e sua divisão em Regime Próprio e Regime Geral;

- » Levantamento e orientação aos gestores de contrato quanto aos procedimentos a serem adotados no que tange aos Restos a Pagar;
- » Levantamento de legislação relativa ao ISS junto ao Executivo Municipal;
- » Elaboração de cálculo de multas nos processos de penalização às contratadas;
- » Confecção de Reservas, Empenhos, Liquidações, Ordens Bancárias, Cálculos de Reajustes, Repactuação, Análise de processos de pagamento, etc.;
- » Orientação aos gestores de contrato;
- » Elaboração de Notas Técnicas Internas detalhando os procedimentos afetos a essa unidade;
- » Elaboração e Publicação diária das receitas orçamentárias de todas as Unidades Gestoras do PJES;
- » Recolhimento e registro contábil das receitas da Dívida Ativa e Leilões;
- » Elaboração e Publicação mensal dos relatórios referentes às despesas com cartão alimentação;
- » Elaboração e Publicação mensal dos relatórios referentes às despesas com Suprimento de Fundos;
- » Elaboração e Publicação mensal dos relatórios referentes às despesas e receitas com Penas Pecuniárias;
- » Elaboração e Publicação mensal dos relatórios referentes aos repasses e retenções previdenciárias efetuadas nas folhas de pagamento de servidores e magistrados;
- » Elaboração e publicação do Relatório de Gestão Fiscal;
- » Orientação e acompanhamento aos servidores responsáveis pela utilização do Cartão alimentação para as solicitações e prestações de contas através do SEI - Sistema Eletrônico de Informações;
- » Orientação e acompanhamento aos servidores responsáveis pela aplicação da verba destinada a Supri-

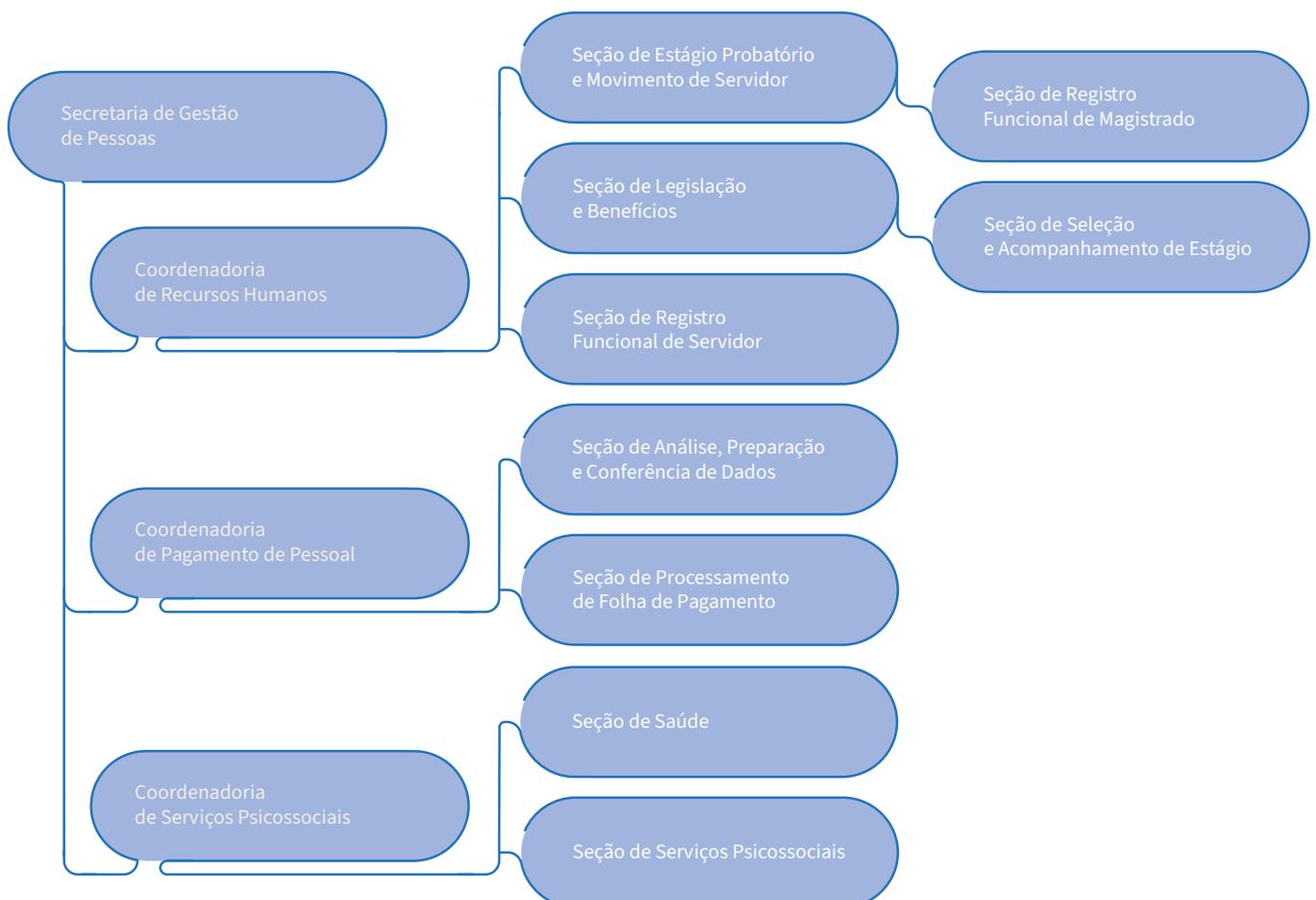
mento de Fundos para as solicitações e prestações de contas através do SEI - Sistema Eletrônico de Informações;

- » Orientação e acompanhamento junto às Comarcas/Secretarias para as solicitações e prestações de contas do suprimento de fundos e cartão-alimentação através do SEI - Sistema Eletrônico de Informações;
- » Acompanhamento e controle da arrecadação das receitas judiciais e extrajudiciais;
- » Orientação e acompanhamento junto aos advogados e partes interessadas para as solicitações de restituições de valores pagos indevidamente;
- » Elaboração e envio da Prestação de Contas Anual;
- » Elaboração e envio das Prestações de Contas Mensais das Unidades Gestoras do Poder Judiciário do Espírito Santo;
- » Elaboração e envio mensal das informações das “Despesas de Exercícios Anteriores” (DEA) e das “Despesas com Pessoal não Executada Orçamentariamente”, relativas ao período de 12 meses, para fins de apuração do cálculo da despesa total com pessoal;
- » Contabilização dos pagamentos de precatórios através de Alvarás Eletrônicos;
- » Análise e elaboração de respostas sobre os questionamentos relativos a questões contábeis e/ou financeiras efetuados pelos órgãos de Controles Interno e Externos;
- » Implantação dos procedimentos referentes à arrecadação da receita da Dívida Ativa pelo poder judiciário bem como seus registros contábeis;
- » Elaboração dos relatórios anuais de encerramento de exercício da execução orçamentária, financeira e patrimonial.

Secretaria de Gestão de Pessoas

A Secretaria de Gestão de Pessoas, unidade administrativa do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo, subordinada à Secretaria Geral, tem suas atribuições definidas na forma do artigo 91 da Resolução TJES nº 075/2011.

Integram a Secretaria de Gestão de Pessoas: a Coordenadoria de Recursos Humanos, a Coordenadoria de Pagamento de Pessoal e a Coordenadoria de Serviços Psicossociais e de Saúde e suas Seções respectivas.



A Secretaria de Gestão de Pessoas tem como atribuição alinhar a formulação de políticas e diretrizes que englobam todo o ciclo de gestão de pessoas dentro da Instituição, desde o ingresso na administração pública até a conclusão da sua vida funcional.

As Coordenadorias, como unidades integrantes da Secretaria de Gestão de Pessoas, possuem importante papel na coordenação, organização, controle e supervisão dos projetos realizados.

No biênio 2022/2023, a Secretaria de Gestão de Pessoas deu continuidade ao projeto de implantação do Sistema Integrado de Administração e Recursos Humanos do Espírito Santo (Siarhes);

Com a implantação do sistema em sua totalidade nas áreas de Recursos Humanos, Folha de Pagamento e Serviços Psicossociais e de Saúde foi possível melhorar a gestão, controles e rotinas da Secretaria.

Além das rotinas, a Secretaria em conjunto com a Coordenadoria de Pagamento de Pessoal procedeu estudos sobre eventuais impactos financeiros na folha de pagamento em razão de reestruturações de unidades, concursos públicos, nomeações

de servidores e magistrados, criação de cargos, realização de horas extras e plantões, isonomia de cargos, desvio de funções, aumento de benefícios, entre outros.

Demanda importante atendida pela SGP no exercício de 2022 foi o cumprimento da obrigação instituída pelo Decreto nº 8373/14, que trata do envio das informações trabalhistas, previdenciárias e fiscais pelos órgãos públicos em relação aos seus trabalhadores por meio do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial).

O ano de 2022, com o novo modelo de trabalho - “paradoxo do híbrido”, trouxe uma readequação das práticas aplicadas. Desta feita, foi necessário aprimorar e adaptar as práticas que já vinham sendo realizadas, principalmente com relação aos atendimentos psicossociais, que foram mantidos de forma remota (videochamada ou atendimento telefônico/Siga-me), concomitantemente ao presencial.

O projeto Roda de Conversa retornou para o modo presencial, acontecendo sob demanda, com a realização de 02 encontros, no Fórum de Cariacica, como parte do Projeto Florescer, e no FASP (Fórum de



Assistentes Sociais e Psicólogos do TJES). Já o projeto Ofi-Cine aconteceu de forma híbrida com a realização de 03 encontros. Estes projetos têm como objetivo disponibilizar espaços de diálogo nos quais os servidores trocam experiências, informações e refletem acerca de temas relevantes que afetam suas condições de vida e de trabalho.

A Coordenadoria de Serviços Psicossociais atualizou em tempo real, baseada nas legislações e orientações federais e estaduais, o Guia Prático da Covid-19 no ambiente de trabalho, disponibilizado no site do PJES, com o objetivo de orientar os magistrados, servidores e estagiários quanto às condutas necessárias em relação à

confirmação de casos positivos e de casos suspeitos do coronavírus no ambiente de trabalho. Além disso, a CSPS manteve disponível um link para monitoramento de casos, acompanhamento e elaboração de relatórios.

Ações de Saúde foram realizadas, como a doação de sangue, em parceria com o Hemoes, e a campanha Agosto Dourado, em parceria com o Banco de Leite da Santa Casa de Misericórdia, para arrecadação de potes de vidro com tampa plástica destinados à doação de leite materno.

Ainda no ano de 2022, a Secretaria de Gestão de Pessoas apresentou estudo à Presidência, por meio do qual, ponderou a

necessidade de realização de Concurso Público para provimento de cargos de servidores e magistrados no Poder Judiciário.

Em 2023, foram abertos Concurso Público para o provimento de vagas e formação de cadastro de reserva em cargos de nível superior, conforme o Edital TJES nº 01, de 09 de Janeiro de 2023, e Concurso Público para o provimento de cargo de Juiz Substituto, conforme o Edital TJES nº 01/2023.

Com a homologação do Concurso Público de Servidores, a Secretaria de Gestão de Pessoas, por meio da Coordenadoria de Recursos Humanos, procedeu a realização de remoções como forma de preceder a convocação dos aprovados no Concurso Público de Servidores, dando oportunidade de remoção para os servidores que já integram os quadros funcionais.

Findo o processo de remoção, iniciaram-se as nomeações. Estima-se que, no ano de 2023, serão nomeados mais de 50% das vagas ofertadas no Edital do Concurso.

Dentro do Programa de Preparação para a Aposentadoria, foi realizada capacitação junto ao IPAJM sobre as novas regras para aposentadoria e para a realização de ações de auxílio.

Por fim, um marco importante na área de Saúde e Segurança no trabalho (SST) do PJES foi a Contratação de Empresa Especializada em SST, com o início das ações de implantação do PGR (Programa de Gerenciamento de Riscos) e PCMSO (Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional em abril de 2022.

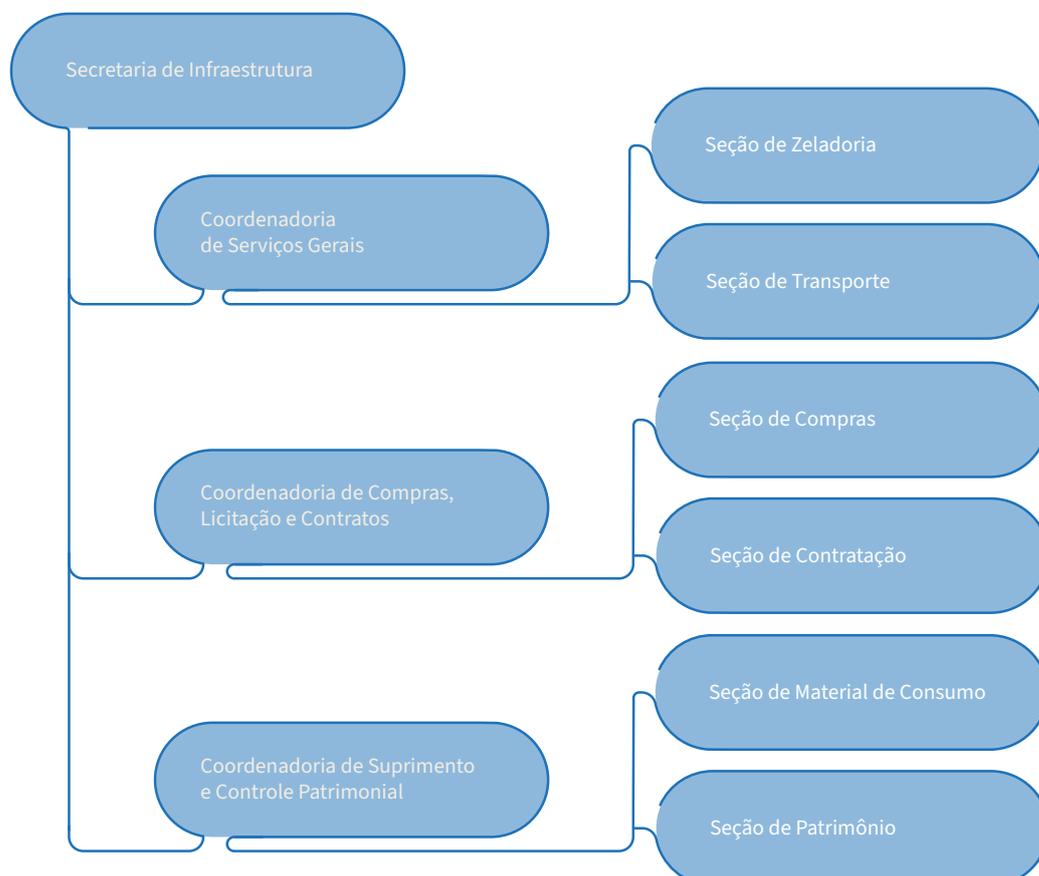
Foram realizadas visitas técnicas em todas as unidades do Poder Judiciário entre os meses de julho, agosto e setembro de 2022 para a elaboração de laudos técnicos preliminares.

Dentro da contratação supracitada, foi dado início, em 2023, à realização dos exames periódicos dos servidores e magistrados, o que é de grande importância para uma melhor gestão e acompanhamento pela Secretaria no que se refere aos recursos humanos em exercício no Poder Judiciário.

Secretaria de Infraestrutura

A Secretaria de Infraestrutura é a unidade administrativa responsável pelas atividades referentes à aquisição, controle, fornecimento e logística de materiais de consumo e permanentes; dos serviços de apoio; dos serviços de transporte; dos serviços de limpeza e copeiragem; dos serviços de telefonistas, bem como a coordenação das metas e diretrizes propostas pela Administração do Poder Judiciário, dentre outras atribuições elencadas na Resolução TJES nº 75/2011.

Estrutura da Secretaria de Infraestrutura:



As Coordenadorias desenvolveram as seguintes atividades no biênio 2022/2023:

Coordenadoria de Serviços Gerais

- » Apoio logístico na mudança do Arquivo de Linhares;
- » Apoio logístico na mudança do Arquivo de Itaguaçu;
- » Apoio logístico na mudança do Fórum de Mucurici, após reativação do prédio, fechado na época em razão de fortes chuvas;
- » Apoio logístico na mudança do Fórum Cível de Vitória, após mudança de endereço;
- » Apoio logístico na mudança do Fórum de Iconha, após reativação do prédio;
- » Apoio logístico nas mudanças das unidades administrativas do prédio sede do TJES, após aquisição do Edifício Greenwich Tower;
- » Apoio logístico contínuo na entrega e devolução de processos físicos, cíveis e criminais, em todas as Comarcas do Estado, em razão da digitalização do acervo de processos judiciais do Poder Judiciário do Espírito Santo, em curso;
- » Participação da Equipe de Planejamento da Contratação com objetivo de aquisição de 1 (um) veículo novo, zero-quilômetro, tipo ônibus rodoviário, com instalação de equipamentos e montagens, adaptado/transformado para unidade móvel de atendimento ao Projeto do Juizado Itinerante da Lei Maria da Penha;
- » Participação no processo de integração do e-carta ao PJe, principalmente no contato entre os Correios e a Secretaria de Tecnologia da Informação, bem como no cadastro dos usuários no sistema;
- » Entrega de materiais de expediente e bens móveis em todas as instalações do PJES e recolhimento de bens inservíveis e ociosos no sistema de logística reversa;
- » Elaboração, celebração, gestão e fiscalização de contrato de seguro

total da frota de veículos do Poder judiciário;

- » Renovação da frota de veículos institucionais;
- » Disponibilização de transporte para todas as Comarcas por meio da Central de Agendamento de Veículos e disponibilização de veículos e motoristas de forma descentralizada para a Comarca da Capital;

- » Elaboração, celebração, gestão e fiscalização de contrato de locação de veículos, incluindo veículos leves, vans de carga e veículos com acessibilidade;

- » Gestão e fiscalização de contrato para prestação de serviços terceirizados de motoristas;

- » Gestão e fiscalização do contrato de abastecimento de todos os veículos da frota do Poder Judiciário;



- » Gestão e fiscalização do contrato de prestação de serviços terceirizados de asseio, conservação e limpeza para todas as instalações do Poder Judiciário;
- » Gestão e fiscalização de contrato de manutenção de veículos e sistema de gerenciamento de manutenções e revisões;
- » Gestão e fiscalização de contrato de prestação de serviços terceirizados de jardinagem por demanda;
- » Gestão e fiscalização de contrato de prestação de serviços terceirizados de telefonistas para diversos Fóruns e Prédio sede;
- » Gestão e fiscalização de contrato de serviços postais, utilizado por todo o Poder Judiciário para envio de intimações, citações, cartas precatórias para o Brasil e exterior;
- » Elaboração, celebração, gestão e fiscalização de contrato integrado de manutenção, sistema de gerenciamento de manutenções e revisões, abastecimento de veículos, baseado na nova lei de licitações, e respeitadas as datas de vigência das contratações atuais;
- » Elaboração, celebração, gestão e fiscalização de contratos de fornecimento de água mineral em galões de 20 litros para todas as instalações do Poder Judiciário, baseados na nova lei de licitações;
- » Elaboração, celebração, gestão e fiscalização de contrato de fornecimento de frutas para as Sessões do 2º grau, Secretaria-Geral e Presidência, baseado na nova lei de licitações;
- » Elaboração, celebração, gestão e fiscalização de contratos de fornecimento de gás para as instalações que têm central de gás - Prédio Sede, Corregedoria e Fórum de Vila Velha, baseado na nova lei de licitações;
- » Elaboração, celebração, gestão e fiscalização de contrato de prestação de serviços terceirizados de copeiragem e garçons;

- » Elaboração, celebração, gestão e fiscalização de contratos de fornecimento de carimbos para todo o Poder Judiciário Estadual, baseado na nova lei de licitações;
- » Elaboração, celebração, gestão e fiscalização de contratos de fornecimento de serviços de chaveiro para o Fórum de Vitória e instalações do 2º grau, baseado na nova lei de licitações;
- » Elaboração, celebração, gestão e fiscalização de contrato de prestação de serviços de mensageria postal para o Prédio Sede e diversos Fóruns, com recebimentos, envio, distribuição e recolhimento interno de todos os processos e documentos, além de registro e tratamentos de todas as correspondências do Poder Judiciário em sistema personalizado;
- » Elaboração, celebração, operação e gravação de todas as sessões, audiências e eventos ocorridos nas salas do Prédio Sede.

Coordenadoria de Compras, Licitação e Contratos

As atividades realizadas pela Seção de Compras de pesquisa de preços de mercado para fins licitatórios, análises de vantajosidade e procedimentos pertinentes para contratação direta, sejam por dispensa ou inexigibilidade de licitação, negociações de locação de imóveis, totalizaram 585 (quinhentos e oitenta e cinco) processos/expedientes (dados até 10 de outubro de 2023).

Essa unidade, em razão de ser o primeiro contato direto com o mercado (futuros e pretensos contratados), consegue detectar como o mesmo está trabalhando com determinado objeto, e conseqüentemente, orientar e sugerir à unidade demandante melhores formas de contratação.

Acrescenta-se ainda que a aludida unidade também, sempre que solicitada, auxilia a Seção de Contratação e a Coordenadoria de Compras, Licitação e Contratos, dá o suporte necessário na pesquisa, estu-

dos e elaboração das Normas de Procedimentos do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo, bem como às unidades demandantes.

Pesquisas de preços realizadas:

Norma	Assunto	2022	2023 (até 10/10/2023)
NP nº 01.01	Licitação (e ressarcimento de peças, por analogia)	146	95
NP nº 01.02	Dispensa e inexigibilidade de licitação (exceto incisos I, II e IV do art. 24 da Lei nº 8.666/93)	112	66
NP nº 01.03	Dispensa de licitação (incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666/93)	0	0
NP nº 01.04	Contratação por registro de preços (execução da ARP) – Vantajosidade	63	42
NP nº 01.05	Contratação emergencial (inciso IV do art. 24 da Lei Nº 8.666/93)	4	1
NP nº 01.06	Aditivo contratual/Apostilamento	36	20
Total de processos/expedientes		361	224

Notas:

- » No PJES, as Normas de Procedimentos aplicáveis aos trabalhos da Secretaria de Infraestrutura estão reunidas em Sistema de Compras, Licitações, Contratos, Convênios (exceto de pessoal) e instrumentos congêneres, disponíveis na intranet (<http://www.tjes.jus.br/publicacoes/normas-de-procedimentos-intranet/>);
- » A pesquisa de preços de mercado é realizada em conformidade com a Instrução Normativa nº 65/2021, do Ministério da Economia, alinhada com entendimento do TCU;
- » O preço estimado, a metodologia utilizada pela Seção para elaboração do Formulário de Preço Referencial (NP 01) com resultados da pesquisa de preços de mercado é a Estatística Descritiva com utilização da distribuição normal da probabilidade

para a determinação do campo de arbítrio. O indicador estatístico empregado na validação do preço referencial é o Coeficiente de Variação (CV), que exprime a dispersão dos preços utilizados no cálculo, em relação ao seu valor médio. A literatura estatística sugere um CV de até 25%. Assim, se $CV \leq 25\%$ o preço referencial será a média. Se $CV > 25\%$, o preço de referência será a mediana dos valores apresentados. Assim, alguns itens podem ter seus preços referenciais calculados pela média e outros pela mediana;

- » As inexigibilidades decorrentes de contratações processadas pela NP 10.01 (inscrição em curso), bem como as contratações de palestrantes estão contabilizadas na NP 01.02.

Já a Seção de Contratação realizou diversas atividades relacionadas às suas atribuições, tais como, elaboração de editais, gerenciamento dos pregões, contratos, convênios, acordos de cooperação técnica, termos aditivos, atas de registro de preços, registro de penalidades, entre

outros. Os servidores da referida Seção ainda atuaram efetivamente em processos de contratações relacionados à área de tecnologia da informação, em atendimento à NP 09.01, bem como contratação de serviços previstos na IN 05/2017 (Ministério da Economia).

Licitações realizadas:

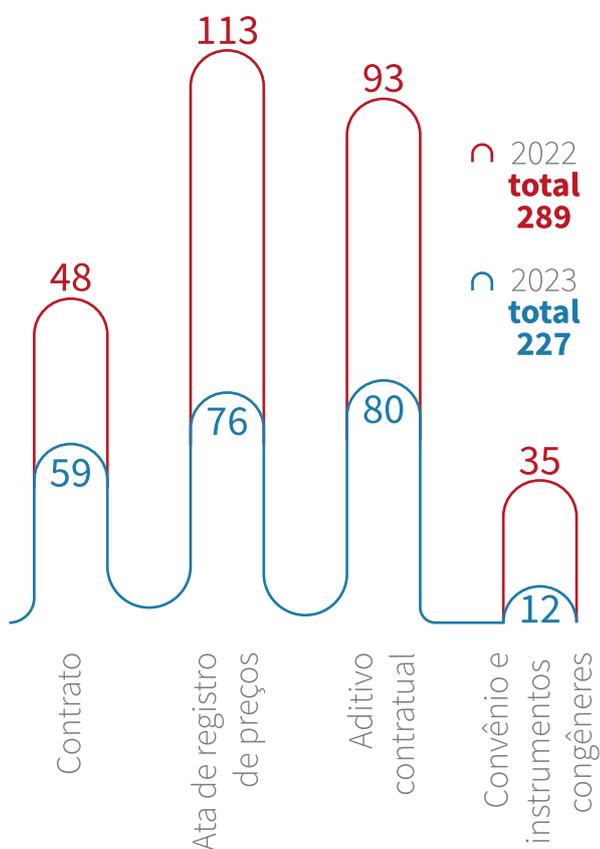
Modalidade	2022	2023
Pregão (Lei 8.666/93)	108	63
Pregão (Lei 14.133/2021)	-	31
Tomada de Preços	2	7
Leilão	2	1
Total	112	102

Notas:

As modalidades “Tomada de Preços” e “Leilão” foram realizadas pela Comissão Permanente de Licitação, a qual é diretamente vinculada à Presidência, tendo o apoio efetivo da Seção de Contratação;

Em consonância com o princípio da eficiência, o PJES não realizou licitação na modalidade “convite”.

Instrumentos celebrados



Penalidades aplicadas

Penalidade	2022	2023
Advertência	02	-
Multa	46	49
Suspensão	13	02
Impedimento	02	01
Total	63	52

Demais procedimentos

Procedimento	2022	2023
Chamamento Público	03	04
Dispensa	12	06
Inexigibilidade	111	83
Total	126	93

Notas:

Além dos procedimentos acima, encontram-se em andamento 07 minutas de edital de pregão eletrônico e 01 minuta de leilão.

No período também foi implementado:

- » Grupo de Estudo da nova Lei de Licitações nº 14.133/2021, com a posterior adequação dos documentos e dos procedimentos licitatórios: Minutas de Editais, Contratos, Dispensas e Inexigibilidades, dentre outros, bem como foram providenciadas as publicações e inserções das licitações e contratações diretas no PNCP (Portal Nacional de Compras Públicas).

- » Criação e implementação do “Formulário para elaboração de Acordos e Convênios”, disponibilizado aos Setores Demandantes no Sistema SEI, trazendo mais eficiência e agilidade nos referidos processos.

A ser implementado:

- » Sistema de Gestão das Contratações e Convênios dos órgãos do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo.

Coordenadoria de Suprimento e Controle Patrimonial

- » No biênio 2022/2023 foram/são geridos pela Coordenadoria 218 contratos/atas de fornecimento de materiais e 1 convênio entre TJES e Sejus para fornecimento de presos trabalhadores;
- » Foram fornecidos 25.511 bens permanentes e atendidas 8.613 requisições de materiais de consumo;
- » Foram leiloados bens permanentes e materiais de consumo em 2022, através do processo eletrônico SEI nº

7004143-45.2022.8.08.0000. Está em andamento o leilão 2023, através do processo eletrônico SEI nº 7001162-09.2023.8.08.0000, incluindo bens permanentes, materiais de consumo e veículos automotores.

Ações implantadas e em andamento:

- » Foram excluídos do estoque do Almo-xarifado diversos itens não essenciais e outros estão em análise para exclusão, considerando a implantação do PJe;
- » Foi contratada empresa para fornecimento de almoxarifes e artífices de manutenção, objetivando reforçar a equipe do Almo-xarifado e Patrimônio, bem como realizar manutenção corretiva e preventiva dos bens permanentes móveis;
- » Sistema e-Gap: implantação da ferramenta Inventário Online, que possibilitou a realização do levantamento dos bens permanentes móveis do Poder Judiciário.

Comissões especiais de trabalho

- » Comissão Permanente de Inventário;
- » Comissão de Avaliação e Alienação de Bens;
- » Comissão para Recebimento Provisório de Bens Doados pelo CNJ ao TJES;

Secretaria de Tecnologia da Informação

A Secretaria de Tecnologia da Informação, unidade administrativa do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo, subordinada à Secretaria Geral, tem suas atribuições definidas na forma do artigo 76 da Resolução TJES nº 075/2011.

Entregas 2022/2023

- » **Implantação do PJe:** Implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe)
 - Fase 13 – Expansão do PJe no 2º Grau do Poder Judiciário.
 - Fase 14 – Expansão para Competência Cível nas unidades remanescentes:
 - Fase 15 – Expansão do PJe no 2º Grau do Poder Judiciário.
 - Fase 16 – Atualização e adequação do sistema PJe para a versão 2.2.0.3 e adesão à PDPJ-Br.
 - Fase 17 – Implantação do PJe Criminal nas unidades piloto.
 - Fase 18 – Expansão do PJe no 2º Grau do Poder Judiciário.
 - Fase 19 – Migração da infraestrutura do PJe para a Nuvem do CNJ
 - Fase 20 – Instalação dos Núcleos de Justiça 4.0 - Execuções Fiscais Estaduais.
 - Fase 21 – Implantação do PJe em todas unidades criminais e infracionais.

» **Implantação do Sistema Codex:** Implantação do sistema Codex, que tem duas funções principais: alimentar o DataJud de forma automatizada e transformar, em texto puro, decisões e petições, a fim de ser utilizado como insumo de modelo de Inteligência Artificial (IA).

» **Atualização do parque tecnológico do PJES:**

Quantidade de equipamentos adquiridos e instalados:

- 6.398 Desktops
- 400 Notebooks

» **Aquisição de novos switches:** Ainda focando na atualização do parque tecnológico e diante da iminente mudança do Fórum Cível de Vitória, foram adquiridos novos 250 switches, os quais estão sendo configurados e instalados pela STI.

» **Digitalização de Processos:** A regulamentação da conversão dos processos judiciais físicos para o meio digital no Poder Judiciário do Espí-

rito Santo e sua inserção no PJe está disposta no Ato Normativo Conjunto nº 007/2022, disponibilizado no Diário da Justiça em 01/04/2022, e assinado pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Fabio Clem de Oliveira, e pelo corregedor geral da Justiça, desembargador Carlos Simões Fonseca.

Com a iniciativa, cerca de 845 mil processos que fazem parte do acervo do Judiciário Estadual passaram a ser digitalizados por meio de mão de obra própria, mão de obra decorrente de convênios, de empresa terceirizada contratada para tal fim, ou, ainda, de entidades organizacionais parceiras, como OAB-ES, Ministério Público, Defensorias Públicas Estadual e Municipais, Procuradoria-Geral do Estado e Procuradorias dos Municípios.

Total de processos digitalizados = 343.949

Porcentagem da virtualização de processos: 56,98%

Acervo Estimado 1º Grau:

Processos	Físicos	Eletrônicos
Cíveis	76.924	718.259
Criminais	182.749	30.196
Total	259.673 25,76%	748.455 74,24%

1. Fonte: Dashboard do sistema SIP - Digitalização (18/10/2023)

Digitalização:

Digitalizados	343.949
PJe	335.983

» **Outsourcing de Impressão e de Digitalização:** Após um longo período de estudos técnicos, houve a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de impressão e digitalização, caracterizados como “outsourcing de impressão e de digitalização”, com fornecimento de 827 equipamentos de impressão e reprografia digitais. Dentre os mais variados benefícios

do outsourcing de impressão, podemos destacar:

- Manutenção e suporte permanente durante toda a vigência do contrato;
 - Garantia de constante atualização tecnológica;
 - Eliminação de desperdícios e de estoques com suprimentos e peças;
 - Identificação e contabilização precisas dos custos com impressão e reprografia digital, por meio do sistema de gerenciamento;
 - Controle de custos e despesas por setor/ usuário.
- » **PJe na Nuvem da AWS:** Em 22 de dezembro de 2023, foi realizada com sucesso a migração do PJe para a nuvem AWS da Amazon, uma das mais modernas do mundo. O processo de migração do sistema aconteceu durante o recesso judiciário, quando também foram realizados os testes da solução.

» **Contratação de serviço de computação em nuvem:** Após a migração do PJe para a nuvem, iniciou-se a transferência de todas as demais aplicações e serviços para a estrutura da Amazon, uma das mais modernas do mundo.

O armazenamento em nuvem objetiva prover os recursos de infraestrutura com condições mínimas de segurança, confiabilidade, integridade e disponibilidade dos dados ali contidos. Isso é crucial para que os demais sistemas permaneçam em operação e em pleno funcionamento nesta época de voraz expansão tecnológica no PJES, podendo absorver, ainda, o inevitável crescimento dos acessos aos sistemas mantidos e suportados pela STI.

Dentre os benefícios, podemos destacar:

- Alta disponibilidade dos sistemas, pela utilização de infraestruturas resilientes e com redundância;
- Maiores garantias de continuidade do negócio em incidentes

de segurança da informação, por ter ambiente mais seguro e com maior capacidade de recuperação em caso de falhas;

- Maior capacidade de atender às expansões e alterações no volume de demanda aos sistemas, uma vez que a infraestrutura pode ser escalada conforme a demanda de utilização aumenta;
- Ampliação da capacidade de prestação de serviços suportados pela STI, atendendo às novas demandas e projetos estratégicos definidos pela Administração;
- Ciclo mais rápido de inovação, uma vez que novos serviços são constantemente disponibilizados no catálogo dos provedores de serviços em nuvem;
- Deslocamento de parte relevante da força de trabalho da STI, que administra o datacenter local, para atividades mais voltadas para a inovação, automatização de processos e segurança da informação;

- Economia de aproximadamente 58% em relação aos custos estimados de manutenção do data-center atual, acarretando uma economia de aproximadamente R\$13 milhões ao longo dos próximos três anos.

» **Aderência à Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro – PDP-J-Br:**

Instituída pela Resolução CNJ nº 335 de 2020, a Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro (PDP-J-Br) tem como principal escopo incentivar o desenvolvimento colaborativo entre os tribunais, preservando os sistemas públicos em produção, mas consolidando pragmaticamente a política para a gestão e expansão do Processo Judicial Eletrônico (PJe).

» **Implantação do Núcleo de Justiça 4.0:**

O Núcleo de Justiça 4.0 de execuções fiscais estaduais começou a funcionar em 29 de maio de 2023 no Poder Judiciário do Espírito Santo. O núcleo foi previsto para funcionar como projeto-piloto e com competência em todo o estado, onde ha-

veria o trâmite de apenas processos que estejam de acordo com o Juízo 100% Digital.

A iniciativa contou com o esforço da equipe da Secretaria de Tecnologia da Informação do TJES e o apoio do CNJ, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios e do Tribunal de Justiça de Rondônia.

11. Melhorias nos links de comunicação de dados: A revisão do modelo de prestação dos serviços de Links de Dados culminou na realização de nova contratação e assinatura de novo contrato, gerando uma economia de aproximadamente 1,02 milhões por ano, cerca de 56%, e aumentando a velocidade de internet e de upgrade dos links das Comarcas em até 4 vezes a capacidade de comunicação de dados entre as unidades do PJES.

» **Expansão da Rede Óptica Metropolitana:**

Com a renovação do contrato com o Instituto de Tecnologia da Informação e Comunicação do Espírito Santo (Prodest) e em face do projeto de expansão de rede e capilaridade



dessa autarquia, haverá a interconexão da Sede do Tribunal de Justiça com 30 Comarcas e 24 outros prédios do PJES, com comunicação de até 1Gbps, o que representa um enorme ganho de desempenho comparado aos links atuais.

Outro ponto de grande relevância, diz respeito à economicidade desta contratação. Durante o estudo técnico preliminar, ficou comprovado que a contratação do Prodest para a prestação dos serviços representa uma economia de aproximadamente

37% quando comparado com os valores praticados, do mesmo objeto, no contrato que o Poder Judiciário possui com outra empresa.

- » **Distribuição dos novos telefones móveis com serviço de dados para Intimação Eletrônica:** Foram adquiridos 470 aparelhos celulares, os quais foram configurados e distribuídos para todas as unidades jurisdicionais e administrativas do PJES, visando facilitar a comunicação entre o Poder Judiciário e seus jurisdicionados.

- » **Implantação da Central de Presídios e de Mandados Compartilhada (Ato Normativo Conjunto nº 011/2022):** Atendimento à determinação da expansão do serviço de compartilhamento das Centrais de Distribuição, cumprimento e devolução de mandados em todos os Juízos das Comarcas do Estado do Espírito Santo abrangendo, inclusive, a Central de Presídios, prevista na Resolução nº 36/2013.
- » **Balcão Virtual:** O Balcão Virtual é um serviço de atendimento online das unidades judiciárias do PJES para o público externo. O cidadão e/ou representante processual poderá ser atendido por videoconferência, sem agendamento prévio, durante o horário de atendimento ao público.

As unidades abaixo já estão realizando o atendimento pelo sistema e, em breve, todas estarão aptas a fazer o mesmo:

 - Colatina - 3º Juizado Especial Cível
 - Vitória - Vara de Recuperação Judicial e Falência
 - Vila Velha - Vara da Fazenda Pública Estadual
 - Vila Velha - 1ª Vara de Órfãos e Sucessões
 - Vila Velha - 4ª Vara Cível
- » **Projeto CidadES Contratação:** Visando atender a instrução normativa TC 43/2017, o projeto tem como objetivo enviar informações ao TCE-ES de forma estruturada, consistente e confiável referentes às licitações, contratos e contratações em geral, contribuindo para um maior controle dos processos e transparência.
- » **Projeto Fórum Digital:** O projeto Fórum Digital foi instituído por meio da Resolução nº 10/2022, assinada pelo presidente do TJES, desembargador Fabio Clem de Oliveira, e disponibilizada no Diário da Justiça no dia 10 de maio de 2022, após aprovação do Tribunal Pleno em sessão realizada no dia 05 de maio do mesmo ano, e consiste na adoção de medidas

para priorizar o atendimento virtual de profissionais do Direito e partes pelas respectivas unidades judiciárias durante o horário de expediente.

Ranking de Transparência

No ranking de transparência do CNJ o TJES aumentou sua nota de 79,81% em 2022 para 88,78% em 2023.

Atendimento ao Usuário - Central de Serviços

O número de chamados abertos e resolvidos de janeiro de 2022 a agosto de 2023 foi de 82 mil; um aumento de 22,39% em comparação com o período de janeiro de 2020 a dezembro de 2021.

Contratos e Contratações

2022:

- » 12 contratos assinados
- » 10 atas assinadas
- » 8 contratos prorrogados

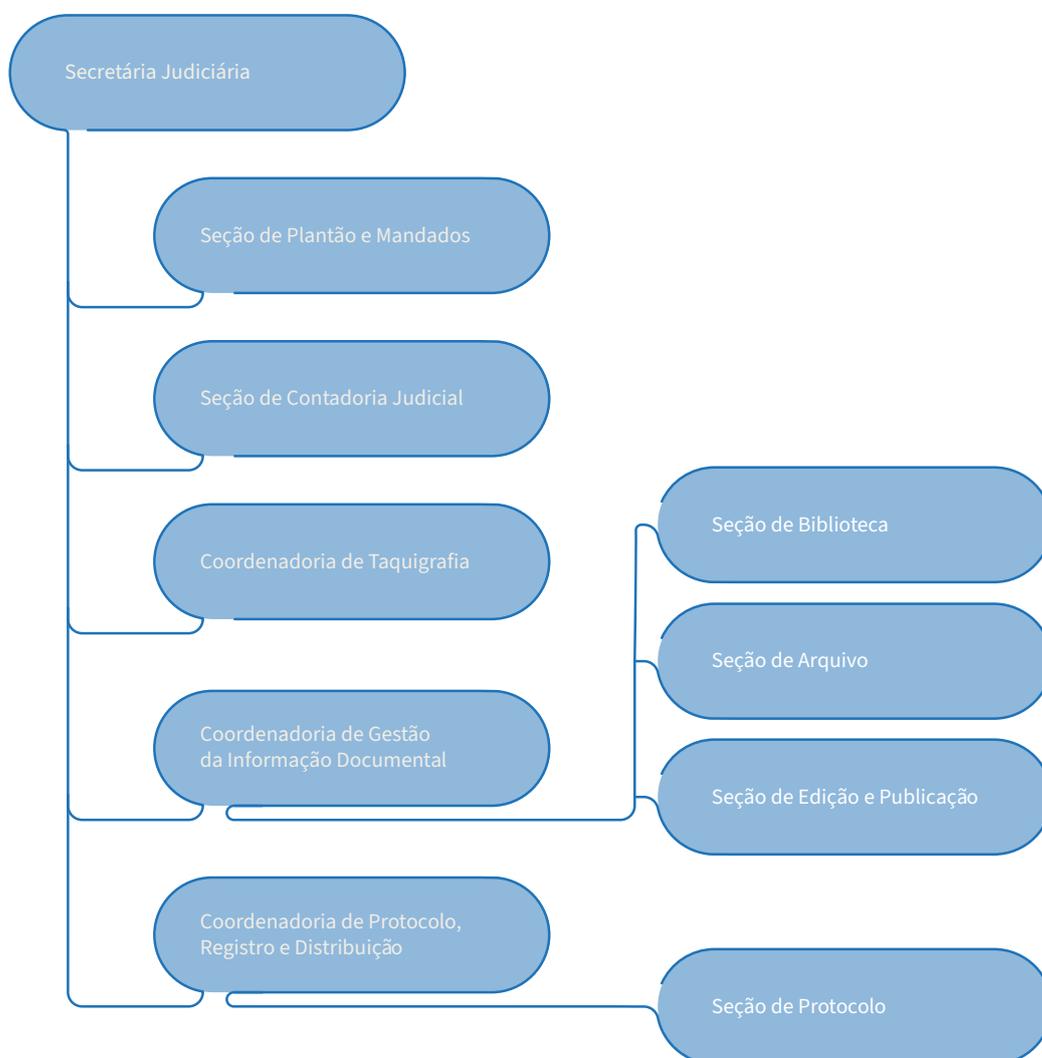
2023:

- » 11 contratos assinados
- » 9 atas assinadas
- » 4 contratos prorrogados
- » 9 contratos em prorrogação

Secretaria Judiciária

A Secretaria Judiciária foi criada por meio da Lei Complementar nº 566/2010, constando de sua estrutura Coordenadorias e Seções.

Secretaria Judiciária:



Atividades:

Muitos foram os desafios apresentados no biênio 2022/2023 com o retorno efetivo das atividades presenciais pós-pandemia da Covid-19, como o processo de expansão do sis-



tema PJe, a virtualização do acervo judicial físico e a consequente adaptação a toda esta mudança por parte dos magistrados, servidores, estagiários, advogados e partes.

Conseqüentemente, muitas também foram as atividades desempenhadas neste biênio pela Secretaria, suas Coordenadorias e Sessões vinculadas, destacando-se:

Entrega de aproximadamente 20.000 (vinte mil) tarifas de ônibus, a título de valedadão, assegurando, assim, o direito constitucional de acesso à justiça às partes hipossuficientes;

- » Custeio de aproximadamente 350 perícias/tradução em processos com assistência judiciária gratuita deferida, totalizando mais de R\$ 430.000,00 (quatrocentos e trinta mil reais);
- » Recebimento e envio ao órgão julgador competente de 3.244 decisões do Superior Tribunal de Justiça e 824 decisões do Supremo Tribunal Federal, relativas a recursos interpostos, totalizando 4.068 decisões;

- » Em cooperação com a STI, desenvolveu projetos e melhorias contínuas de sistemas, destacando-se a expansão do processo eletrônico PJe - Tribunal de Justiça e PJe - primeiro grau e a criação de ferramenta no site do Poder Judiciário de extração de certidões negativas também dos processos abarcados pelo sistema PJe;
- » Em conjunto com a Emes, CGTIC e STI, planejou e ministrou o curso “Justiça Digital” para 14 turmas, alcançando aproximadamente 500 servidores e abrangendo as regras para digitalização e virtualização do acervo físico, bem como a utilização do google drive;
- » No período de 01/01/2022 a 09/10/2023, a Seção de Protocolo do Tribunal de Justiça recebeu 39.867 petições de juntada, 2.241 petições iniciais e 7.030 expedientes, 259 processos administrativos, totalizando 49.397 documentos;

Numero Total de Documentos Protocolizados no TJES (Até 09/10/2023):

Tipo de protocolo	Biênio 2020/2021	Biênio 2022/2023	Total
Expedientes	11.914	7.030	18.944
Petição inicial	13.011	2.241	15.252
Petição de juntada	81.527	39.867	121.394
Processo Administrativo	764	259	1.023
Total	107.216	49.397	156.613

Nota: O número de documentos protocolizados vem reduzindo ao longo do tempo em virtude da expansão do sistema PJe para processos judiciais e do SEI para os processos administrativos.

- » De 01/01/2022 até 31/09/2023, segundo levantamentos realizados nos sistemas de gerenciamento de processos (Segunda Instância para os físicos e PJe - Tribunal para

os eletrônicos), foram 6.214 (seis mil, duzentos e quatorze) processos físicos e 58.201 (cinquenta e oito mil, duzentos e um) processos eletrônicos que passaram pela Coordenadoria de Protocolo, Registro e Distribuição para distribuição ou redistribuição, totalizando 64.415 (sessenta e quatro mil, quatrocentos e quinze) processos em segundo grau no referido período.

Distribuições/Redistribuições CPRD – TJES(Até 09/10/2023):

Tipo de processo	Biênio 2020/2021	Biênio 2022/2023	Total
Físico	49.506	6.214	55.720
Eletrônico	15.973	58.201	74.174
Total	65.479	64.415	129.894

» Mutirões periódicos junto à Coordenadoria de Protocolo, Registro e Distribuição com o objetivo de diminuir o tempo de espera dos processos físicos advindos de primeiro grau em sede de recurso para distribuição no TJES - Ato Normativo nº 001/2021, estando os processos rigorosamente em dia quanto às suas distribuições;

- » Durante o ano de 2022 e no primeiro semestre de 2023, a Coordenadoria de Taquigrafia lançou notas taquigráficas em 13.776 (treze mil, setecentos e setenta e seis) processos;
- » De 01/01/2022 até 30/06/2023, 2.167 (dois mil, cento e sessenta e sete) mandados foram distribuídos e 3.724 (três mil, setecentos e vinte e quatro) diligências foram realizadas pelos oficiais de justiça em Segundo Grau, além da participação em 511 (quinhentas e onze) sessões de julgamento;
- » Renovação do Parque Gráfico com a contratação da prestação de serviços de impressão, cópia e digitalização, mediante a disponibilização de uma impressora multifuncional e seus insumos - equipamento instalado na sede do TJES;
- » Reforma da biblioteca e criação de um novo espaço para guarda e pesquisa de processos históricos conforme determinação contida no Manual de Memória do Conselho Nacional de Justiça;

- » Expansão do acervo do Centro de Memória do PJES que conta hoje com processos históricos das Comarcas de Santa Leopoldina, Afonso Cláudio, Santa Teresa, Mimoso do Sul e Mucurici. Todo o material catalogado está disponível no espaço “Centro de Memória”, junto ao portal eletrônico do Tribunal de Justiça;
- » Retorno, pós-pandemia da Covid-19, das visitas monitoradas ao Centro de Memória localizado na sede do TJES, que acontecem às quintas-feiras em parceria com Assessoria de Cerimonial do Tribunal de Justiça;
- » O processo de virtualização do acervo processual físico do Poder Judiciário Estadual iniciou-se em dezembro de 2021, mas consolidou-se efetivamente a partir de janeiro de 2022, com a criação de um núcleo de digitalização processual na sede do TJES, sob o comando direto da Coordenadoria de Gestão da Informação Documental, e com atuação de servidores e estagiários da própria Secretaria Judiciária, o qual permanece em funcionamento, inclusive com mutirões aos sábados e feriados, sendo aproximadamente 56.000 (cinquenta e seis mil) processos digitalizados apenas por este Núcleo no período de 01/01/2022 a 11/10/2023;
- » Em agosto de 2022, o Poder Judiciário firmou contrato com a empresa Cetefe para prestação de serviços especializados em tratamento documental do acervo de documentos judiciais, incluindo atividades de higienização, preparação, digitalização, tratamento de imagens, e indexação de documentos com reconhecimento óptico de caracteres (OCR), com 100 postos de trabalho em regime de dedicação exclusiva, assumindo a gestão do contrato a Coordenadoria de Gestão da Informação Documental. Em julho de 2023, mais 200 postos de trabalho foram contratados com a Cetefe, totalizando 300 colaboradores, com mais de 98% dos postos ocupados por pessoas com deficiência. Esta é a produção da Cetefe de 2022 até a data de 11/10/2023:

Produção Total CETEFE 2022 - Núcleo Corregedoria

Varas	Nº de Processos
Corregedoria	16.622
Distribuição	667
1ª Vara Cível de Vitória	6.480
2ª Vara Cível de Vitória	6.105
3ª Vara Cível de Vitória	5.603
4ª Vara Cível de Vitória	4.386
5ª Vara Cível de Vitória	5.371
6ª Vara Cível de Vitória	1.680
7ª Vara Cível de Vitória	3.701
8ª Vara Cível de Vitória	5.611
9ª Vara Cível de Vitória	6.207
10ª Vara Cível de Vitória	6.177
11ª Vara Cível de Vitória	3.562
3ª Vara de Família de Vitória	482
4ª Vara de Família de Vitória	29
Apiacá	58
Total CETEFE CGC 2022	72.741

Produção Total CETEFE 2023 - Núcleo Corregedoria

Varas	Nº de processos
1ª Contadoria	360
1ª Vara Cível de Vitória	380
2ª Vara Cível de Vitória	337
3ª Vara Cível de Vitória	101
4ª Vara Cível de Vitória	1.781
5ª Vara Cível de Vitória	615
6ª Vara Cível de Vitória	2.695
7ª Vara Cível de Vitória	453
8ª Vara Cível de Vitória	1.226
9ª Vara Cível de Vitória	166
10ª Vara Cível de Vitória	79
11ª Vara Cível de Vitória	84
1ª Vara de órfãos de Vitória	840
2ª Vara de órfãos de Vitória	1.186
1ª Vara de Família de Vitória	14
2ª Vara de Família de Vitória	248
3ª Vara de Família de Vitória	365
4ª Vara de Família de Vitória	917
1ª Vara da Fazenda de Vitória	2.823

2ª Vara da Fazenda de Vitória	1.320
3ª Vara da Fazenda de Vitória	1.516
4ª Vara da Fazenda de Vitória	922
5ª Vara da Fazenda de Vitória	4.090
Vara de Acidente de Trabalho de Vitória	71
1ª Vara de Família de Vila Velha	1.914
2ª Vara de Família de Vila Velha	664
3ª Vara de Família de Vila Velha	287
4ª Vara de Família de Vila Velha	1.860
1ª Vara de Infância e Juventude de Vila Velha	16
1ª Vara Cível de Vila Velha	3.715
2ª Vara Cível de Vila Velha	4.154
3ª Vara Cível de Vila Velha	3.452
4ª Vara Cível de Vila Velha	1.884
5ª Vara Cível de Vila Velha	3.108
6ª Vara Cível de Vila Velha	3.219
1ª Vara de Órfãos de Vila Velha	565
2ª Vara de Órfãos de Vila Velha	1.672
1ª Vara da Fazenda de Vila Velha	2.653

2ª Vara da Fazenda de Vila Velha	1.552
1ª Vara Cível de Cachoeiro de Itapemirim	3.283
2ª Vara Cível de Cachoeiro de Itapemirim	1748
3ª Vara Cível de Cachoeiro de Itapemirim	1.457
5ª Vara Cível de Cachoeiro de Itapemirim	118
1ª Vara da Fazenda Municipal de Cariacica	1.725
6ª Vara Cível de Serra	2.366
Vara de Órfãos da Serra	465
1ª Vara de Família de Serra	1.530
2ª Vara de Família de Serra	2.049
1ª Vara de Fazenda de Guarapari	597
3ª Vara Cível de Guarapari	1.366
1ª Vara de Mimoso	2
2ª Vara de Mimoso	424
Águia Branca	704
Alfredo Chaves	536
Anchieta	1.088
2ª Vara de Alegre	432
1ª Vara Cível, Família, Órfãos e Sucessões de Aracruz	15

1ª Vara da Fazenda de Aracruz	792
1ª Vara Criminal de Aracruz	2.094
2ª Vara Criminal de Aracruz	2.953
2ª Vara de Castelo	15
Iconha	1.744
Itarana	913
Itaguaçu	385
2ª Vara de Iúna	963
Venda Nova do Imigrante	1.440
Jerônimo Monteiro	154
João Neiva	625
Laranja da Terra	142
Marechal Floriano	880
Muqui	498
1ª Vara de Piúma	571
2ª Vara de Piúma	1.775
Santa Teresa	1.463
3ª Vara Criminal de São Mateus	1.385
Vara Única de Ibitirama	245
Muniz Freire	1.020
Rio Novo do Sul	569
Rio Bananal	2
Fundão	808
Total CEFETE CGJ 2023	94.645

Varas	Nº de processos
2ª Vara de Alegre	1.788
1ª Vara de Baixo Guandu	563
2ª Vara de Baixo Guandu	813
1ª Vara Criminal de Barra de São Francisco	4
1ª Vara Cível de Cachoeiro de Itapemirim	336
2ª Vara Cível de Cachoeiro de Itapemirim	68
3ª Vara Cível de Cachoeiro de Itapemirim	105
4ª Vara Cível de Cachoeiro de Itapemirim	1.286
5ª Vara Cível de Cachoeiro de Itapemirim	797
1ª Vara Criminal de Cachoeiro de Itapemirim	722
3ª Vara Criminal de Cachoeiro de Itapemirim	1.304
4ª Vara Criminal de Cachoeiro de Itapemirim	2.155
1ª Vara de Família de Cariacica	388
2ª Vara de Família de Cariacica	387
3ª Vara de Família de Cariacica	558
4ª Vara de Família de Cariacica	366
1ª Vara Cível de Cariacica	56

1ª Vara da Fazenda de Aracruz	792
1ª Vara Criminal de Aracruz	2.094
2ª Vara Criminal de Aracruz	2.953
2ª Vara de Castelo	15
Iconha	1.744
Itarana	913
Itaguaçu	385
2ª Vara de Lúna	963
Venda Nova do Imigrante	1.440
Jerônimo Monteiro	154
João Neiva	625
Laranja da Terra	142
Marechal Floriano	880
Muqui	498
1ª Vara de Piúma	571
2ª Vara de Piúma	1.775
Santa Teresa	1.463
3ª Vara Criminal de São Mateus	1.385
Vara Única de Ibitirama	245
Muniz Freire	1.020
Rio Novo do Sul	569
Rio Bananal	2
Fundão	808
Total CEFETE CGJ 2023	94.645

Varas	Nº de processos
2ª Vara de Alegre	1.788
1ª Vara de Baixo Guandu	563
2ª Vara de Baixo Guandu	813
1ª Vara Criminal de Barra de São Francisco	4
1ª Vara Cível de Cachoeiro de Itapemirim	336
2ª Vara Cível de Cachoeiro de Itapemirim	68
3ª Vara Cível de Cachoeiro de Itapemirim	105
4ª Vara Cível de Cachoeiro de Itapemirim	1.286
5ª Vara Cível de Cachoeiro de Itapemirim	797
1ª Vara Criminal de Cachoeiro de Itapemirim	722
3ª Vara Criminal de Cachoeiro de Itapemirim	1.304
4ª Vara Criminal de Cachoeiro de Itapemirim	2.155
1ª Vara de Família de Cariacica	388
2ª Vara de Família de Cariacica	387
3ª Vara de Família de Cariacica	558
4ª Vara de Família de Cariacica	366
1ª Vara Cível de Cariacica	56
3ª Vara Cível de Cariacica	1.155

4ª Vara Cível de Cariacica	82
Vara da Fazenda Municipal de Cariacica	377
1ª Vara de Conceição da Barra	218
2ª Vara de Conceição da Barra	632
2ª Vara de Guaçuí	75
1ª Vara de Família de Guarapari	526
2ª Vara de Família de Guarapari	272
1ª Vara Cível de Guarapari	1
2ª Vara Cível de Guarapari	363
1ª Vara de Mimoso do Sul	450
2ª Vara de Mimoso do Sul	804
1ª Vara de Pancas	90
2ª Vara de Pancas	383
2ª Vara de Santa Maria de Jetibá	804
1ª Vara de Órfãos e Sucessões de Serra	14
1ª Vara de Família de Serra	22
2ª Vara de Família de Serra	399
3ª Vara de Família de Serra	869
4ª Vara de Família de Serra	221
4ª Vara Cível de Serra	1.162

5ª Vara Cível de Serra	3.038
Vara da Fazenda Municipal de Serra	734
2ª Vara de Piúma	112
1ª Vara Cível de Vila Velha	242
1ª Vara de Família de Vila Velha	8
2ª Vara de Família de Vila Velha	17
1ª Vara de Infância e Juventude de Vila Velha	18
1ª Vara de Órfãos de Vila Velha	15
Vara Única de Água Doce do Norte	585
Vara Única de Águia Branca	754
Vara Única de Alfredo Chaves	798
Vara Única de Alto Rio Novo	91
Vara Única de Bom Jesus do Norte	726
Vara Única de Conceição do Castelo	925
Vara Única de Dores do Rio Preto	264
Vara Única de Ecoporanga	1.785
Vara Única de Mantenópolis	72
Vara Única de Marilândia	200
Vara Única de Montanha	1.168

Vara Única de Muniz Freire	827
Vara Única de Pedro Canário	441
Vara Única de Pinheiros	5
Vara Única de Presidente Kennedy	1.880
Vara Única de Santa Leopoldina	332
Vara Única de Vargem Alta	654
Total CETEFE GREENWICH 2023	36.306

Escola da Magistratura do Estado do Espírito Santo

A Emes foi criada pela Resolução nº 04/85 de 20 de junho de 1985 (DJ de 22.06.85) e ratificada pela Resolução nº 276-86. Já são 38 anos dedicados à formação de magistrados e servidores.

A Escola da Magistratura do Estado do Espírito Santo (Emes) está inserida no contexto das escolas judiciais brasileiras, que têm por atribuição institucional a formação inicial e continuada de magistrados e servidores do Poder Judiciário. Como cada vez mais se potencializam as demandas direcionadas à Justiça, as escolas judiciais conquistam significativa importância estratégica dentro dos tribunais, tendo em vista que são essenciais à consecução dos objetivos e metas estabelecidos com vistas à efetivação de uma Justiça mais célere, efetiva e cidadã. Inicialmente, a Emes funcionava em regime de convênio com a Associação dos Magistrados do Espírito Santo (Amages), cuidando mais especificamente da formação de magistrados, enquanto a formação de servidores do PJES era de responsabilidade do Serviço de Treinamento e Aperfeiçoamento do Pessoal da Justiça (Sestaju). Contudo, no momento, a Escola é subordinada à Presidência do TJES, conforme a Lei nº 566/10, sendo responsável pela capacitação e pelo aperfeiçoamento tanto dos magistrados quanto dos servidores, para o exercício de suas funções no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo.

A escola está localizada no 1º andar do Prédio da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-ES) e atua prioritariamente em duas frentes. Oferece cursos de formação inicial e continuada para os magistrados estaduais, em consonância com as diretrizes estabelecidas pela Esco-



la Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam) e pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), bem como oferta cursos para os servidores do Poder Judiciário Estadual, observando, para tanto, as diretrizes estabelecidas pelo CNJ e especificamente pelo Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário (Ceajud), órgão este também vinculado ao CNJ.

É fundamental destacar que, a partir de abril de 2020, a Emes passou a ofertar cursos em formato remoto, por meio de plataforma de videoconferência de transmissão ao vivo. Essa modalidade de oferta foi adotada em virtude das medidas de prevenção ao contágio pelo novo coronavírus no

PJES. A iniciativa foi muito bem recebida pelos magistrados e servidores do TJES, e em especial aqueles do interior do Estado, que tiveram assim mais oportunidades de participar dos cursos promovidos pela escola. Com isso, a Emes consegue manter a qualidade dos cursos ofertados e ao mesmo tempo amplia as possibilidades de participação, atendendo de forma mais efetiva aos magistrados e servidores das comarcas mais remotas, que encontram muitas dificuldades em se deslocar até a sede da escola para participar de cursos presenciais.

Outra questão que merece destaque é que os cursos oferecidos por meio de videoconferência também passaram a ser

gravados. Assim, a partir das gravações das aulas, a Emes passou a disponibilizá-las em sua plataforma de Educação a Distância (EaD) no formato de vídeos ou de podcast, democratizando ainda mais os conhecimentos e as informações, visto que podem ser acessados por todos os integrantes do PJES.

Sob a gestão do Exmo. Desembargador Willian Silva, a Emes sempre se pautou na busca constante da excelência, visando ao desenvolvimento pleno e ao aperfeiçoamento contínuo e progressivo dos magistrados e servidores, no permanente intuito de formar um quadro de profissionais altamente qualificados. Na certeza de que as pessoas são o maior patrimônio do Poder Judiciário e de que precisam ser constantemente aperfeiçoadas e aprimoradas, a Emes se propõe a trabalhar sempre de forma incisiva pela disseminação dos saberes e conhecimentos próprios da Justiça estadual e a buscar constantemente o fortalecimento da atuação dos magistrados, servidores e demais colaboradores e consequentemente de toda a Justiça capixaba.

Atribuições Institucionais

Cabe à EMES cuidar da política de formação inicial e continuada dos magistrados e servidores do PJES. Neste contexto, a escola promove ações formativas as mais diversas nos seguintes formatos:

- » **Cursos de Formação Inicial:** Com a finalidade de propiciar o conhecimento da estrutura do Poder Judiciário, das especificidades do serviço público, da conduta do servidor público e da integração deste profissional ao ambiente institucional;
- » **Cursos de Aperfeiçoamento e Formação Continuada:** Com vistas a promover o constante aprimoramento, atualização e desenvolvimento humano e profissional dos servidores e magistrados. São ofertados pela EMES a partir do Levantamento de Necessidades de Treinamento (LNT) realizado periodicamente e a partir de demandas específicas de solicitações de cursos;

- » **Cursos de Vitaliciamento:** Tendo por escopo preparar os magistrados para se tornarem vitalícios na carreira;
- » **Eventos (Palestras, Seminários, Colóquios, Workshops):** Objetivando discutir temas específicos e propor reflexões diversas dentro do Poder Judiciário e na sociedade;
- » **Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu:** Com o objetivo de consolidar os saberes dos magistrados e servidores em determinada área do Direito. É importante destacar que a EMES ofereceu, recentemente, duas turmas do Curso de Pós-graduação Lato Sensu em Direito Penal e Direito Processual Penal, que foi autorizado por meio da Resolução CEE-ES 5.961/2021.

Outras Atividades Realizadas Pela Emes

- » **Programa de Residência Jurídica do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo**
O Programa de Residência Jurídica do Poder Judiciário do Estado do Es-

pírito Santo foi instituído por meio da Resolução TJES nº 03/2022 e regulamentado por meio do Ato Normativo nº 048/2022.

A Residência Jurídica constitui modalidade de ensino destinada a bacharéis em Direito que estejam cursando especialização, mestrado, doutorado, pós-doutorado ou, ainda, que tenham concluído o curso de graduação há no máximo cinco anos. Consiste no treinamento em serviço, abrangendo ensino, pesquisa e extensão, bem como auxílio prático aos magistrados e servidores do PJES no desempenho de suas atribuições institucionais.

No artigo 3º do Ato Normativo nº 048/2022 ficou estabelecido que cabe à Emes coordenar e administrar o Programa. Assim, no ano de 2022 a escola realizou o primeiro processo seletivo visando à contratação de residentes jurídicos para o PJES.

Atualmente, há cerca de 160 residentes jurídicos em exercício no PJES.

Como o processo de implementação do Programa de Residência Jurídica

dica consiste em algo novo e desafiador, isto exigiu grandes esforços dos gestores e de toda a equipe técnica da instituição, para que assim pudesse ser feita a gestão satisfatória do referido programa.

» **Realização de Processos Seletivos**

Na gestão do Exmo. Sr. Desembargador Willian Silva, a Emes realizou dois processos seletivos, sendo um destinado à seleção de residentes jurídicos e o outro para selecionar juízes leigos. No processo seletivo de juiz leigo, a Emes cuidou tão somente da operacionalização do certame, sendo que as questões de ordem técnica e os casos omissos foram sanados pela Comissão Organizadora do Processo Seletivo.

Como já dito, o Programa de Residência Jurídica do PJES é gerido pela própria Emes. Por sua vez, a função de Juiz Leigo é coordenada e supervisionada pela Coordenadoria dos Juizados Especiais do TJES.

Objetivo Estratégico da Emes – 2021 a 2026

Fortalecer as políticas de formação e aperfeiçoamento de magistrados e servidores do PJES

Missão e Visão da Emes

- » **Missão:** Promover ações e estratégias de formação inicial e continuada de magistrados e servidores.
- » **Visão:** Ser reconhecida como escola de referência no contexto das escolas judiciais brasileiras.

Resultados Obtidos em 2022 e 2023

Em 2022 e 2023 a EMES desenvolveu diversas atividades formativas para os magistrados e servidores, dentre cursos de formação continuada e eventos. Muitas destas ações contaram com a participação de público externo, que em sua maioria é composto por servidores públicos de outros órgãos municipais, estaduais e federais, advogados e estudantes.

Ano	Total de cursos/ eventos ofertados	Nº total de participações de servidores e demais colaboradores	Nº total de participações de magistrados
2022	119	4.507	312
2023*	103	4.277	280

1. Até 1º de outubro de 2023.

É importante destacar que um mesmo magistrado ou servidor pode ter participado de mais de uma ação formativa ao longo do ano, podendo ser contabilizado mais de uma vez, de acordo com o número de participações.

Algumas Atividades de Destaque Desenvolvidas pela Emes no Biênio 2022



» **Curso Improbidade Administrativa:** Teoria e Prática (conforme a Lei 14.230/2021) – essa notável ação formativa foi ministrada por Rafael Carvalho Rezende Oliveira e Daniel

Amorim Assumpção Neves, no dia 25 de março de 2022. Ação de extrema relevância, tendo em vista a aprovação recente da Lei 14.230/2021. Os dois palestrantes são profissionais de referência no tema em debate.

- » **Curso Inventário e Partilha:** Teoria e Prática – Foi ministrado em 30 de maio e 1º de junho. Ministraram a ação o advogado Conrado Paulino da Rosa e o Procurador do Estado do Rio de Janeiro, Marco Antônio Rodrigues. Trata-se de temática muito requisitada pelos magistrados e servidores.
- » **Palestra Tópicos Relevantes da Recente Jurisprudência do STJ:** ministrada pelo Ministro Sérgio Kukina, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), em 8 de julho. Foi um evento muito prestigiado, com a presença de diversos magistrados, assessores, ana-



listas judiciários, entre outros. Tratou de questões atuais relacionadas à Jurisprudência do STJ.

» **Evento Presencial Cerimônia Inaugural do Programa de Capacitação de Magistrados em Direito da Saúde:**

Esta relevante iniciativa celebrou a formalização da parceria entre o Comitê Executivo Estadual do Fórum Nacional de Saúde no Estado do Espírito Santo e a EMES, para a oferta de cursos e eventos que tratem do Direito da Saúde. Ministraram palestra

no evento o Conselheiro Richard Paes Kim, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Procurador de Justiça Arnaldo Hossepian Salles Lima Jr., do Ministério Público de São Paulo (MPSP) e o Desembargador Federal João Pedro Gebran Neto, do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4). Foi realizado no dia 20 de julho.

» **Evento Reforma da Lei de Improbidade Administrativa em Retrospectiva** – Esta iniciativa foi realizada por meio de parceria entre a Ordem dos

Advogados do Brasil (OAB-ES) e a EMES. Ocorreu no dia 20 de outubro, no Salão Pleno. Atuaram como palestrantes ou debatedores no evento o Exmo. Sr. Desembargador Willian Silva, o Advogado Marcos Vinícius Pinto, a Desembargadora Marianne Júdice de Mattos, Dr. Felipe Rizk, Dr. Heitor Sica, a Procuradora Geral da Justiça, Luciana Gomes Ferreira de Andrade, Dr. Mário da Silva Nunes Neto, Professora Sarah Merçon Vargas e o Professor Gustavo Badaró.

» **Evento de Lançamento da 8ª Edição do Livro “Sentença Criminal”:** Esta ação formativa foi realizada no dia 3 de novembro. Num primeiro momento, o Professor Antônio Carlos da Ponte ministrou a palestra “Mandados de Criminalização”. Em seguida, foi realizada a solenidade de lançamento da 8ª edição do livro “Sentença Criminal”, com a presença dos autores Desembargador Adalto Dias Tristão, Desembargador Fernando Zardini Antônio e Juíza de Direito Gisele Souza de Oliveira.



Algumas Atividades de Destaque Desenvolvidas pela Emes no Biênio 2023



- » **Curso Processo Civil Aplicado às Varas de Família:** Execução e Cumprimento de Sentença - Esta relevante ação formativa foi ministrada pela Advogada Fernanda Tartuce nos dias 16 e 23 de junho. Foram abordadas questões práticas relacionadas ao Processo Civil nas Varas de Família. O curso foi muito bem avaliado pelos magistrados e servidores.
- » **Curso Gestão Processual com ênfase em PJe:** Trata-se de formação de caráter muito prático e que integra os saberes relacionados à gestão de processos com a dinâmica do sistema

Processo Judicial Eletrônico (PJe). É ministrada pelos magistrados Cássio Jorge Tristão Guedes e Thiago Vargas Cardoso e pela servidora Waneska França Bodart Pampolini.

Este curso é de central importância para os magistrados e servidores do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo (PJES), tendo em vista que tem o potencial de contribuir sobremaneira para a otimização da gestão processual das unidades judiciais, com ênfase no Processo Judicial Eletrônico (PJe).

Assim, o que se propõe, com a oferta dessa formação, é que os magistrados e servidores possam se apropriar de saberes e experiências que permitam concretizar uma efetiva e segura gestão da unidade judicial, tendo como base o sistema PJe. Desta forma, o que se busca é um Judiciário mais célere, eficiente e que tenha como foco a qualidade e efetividade da prestação jurisdicional.

Os magistrados Dr. Cássio Jorge Tristão Guedes e Dr. Thiago Vargas Cardoso e a servidora Waneska Fran-

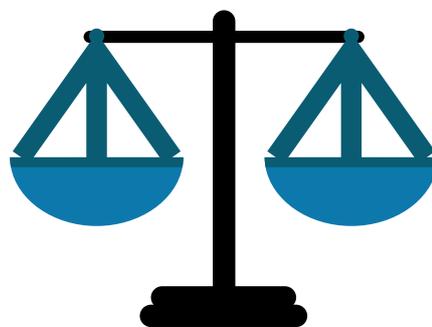
ça Bodart Pampolin possuem vasta experiência tanto no que se refere às técnicas de gestão de processos quanto no que tange ao sistema PJe, conseguindo assim integrar os saberes dessas duas áreas de forma significativa. Assim, o curso tem sido muito elogiado pelo seu caráter prático e aplicável.

- » **Curso Processo Reestruturante de Família:** Foi ministrado pelo eminente Desembargador Alexandre Antônio Franco Freitas Câmara, do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ), no dia 14 de agosto. O curso foi muito bem recebido pelos participantes.



- » **Curso Capacitação em Políticas e Procedimentos de Aquisições Aplicáveis em Projetos Financiados pelo BID:** Esta valorosa formação foi ministrada pela consultora Andreia da

Silva Oliveira Gomes. Foi destinada aos gestores do TJES que atuarão nos projetos a serem financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), tendo em vista a implementação do Programa de Modernização do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo (Promo-



jues), que será viabilizado a partir de financiamento do referido banco. Andreia Gomes é consultora em gestão de aquisições e já atuou em diversos tribunais do país, tendo vasta experiência nessa temática.

- » **Evento EMES 2023 em ação: Aula Magna do Programa de Residência Jurídica e Conclusão do Curso de Pós-graduação Lato Sensu em Direito Penal e Direito Processual Penal:** Esta ação formativa foi rea-



lizada no dia 25 de agosto, no Salão Pleno do TJES. Contou com a ilustre presença do Ministro Marco Aurélio Gastaldi Buzzi, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que ministrou a palestra “Mediação e Conciliação nos Processos por Superendividamento”. Nesta solenidade, foram entregues os certificados aos magistrados e servidores que concluíram a Pós-Graduação Lato Sensu em Direito Penal e Direito Processual Penal da EMES, realizada na modalidade remota. Da mesma forma, foram oficialmente recebidos os Residentes Jurídicos do Programa de Residência Jurídica do Poder Judiciário do Estado do Es-

pírito Santo, instituído por meio da Resolução TJES nº 03/2022. Foi um momento muito especial de aprendizagens, encontros e alegrias em que a EMES pode destacar e conferir mais publicidade a dois importantes programas dirigidos pela escola, que são a Pós-graduação e a Residência Jurídica.

- » **I Jornada de Saúde Suplementar do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo:** Foi realizada nos dias 4 e 28 de agosto de 2023, no Salão Pleno do TJES. A iniciativa ocorreu por meio de parceria entre o Comitê Executivo Estadual do Fórum Nacional de Saúde no Estado do Espírito Santo e a

EMES. Atuaram como palestrantes ou debatedores no evento o Desembargador Júlio Cesar Costa de Oliveira (TJES), o Dr. Clenio Jair Schulze (Juiz do Tribunal Regional Federal da 4ª Região e membro do Fórum Nacional do Judiciário para a Saúde do CNJ), o Juiz de Direito Felipe Monteiro Morgado Horta (TJES), o Dr. Antônio Barra Torres (diretor-presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária), o Desembargador Ubiratan Almeida Azevedo (TJES), o Dr. Anderson Mendes (presidente da Unidas), o Desembargador Jorge Henrique Valle dos Santos (TJES) e a Dra. Martha Oliveira (CEO do Grupo Laços Saúde). É fundamental destacar que este evento foi realizado em formato híbrido, ou seja, teve público presencial, no Salão Pleno, e ao mesmo tempo foi transmitido ao vivo por meio do canal do Youtube do TJES.

Cursos relacionados à expansão do Processo Judicial Eletrônico (PJe)

No biênio 2022/2023 a EMES ofertou diversos cursos relacionados ao Processo

Judicial Eletrônico (PJe), em parceria com a Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (STI) e o Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (CGTIC).

Estes cursos foram direcionados aos magistrados, servidores e estagiários das varas, conforme a implantação do sistema. Cabe destacar que os cursos do PJe geralmente são realizados antes da data de implantação do sistema em varas pré-determinadas. Assim, tais cursos são sempre oferecidos em consonância com o Cronograma de Implantação do PJe nas varas/comarcas. Trata-se de ação muito expressiva em face do caráter prioritário que a virtualização de processos possui para o PJES.

Além dos cursos definidos pela STI ou pelo CGTIC, a EMES também realizou várias turmas do curso “Descomplicando o PJe – 1º Grau”, com o propósito específico de sanar as dúvidas dos magistrados e servidores que já utilizam o sistema. Importante salientar que foram realizadas diversas edições desse curso, inclusive por matérias (Cível, Família, Juizado Especial, Fazenda Pública) e que esta ação formati-

va foi muito bem recebida e muito elogiada pelos participantes, dado o seu caráter prático e dinâmico.

Um outro aspecto que merece ser ressaltado é que, com a implementação do Processo Judicial Eletrônico (PJe) no âmbito do PJES, a atuação da EMES tem sido fundamental, tendo em vista que cabe à escola prover a capacitação dos magistrados e servidores para a devida e efetiva utilização do sistema.

Cursos relacionados ao Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU)

No biênio 2022/2023 foram oferecidos diversos cursos para os magistrados, servidores e estagiários do TJES, relacionados ao SEEU. Há uma modalidade do curso destinada aos servidores e estagiários de cartórios e outra modalidade direcionada aos magistrados e assessores. O docente responsável por ministrar os cursos é o servidor Leandro Silva Oliveira. O curso é uma iniciativa da Coordenadoria das Varas Criminais e de Execuções Penais do TJES, em parceria com a EMES.

**Tribunal de Justiça do Estado
do Espírito Santo**

Relatório de Gestão — Biênio 2022–2023

Expediente

Produção

Assessoria de Imprensa
e Comunicação Social

Coordenação

Maira Ferreira

Textos/Edição

Elza Silva

Revisão

Maira Ferreira

Projeto gráfico/Editoração

Lara Aquino

Supervisão

Vinicius Marins

Imagens/Edição

Tais Valle e Vinicius Marins

Gráficos Ilustrados

Cecília Bastazini e Vinicius Marins



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado
do Espírito Santo

tjes.jus.br